

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA AMBEV S.A.

Balanços patrimoniais: Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.273.875	2.017.034	11.463.498	10.354.527
Aplicações financeiras	6	1.037.821	631.637	13.391	11.883
Instrumentos financeiros derivativos	28	-	-	220.032	350.036
Contas a receber	7	2.864.662	3.055.953	4.879.256	4.944.831
Estoques	8	2.603.847	2.107.274	5.401.793	4.318.973
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		820.039	2.407.282	1.285.424	2.770.376
Demais impostos a recuperar		248.972	218.678	863.290	600.165
Outros ativos		797.450	834.655	1.202.921	1.367.282
Ativo circulante		10.646.666	11.272.513	25.329.605	24.718.073
Aplicações financeiras	6	109.395	102.769	147.341	121.956
Instrumentos financeiros derivativos	28	-	-	34.900	35.188
Contas a receber	7	54.322	40.957	-	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		3.820.210	2.312.664	3.834.413	2.312.664
Demais impostos a recuperar		306.158	171.499	539.795	225.036
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	768.689	470.621	2.017.475	2.279.339
Outros ativos		1.038.757	1.033.250	1.687.419	1.964.424
Benefícios a funcionários	17	8.057	16.614	64.285	58.443
Investimentos	10	60.773.044	64.593.359	257.135	237.961
Imobilizado	11	10.514.553	10.806.139	20.096.996	18.822.327
Intangível	12	499.021	466.494	5.840.598	4.674.704
Ágio	13	281.858	281.858	34.276.176	31.401.874
Ativo não circulante		78.174.064	80.296.224	68.796.533	62.133.916
Total do ativo		88.820.730	91.568.737	94.126.138	86.851.989

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Balanços patrimoniais (continuação):
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Contas a pagar	14	7.204.318	8.442.991	14.050.045	11.853.928
Instrumentos financeiros derivativos	28	-	-	679.298	215.090
Empréstimos e financiamentos	15	233.962	351.119	1.560.630	1.321.122
Conta garantida	5	-	-	-	1.792
Salários e encargos		364.382	536.741	851.619	1.047.182
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		449.792	1.502.252	806.981	1.778.633
Imposto de renda e contribuição social a recolher		432.409	370.799	1.558.589	1.668.407
Impostos, taxas e contribuições a recolher		2.778.757	2.491.939	3.781.622	3.825.440
Opção de venda concedida sobre participação em controlada e outros passivos		687.464	5.997.983	1.366.589	6.807.925
Provisões	16	145.522	145.523	172.997	168.957
Passivo circulante		12.296.606	19.839.347	24.828.370	28.688.476
Contas a pagar	14	15.275.051	22.965.667	126.142	175.054
Instrumentos financeiros derivativos	28	-	-	2.450	2.434
Empréstimos e financiamentos	15	539.571	732.662	862.138	1.231.928
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	-	-	2.424.567	2.329.229
Imposto de renda e contribuição social a recolher		413.684	425.919	2.227.795	2.418.027
Impostos, taxas e contribuições a recolher		715.676	766.408	675.564	771.619
Opção de venda concedida sobre participação em controlada e outros passivos		2.591.777	109.688	2.661.799	429.102
Provisões	16	309.187	358.970	426.227	512.580
Benefícios a funcionários	17	338.555	361.262	2.343.662	2.310.685
Passivo não circulante		20.183.501	25.720.576	11.750.344	10.180.658
Total do passivo		32.480.107	45.559.923	36.578.714	38.869.134
Patrimônio líquido	18				
Capital social		57.710.202	57.614.140	57.710.202	57.614.140
Reservas		70.215.287	63.361.144	70.215.287	63.361.144
Ajuste de avaliação patrimonial		(71.584.866)	(74.966.470)	(71.584.866)	(74.966.470)
Patrimônio líquido de controladores		56.340.623	46.008.814	56.340.623	46.008.814
Participação de não controladores		-	-	1.206.801	1.974.041
Total do patrimônio líquido		56.340.623	46.008.814	57.547.424	47.982.855
Total do passivo e patrimônio líquido		88.820.730	91.568.737	94.126.138	86.851.989

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos resultados:
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Receita líquida	20	23.214.028	21.730.363	50.231.336	47.899.276
Custo dos produtos vendidos		(12.447.880)	(11.483.719)	(19.269.627)	(18.041.778)
Lucro bruto		10.766.148	10.246.644	30.961.709	29.857.498
Despesas logísticas		(2.266.991)	(1.779.128)	(6.736.474)	(6.295.544)
Despesas comerciais		(2.372.956)	(2.222.412)	(5.729.523)	(5.619.950)
Despesas administrativas		(1.326.741)	(1.514.297)	(2.367.221)	(2.623.796)
Outras receitas/(despesas) operacionais	21	894.297	921.644	947.349	1.217.307
Itens não recorrentes	23	(28.570)	(24.695)	(86.423)	(108.702)
Lucro operacional		5.665.187	5.627.756	16.989.417	16.426.813
Despesas financeiras	24	(4.403.313)	(6.690.541)	(4.562.251)	(4.268.294)
Receitas financeiras	24	2.158.542	1.302.364	738.815	774.398
Resultado financeiro, líquido		(2.244.771)	(5.388.177)	(3.823.436)	(3.493.896)
Participação nos resultados de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto		6.795.992	5.752.860	1.040	(3.115)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		10.216.408	5.992.439	13.167.021	12.929.802
Imposto de renda e contribuição social	25	808.270	1.339.529	(1.789.594)	(5.079.298)
Lucro líquido do exercício		11.024.678	7.331.968	11.377.427	7.850.504
Atribuído à:					
Participação dos controladores		11.024.678	7.331.968	11.024.678	7.331.968
Participação dos não controladores		-	-	352.749	518.536
Lucro por ação ordinária (básico) – R\$	18	0,7014	0,4668	0,7014	0,4668
Lucro por ação ordinária (diluído) – R\$	18	0,6953	0,4629	0,6953	0,4629

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado abrangente:
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro líquido do exercício	11.024.678	7.331.968	11.377.427	7.850.504
Itens que não serão reciclados para o resultado:				
Reconhecimento integral de ganhos / (perdas) atuariais	24.814	117.702	25.674	124.580
Itens a serem posteriormente reciclados para o resultado:				
Ganhos e (perdas) na conversão de operações no exterior				
<i>Hedge</i> de investimento no exterior	(130.803)	-	(130.803)	-
<i>Hedge</i> de investimento - opção de venda concedida sobre participação em controlada	(85.515)	61.742	(85.515)	61.742
Ganhos e (perdas) na conversão de demais operações no exterior	1.859.809	1.866.840	1.982.751	1.890.588
Total dos ganhos e (perdas) na conversão de operações no exterior	1.643.491	1.928.582	1.766.433	1.952.330
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa – ganhos e (perdas)				
Reconhecido no patrimônio líquido (Reserva de <i>hedge</i>)	1.748.163	188.947	1.747.127	189.251
Excluído do patrimônio líquido (Reserva de <i>hedge</i>) e incluído no resultado	(1.252.307)	324.427	(1.253.457)	324.427
Total <i>hedge</i> de fluxo de caixa	495.856	513.374	493.670	513.678
Outros resultados abrangentes	2.164.161	2.559.658	2.285.777	2.590.588
Resultado abrangente do exercício	13.188.839	9.891.626	13.663.204	10.441.092
Atribuído à:				
Participação dos controladores	13.188.839	9.891.626	13.188.839	9.891.626
Participação de não controladores	-	-	474.365	549.466

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis. As demonstrações do resultado abrangente estão apresentadas líquidas do imposto de renda. Os efeitos tributários encontram-se divulgados na Nota 9 - *Imposto de renda e contribuição social diferidos*.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido:

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(em milhares de reais)

	Atribuído à participação dos controladores						Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital Social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total		
Saldo em 31 de dezembro de 2017	57.614.140	54.700.909	8.660.235	-	(74.966.470)	46.008.814	1.974.041,00	47.982.855
Impacto da adoção dos IFRS 15 ⁽ⁱ⁾	-	-	-	(355.383)	-	(355.383)	-	(355.383)
Saldo em 01 de janeiro de 2018	57.614.140	54.700.909	8.660.235	(355.383)	(74.966.470)	45.653.431	1.974.041	47.627.472
Lucro líquido do exercício	-	-	-	11.024.678	-	11.024.678	352.749	11.377.427
<i>Resultado Abrangente:</i>								
Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	-	-	-	-	1.643.491	1.643.491	122.942	1.766.433
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	495.856	495.856	(2.186)	493.670
Ganhos/(perdas) atuariais	-	-	-	-	24.814	24.814	860	25.674
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	11.024.678	2.164.161	13.188.839	474.365	13.663.204
Aumento de capital	96.062	(89.876)	-	-	-	6.186	96.870	103.056
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação) ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	(8.156)	-	3.544.180	258.236	3.794.260	(2.446)	3.791.814
Ganhos/(perdas) de participação ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	-	-	1.042.530	1.042.530	(1.088.598)	(46.068)
Imposto sobre dividendos fictos	-	-	-	-	(7.442)	(7.442)	-	(7.442)
Dividendos distribuídos	-	-	-	(2.515.101)	-	(2.515.101)	(247.431)	(2.762.532)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(5.030.507)	-	(5.030.507)	-	(5.030.507)
Compra de ações e resultado de ações em tesouraria	-	12.260	-	-	-	12.260	-	12.260
Pagamentos baseados em ações	-	166.057	-	-	-	166.057	-	166.057
Dividendos prescritos/(complemento)	-	-	-	30.110	-	30.110	-	30.110
Reversão efeito revalorização do imobilizado pelo custo precedente	-	-	-	75.881	(75.881)	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	1.331.526	(1.331.526)	-	-	-	-
Reserva de investimentos	-	-	5.442.332	(5.442.332)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	57.710.202	54.781.194	15.434.093	-	(71.584.866)	56.340.623	1.206.801	57.547.424

(i) Conforme descrito na Nota 3 – *Sumário das principais políticas contábeis*.

(ii) Desse montante, R\$1.035.218 refere-se a renegociação do acordo de acionistas da Tenedora, conforme descrito na Nota 1(b).

(iii) Conforme descrito na Nota 1(b) Aplicação da norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária. Esse efeito não contempla o impacto referente ao resultado do exercício, o qual está refletido na rubrica de lucro líquido do exercício no montante de R\$(291.795) atribuído à participação dos controladores e R\$(292.380) ao total do patrimônio líquido.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (continuação):

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(em milhares de reais)

	Atribuído à participação dos controladores						Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital Social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total		
Saldo em 31 de dezembro de 2016	57.614.140	54.529.780	9.700.248	-	(77.019.120)	44.825.048	1.826.225	46.651.273
Lucro líquido do exercício	-	-	-	7.331.968	-	7.331.968	518.536	7.850.504
<i>Resultado Abrangente:</i>								
Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	-	-	-	-	1.928.582	1.928.582	23.748	1.952.330
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	513.374	513.374	304	513.678
Ganhos/(perdas) atuariais	-	-	-	-	117.702	117.702	6.878	124.580
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	7.331.968	2.559.658	9.891.626	549.466	10.441.092
Opções concedidas sobre participação em controlada	-	-	-	-	(380.405)	(380.405)	-	(380.405)
Ganhos/(perdas) de participação	-	-	-	-	(12.097)	(12.097)	29.537	17.440
Imposto sobre dividendos fictos	-	-	-	-	(38.625)	(38.625)	-	(38.625)
Dividendos distribuídos	-	-	-	(3.612.792)	-	(3.612.792)	(431.187)	(4.043.979)
Juros sobre o capital próprio	-	-	(3.770.144)	(1.099.625)	-	(4.869.769)	-	(4.869.769)
Compra de ações e resultado de ações em tesouraria	-	13.682	-	-	-	13.682	-	13.682
Pagamentos baseados em ações	-	157.447	-	-	-	157.447	-	157.447
Dividendos prescritos	-	-	-	34.699	-	34.699	-	34.699
Reversão efeito revalorização do imobilizado pelo custo precedente	-	-	-	75.881	(75.881)	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	1.552.261	(1.552.261)	-	-	-	-
Reserva de investimentos	-	-	1.177.870	(1.177.870)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	57.614.140	54.700.909	8.660.235	-	(74.966.470)	46.008.814	1.974.041	47.982.855

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa:
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Lucro líquido do exercício		11.024.678	7.331.968	11.377.427	7.850.504
Depreciação, amortização e <i>impairment</i>		2.164.869	2.186.992	4.023.054	3.612.083
Perda por <i>impairment</i> nas contas a receber, nos estoques e nas demais contas a receber		47.348	35.228	125.610	156.297
Aumento/(redução) nas provisões e benefícios a funcionários		103.027	127.494	171.667	168.318
Resultado financeiro líquido	24	2.244.771	5.388.177	3.823.436	3.493.896
Perda/(ganho) na venda de imobilizado e intangíveis		(6.468)	(18.116)	29.791	(49.416)
Perda/(ganho) na venda de operações em subsidiárias		-	-	(80.150)	-
Perda/(ganho) na venda de operações em associadas		-	-	-	(41.657)
Despesa com pagamentos baseados em ações	27	123.457	156.819	160.983	209.260
Imposto de renda e contribuição social	25	(808.270)	(1.339.529)	1.789.594	5.079.298
Participação nos resultados de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto		(6.795.992)	(5.752.860)	(1.040)	3.115
Outros itens não-monetários incluídos no lucro		-	-	(1.239.189)	196.250
Fluxo de caixa das atividades operacionais antes do capital de giro e provisões		8.097.420	8.116.173	20.181.183	20.677.948
(Aumento)/redução no contas a receber e demais contas a receber		72.016	(578.812)	(149.218)	(265.636)
(Aumento)/redução nos estoques		(407.813)	56.935	(1.167.162)	(63.805)
Aumento/(redução) no contas a pagar e demais contas a pagar		(419.802)	(1.734.668)	869.807	(105.784)
Geração de caixa das atividades operacionais		7.341.821	5.859.628	19.734.610	20.242.723
Juros pagos		(1.626.470)	(2.294.566)	(621.879)	(557.305)
Juros recebidos		95.722	572.903	500.412	337.927
Dividendos recebidos		7.706.741	5.505.239	9.334	7.284
Imposto de renda e contribuição social (pagos)/compensados		474.415	1.105.963	(1.711.282)	(2.156.567)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		13.992.229	10.749.167	17.911.195	17.874.062
Caixa advindo de reestruturação societária	6	14.707	-	-	-
Proventos da venda de imobilizado e intangíveis		16.095	35.829	102.369	101.940
Aquisição de imobilizado e intangíveis		(1.705.714)	(1.340.468)	(3.570.957)	(3.203.709)
Aquisição de subsidiárias, líquido de caixa adquirido		-	-	(133.374)	(333.284)
Aquisição de outros investimentos		(28.114)	(404.147)	(8.531)	(1.097)
(Aplicação financeira)/proventos líquidos de títulos de dívida		(35.459)	(157.579)	(16.113)	276.927
Proventos/(aquisição) de outros ativos, líquidos		1.751	13.028	(49.100)	86.221
Provento na venda de participação de investimento para controlada		9.727.000	2.115.000	-	-
Fluxo de caixa das atividades de investimento		7.975.565	276.370	(3.675.706)	(3.073.002)
Aumento de capital		6.186	-	6.186	-
Proventos/(recompra) de ações		7.186	(38.614)	7.275	(38.614)
Aquisição de participação de não controladores		(3.060.459)	-	(3.060.600)	-
Proventos de empréstimos		1.451.288	4.859.464	2.304.917	2.904.418
Liquidação de empréstimos		(9.285.578)	(5.777.305)	(2.498.965)	(5.441.701)
Caixa líquido de custos financeiros, exceto juros		(2.231.458)	(1.048.279)	(1.153.192)	(1.459.451)
Pagamento de passivos de arrendamento financeiro		-	-	(13.104)	(9.035)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(8.598.118)	(8.409.169)	(8.814.129)	(8.819.754)
Fluxo de caixa de atividades financeiras		(21.710.953)	(10.413.903)	(13.221.612)	(12.864.137)
Aumento/(redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa		256.841	611.634	1.013.877	1.936.923
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱ⁾ no início do exercício		2.017.034	1.405.387	10.352.735	7.876.849
Efeito de variação cambial		-	13	96.886	538.963
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱ⁾ no final do exercício		2.273.875	2.017.034	11.463.498	10.352.735

(i) Líquido de conta garantida.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do valor adicionado:

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas	42.735.280	39.450.990	76.976.596	73.758.033
Vendas mercadorias, produtos e serviços	42.434.051	39.395.995	76.727.601	73.674.539
Outras receitas/(despesas) líquidas	320.012	75.983	298.778	166.599
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	(18.783)	(20.988)	(49.783)	(83.105)
Insumos adquiridos de terceiros	(17.550.769)	(15.858.988)	(28.417.380)	(27.140.996)
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(13.945.502)	(12.634.756)	(18.955.201)	(17.766.004)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(3.518.914)	(3.172.830)	(9.282.669)	(9.248.933)
Perda de valores ativos	(86.353)	(51.402)	(179.510)	(126.059)
Valor adicionado bruto	25.184.511	23.592.002	48.559.216	46.617.037
Retenções	(2.078.516)	(2.135.591)	(3.843.544)	(3.486.022)
Depreciação e amortização	(2.078.516)	(2.135.591)	(3.843.544)	(3.486.022)
Valor adicionado líquido produzido	23.105.995	21.456.411	44.715.672	43.131.015
Valor adicionado recebido em transferência	8.994.748	7.104.150	385.228	468.016
Participação nos resultados de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto	6.795.992	5.752.860	1.040	(3.115)
Receitas financeiras	2.158.542	1.302.364	738.815	774.398
Outros	40.214	48.926	(354.627)	(303.267)
Valor adicionado total a distribuir	32.100.743	28.560.561	45.100.900	43.599.031
Distribuição do valor adicionado	32.100.743	28.560.561	45.100.900	43.599.031
Pessoal	1.799.493	1.869.269	4.464.939	4.315.914
Remuneração direta	1.424.077	1.541.251	3.949.345	3.832.371
Benefícios	175.028	153.314	248.894	239.407
Fundo de garantia por tempo de serviço	90.472	81.391	118.113	116.078
Outros	109.916	93.313	148.587	128.058
Impostos, taxas e contribuições	14.951.904	12.682.888	24.700.335	27.050.929
Federais	3.654.331	3.196.791	9.621.961	12.947.689
Estaduais	11.275.863	9.468.295	15.049.487	14.075.274
Municipais	21.710	17.802	28.887	27.966
Remuneração de capitais de terceiros	4.324.668	6.676.436	4.558.199	4.381.684
Despesas financeiras, exceto imposto sobre transações financeiras	4.216.861	6.613.738	4.224.625	4.088.605
Aluguéis	107.807	62.698	333.574	293.079
Remuneração de capitais próprios	11.024.678	7.331.968	11.377.427	7.850.504
Juros sobre o capital próprio	5.030.507	2.277.495	5.030.507	2.277.495
Dividendos	2.515.101	3.612.792	2.515.101	3.612.792
Lucros retidos	3.479.070	1.441.681	3.479.070	1.441.681
Participação de não controladores	-	-	352.749	518.536

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

1.	Informações gerais
2.	Declaração da Administração
3.	Sumário das principais políticas contábeis
4.	Uso de estimativas e julgamentos
5.	Caixa e equivalentes de caixa
6.	Aplicações financeiras
7.	Contas a receber
8.	Estoques
9.	Imposto de renda e contribuição social diferidos
10.	Investimentos
11.	Imobilizado
12.	Intangível
13.	Ágio
14.	Contas a pagar
15.	Empréstimos e financiamentos
16.	Provisões
17.	Benefícios a funcionários
18.	Patrimônio líquido
19.	Informações por segmento
20.	Receita líquida
21.	Outras receitas/(despesas) operacionais
22.	Informações adicionais sobre despesas operacionais por natureza
23.	Itens não recorrentes
24.	Despesas e receitas financeiras
25.	Imposto de renda e contribuição social
26.	Folha de pagamento e benefícios relacionados
27.	Pagamento baseado em ações
28.	Instrumentos financeiros e riscos
29.	Arrendamento operacional
30.	Garantias, obrigações contratuais, adiantamento de clientes e outros
31.	Passivos contingentes
32.	Itens que não afetam o caixa
33.	Partes relacionadas
34.	Companhias do grupo
35.	Seguros
36.	Eventos subsequentes

1. INFORMAÇÕES GERAIS

(a) Objeto social

A Ambev S.A. (referida como “Companhia”, “Ambev” ou “Controladora”), com sede em São Paulo, tem por objeto, diretamente ou por meio da participação em outras sociedades, produzir e comercializar cervejas, chopes, refrigerantes, outras bebidas, malte e alimentos em geral, além da publicidade de produtos seus e de terceiros, o comércio de materiais de promoção e propaganda e a exploração, direta ou indireta, de bares, restaurantes, lanchonetes e similares, entre outros.

A Companhia tem suas ações e ADR's (American Depositary Receipts) negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão sob o código “ABEV3” e na Bolsa de Nova Iorque (*New York Stock Exchange*-NYSE) sob o código “ABEV”.

Os acionistas controladores diretos da Companhia são a Interbrew International B.V. (“IIBV”), a AmBrew S.A. (“Ambrew”), ambas subsidiárias da Anheuser-Busch InBev N.V. (“AB InBev”), e a Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência (“Fundação Zerrenner”).

As demonstrações contábeis consolidadas e individuais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2019.

(b) Principais eventos ocorridos em 2018 e 2017

Aplicação da norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária

Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidenciação em economia altamente inflacionária (IAS 29/CPC 42) passou a ser requerida. A IAS 29/CPC 42 exige a divulgação dos resultados das operações da empresa na Argentina como se fossem altamente inflacionárias a partir de 1º de janeiro de 2018 (início do período em que se identifique a existência de hiperinflação).

De acordo com a IAS 29/CPC 42, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionária são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços.

As demonstrações contábeis de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária, quer estejam baseadas na abordagem pelo custo histórico ou na abordagem pelo custo corrente, devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para real na taxa de câmbio de fechamento do período.

Como consequência do exposto acima, a Companhia aplicou a contabilidade de economia altamente inflacionária para as suas subsidiárias na

Argentina nessas demonstrações contábeis consolidadas e individuais aplicando as regras da IAS 29/CPC 42 da seguinte forma:

- a norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária foi aplicada a partir de 1 de janeiro de 2018 (conforme parágrafo 4 da IAS 29/CPC 42, a norma deverá ser aplicada para as demonstrações contábeis de qualquer entidade desde o início do período em que se identifique a existência de hiperinflação);
- os ativos e passivos não monetários registrados pelo custo histórico (por exemplo, ativos imobilizados, ativos intangíveis, ágio, etc.) e o patrimônio líquido das subsidiárias na Argentina foram atualizados por um índice de inflação. Os impactos de hiperinflação resultantes de alterações no poder de compra geral até 31 de dezembro de 2017 foram reportados nos lucros acumulados e os impactos das alterações no poder de compra geral a partir de 1 de janeiro de 2018 foram reportados na demonstração de resultados em uma conta específica para ajuste de hiperinflação, no resultado financeiro (ver Nota 24 - *Despesas e receitas financeiras*). Conforme parágrafo 3 da IAS 29/CPC 42, não existe um índice geral de preços definido, mas permite que seja executado o julgamento quando a atualização das demonstrações contábeis se torna necessária. Dessa forma, os índices utilizados foram baseados na resolução 539/18 emitida pela Federação Argentina de Conselho de Profissionais de Ciências Econômicas: i) de 1º de janeiro de 2017 em diante o IPC nacional (índice nacional de preço ao consumidor) e; ii) até 31 de dezembro de 2016 o IPIM (índice interno de preços ao atacado).
- a demonstração de resultado é ajustada no final de cada período de reporte utilizando a variação do índice geral de preços e, posteriormente, convertida à taxa de câmbio de fechamento de cada período (em vez da taxa média acumulada no ano para economias não altamente inflacionárias), resultando assim no acumulado do ano os efeitos, nas contas de resultado, tanto do índice de inflação quanto para conversão de moeda;
- a demonstração de resultados do ano de 2017 e do primeiro e do segundo trimestres de 2018 e os respectivos balanços patrimoniais das subsidiárias na Argentina não foram reapresentados. Conforme a IAS 21 parágrafo 42 (b) quando os montantes forem convertidos para a moeda de economia não hiperinflacionária, os montantes comparativos devem ser aqueles que seriam apresentados como montantes do ano corrente nas demonstrações contábeis do ano anterior (isto é, não ajustados para mudanças subsequentes no nível de preços ou mudanças subsequentes nas taxas de câmbio).

Os impactos nos ativos líquidos da Companhia em 31 de dezembro de 2018 estão apresentados conforme abaixo:

Ativo	31/12/2018
Estoques	72.783
Ativo circulante	72.783
Imobilizado	1.394.900
Intangível	976.287
Ágio	1.686.493
Ativo não circulante	4.057.680
Total do ativo	4.130.463
Passivo e patrimônio líquido	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	630.444
Passivo não circulante	630.444
Total do passivo	630.444
Patrimônio líquido	
Reservas	(8.156)
Ajuste de avaliação patrimonial	258.236
Lucros acumulados	3.252.385
Patrimônio líquido de controladores	3.502.465
Participação de não controladores	(2.446)
Total do patrimônio líquido	3.500.019
Total do passivo e patrimônio líquido	4.130.463

A demonstração de resultado do exercício de 2017 das operações na Argentina foi convertida a uma taxa média de 0,193096 pesos argentinos por real. Já a demonstração de resultado do exercício de 31 de dezembro de 2018 das operações na Argentina foi corrigida pelo índice de inflação e, posteriormente, convertida à taxa de fechamento de 31 de dezembro de 2018 de 0,102486 pesos argentinos por real, em decorrência da aplicação da IAS 29/CPC 42.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a utilização da norma de Contabilidade e Evidenciação em Economia Altamente Inflacionária, de acordo com as regras do IFRS, resultou (i) em um ajuste positivo de R\$182.508 no resultado financeiro, (ii) em um impacto negativo no lucro líquido de R\$292.380.

Contratos de troca de resultados de fluxos financeiros futuros – *Equity Swap*

Em 21 de dezembro de 2017, o Conselho de Administração da Ambev aprovou a celebração, pela Companhia ou suas subsidiárias, de contratos de troca de resultados de fluxos financeiros futuros com liquidação financeira (denominados como *equity swap*) por meio de instituições financeiras a serem definidas pela diretoria da Companhia, tendo por referência ações de emissão da Companhia ou *American Depositary Receipts* com lastro nestas ações (“ADR’s”), sem prejuízo da liquidação, no prazo regulamentar, dos contratos de *equity swap* ainda em vigor. A liquidação dos contratos de *equity swap* aprovados deverá ocorrer no prazo máximo de 18 meses a contar da referida aprovação,

sendo que tais contratos poderão acarretar exposição em até 44 milhões de ações ordinárias (do qual parte ou a totalidade poderá ser por meio de ADR's), com valor limite de até R\$820 milhões.

Em 15 de maio de 2018, o Conselho de Administração da Ambev aprovou a celebração de novos contratos de *equity swap*, sem prejuízo da liquidação, no prazo regulamentar, dos contratos de *equity swap* ainda em vigor. A liquidação dos novos contratos de *equity swap* aprovados deverá ocorrer no prazo máximo de 18 meses a contar da referida aprovação, sendo que tais contratos poderão acarretar exposição em até 80 milhões de ações ordinárias (do qual parte ou a totalidade poderá ser por meio de ADR's), com valor limite de até R\$1,8 bilhão.

Em 20 de dezembro de 2018, o Conselho de Administração da Ambev aprovou a celebração de novos contratos de *equity swap*, sem prejuízo da liquidação, no prazo regulamentar, dos contratos de *equity swap* ainda em vigor. A liquidação dos novos contratos de *equity swap* aprovados deverá ocorrer no prazo máximo de 18 meses a contar da referida aprovação, sendo que tais contratos poderão acarretar a exposição em até 80 milhões de ações ordinárias (do qual parte ou a totalidade poderá ser por meio de ADR's), com valor limite de até R\$1,5 bilhão, e, somados ao saldo dos contratos já celebrados no contexto das aprovações de 21 de dezembro de 2017 e 15 de maio de 2018 e ainda não liquidados, poderão acarretar exposição equivalente a até 137.394.353 ações ordinárias (do qual parte ou a totalidade poderá ser por meio de ADR's).

Aditivo ao Contrato com PepsiCo

O contrato de longo prazo com a PepsiCo, segundo o qual a Companhia detém o direito exclusivo para engarrafar, vender e distribuir certas marcas do portfólio da PepsiCo de refrigerantes no Brasil, inclusive Pepsi Cola, Gatorade, H2OH! e Lipton Ice Tea, foi aditado em outubro de 2018, para refletir determinadas alterações no acordo comercial entre as partes. Os novos termos do contrato foram aprovados pelo CADE em dezembro de 2018 e passaram a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2019. O contrato vigorará até 31 de dezembro de 2027.

Venda de subsidiária

Em 8 junho de 2018, a Companhia concluiu a venda da totalidade das ações representativas do capital social de sua subsidiária Barbados Bottling Co. Limited, atuante no segmento de refrigerantes, pelo preço de US\$53 milhões, correspondente a R\$179 milhões. Em decorrência dessa transação, a Companhia apurou um ganho de US\$22 milhões, correspondente a R\$75 milhões na data da transação e a R\$79 milhões em 31 de dezembro de 2018, no resultado do exercício, registrado na rubrica de itens não recorrentes.

Acordo de licenciamento perpétuo à Quilmes

Em setembro de 2017, a Quilmes, uma subsidiária da Ambev, celebrou um acordo pelo qual a AB InBev concederia uma licença perpétua à Quilmes na Argentina para distribuição da marca Budweiser e outras marcas norte-americanas após a recuperação dos direitos de distribuição destas marcas pela AB InBev da sociedade chilena Compañia Cervecerías Unidas S.A. - CCU. O acordo previa a transferência da Cerveceria Argentina Sociedad Anonima Isenbeck pela AB InBev para Quilmes e a transferência de algumas marcas argentinas (Norte, Iguana e Baltica) e ativos comerciais relacionados, além de US\$50 milhões pela Quilmes para a CCU. O fechamento da transação ocorreu em 02 de maio de 2018, após a obtenção da aprovação, em 27 de abril de 2018, pela autoridade antitruste argentina (Comisión Nacional de Defensa de la Competencia) dos documentos principais da operação e da verificação das demais condições habituais de fechamento. A Companhia apurou um ganho de 306 milhões de pesos argentinos, correspondente a R\$50 milhões na data da transação e a R\$30 milhões em 31 de dezembro de 2018, no resultado do exercício em decorrência da aplicação da prática contábil de permuta de ativos envolvendo transações sob controle comum registrada na rubrica de itens não recorrentes.

Renegociação do acordo de acionistas da Tenedora

Em 1º de dezembro de 2017, a Ambev comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que a E. León Jimenes, S.A. (“ELJ”), sócia da Companhia na Tenedora, S.A. (“Tenedora”), titular de quase a totalidade da Cerveceria Nacional Dominicana, S.A. (“CND”), exerceria de forma parcial, conforme previsto no acordo de acionistas da Tenedora, sua opção de venda com relação a aproximadamente 30% do capital social da Tenedora. Em razão do exercício parcial de tal opção de venda, a Companhia pagaria à ELJ o valor de, aproximadamente, R\$3 bilhões (equivalentes à, aproximadamente, USD 926,5 milhões de dólares) e passaria a ser titular de 85% da Tenedora, permanecendo a ELJ com os 15% remanescentes. Adicionalmente, considerando a importância estratégica da aliança com a ELJ, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, nessa data, a extensão, de 2019 para 2022, do prazo para que a opção de compra outorgada pela ELJ à Companhia se tornasse exercível. A operação estava sujeita a determinadas condições precedentes e foi concluída em 18 de janeiro de 2018.

Adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT 2017

Durante o terceiro trimestre de 2017 a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária, previsto na Medida Provisória nº 783, de 31 de maio de 2017, conforme prorrogada pela Medida Provisória nº 798 (“PERT 2017 de 30 de agosto de 2017”), comprometendo-se a pagar algumas autuações fiscais que estavam em disputa, incluindo débitos de suas subsidiárias, totalizando o valor de R\$3,5 bilhões, já considerando os descontos previstos pelo referido programa, tendo pago o valor de aproximadamente R\$960 milhões em 2017 e comprometendo-se a pagar o valor restante em 145 parcelas mensais, acrescidas de juros, a partir de janeiro de 2018, sendo que as parcelas devidas até o presente momento foram quitadas.

2. DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

As demonstrações contábeis (consolidadas e individuais) foram preparadas utilizando-se a base contábil de continuidade operacional e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), em vigor em 31 de dezembro de 2018.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Não ocorreram mudanças significativas nas políticas contábeis das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, de 31 de dezembro de 2018, bem como nos métodos de cálculos utilizados em relação àqueles apresentados nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, exceto pelas descritas abaixo:

IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros substitui a IAS 39/CPC 38 para períodos iniciados a partir de 1 de janeiro de 2018, introduz novas exigências para a classificação de ativos financeiros que depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros; define um novo modelo de contabilização de perdas por redução no valor recuperável e um reconhecimento mais efetivo e introduz um novo padrão de *hedge accounting* e teste de *impairment* com maior divulgação sobre a atividade de gestão de risco. O novo modelo de *hedge accounting* representa uma revisão significativa da política e alinha o tratamento contábil com as atividades de gerenciamento de risco. A IFRS 9/CPC 48 também remove a volatilidade no resultado causada por mudanças no risco de crédito dos passivos determinados para serem mensurados pelo valor justo.

A Companhia aplicou o IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros na data efetiva, sem atualização das informações comparativas para o período iniciado em 1º de janeiro de 2017. Consequentemente, a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros para os períodos comparativos seguem os requisitos previstos na IAS 39/CPC 38. A Companhia avaliou o impacto e concluiu que a IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros não tem impacto relevante em sua posição financeira, desempenho financeiro ou atividades de gerenciamento de risco.

IFRS 15/CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. A nova norma, para períodos iniciados a partir de 1 de janeiro de 2018, resulta em maiores e aprimoradas divulgações sobre receita, fornece orientações para transações que não foram anteriormente abordadas de forma abrangente (por exemplo, receitas de serviços e modificações de contratos) e melhora a orientação para múltiplos elementos.

A Companhia adotou a IFRS 15/CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes com a aplicação de forma retrospectiva com efeito cumulativo reconhecido na data da aplicação inicial (1º de janeiro de 2018). Segundo essa abordagem, o efeito acumulado da aplicação inicial da IFRS 15/CPC 47 deve ser reconhecido como um ajuste no saldo inicial do patrimônio líquido, na rubrica de lucros acumulados, na data da adoção e sem a reapresentação de períodos anteriores, de acordo com o CPC 23. Na data de implementação, o ajuste ao saldo de abertura do patrimônio líquido resultou em uma diminuição do lucro acumulado em R\$355.383, para refletir a alteração na política contábil relacionada a certos abatimentos concedidos a clientes que, de acordo com a IFRS 15, devem ser vinculadas ao preço da transação subjacente às receitas de 2017.

(a) Base de preparação e mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais (“R\$”), exceto quando mencionado de outra forma, arredondados para o milhar mais próximo indicado. O critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações contábeis considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor recuperável.

(b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para exercícios contábeis anuais futuros. Embora as IFRSs prevejam a adoção antecipada, no Brasil os entes reguladores têm vedado essa antecipação para resguardar aspectos de comparabilidade. Dessa forma, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a referida norma não foi aplicada na preparação dessas demonstrações contábeis:

IFRS 16/ CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil (vigente a partir de 1 de janeiro de 2019) substitui os requisitos contábeis de arrendamento mercantil existentes e representam uma alteração significativa na contabilização e divulgação de arrendamentos que anteriormente eram classificados como operacionais, com mais ativos e passivos a serem reportados no balanço patrimonial e um reconhecimento diferente dos custos de arrendamento e interpretações relacionadas, a norma requer que um arrendatário reconheça um direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do mesmo.

A IFRS 16 também exige o reconhecimento de uma taxa de depreciação relacionada aos ativos de direito de uso e uma despesa de juros sobre os passivos de arrendamento, em comparação ao reconhecimento da despesa de arrendamento operacional ou custo de aluguel em uma base linear durante o prazo da locação com base em requisitos prévios. Além disso, a empresa irá alterar a apresentação consolidada do fluxo de caixa, para separar o pagamento dos arrendamentos por uma parcela principal apresentada dentro das atividades de financiamento e um componente de juros apresentado dentro das atividades operacionais.

Para arrendamentos e arrendamentos de curto prazo de ativos de baixo valor, a empresa continuará a reconhecer uma despesa de arrendamento em uma base linear conforme permitido pela IFRS 16. A Companhia como arrendadora continuará a classificar arrendamentos como arrendamentos financeiros ou operacionais e contabilizara de forma diferente os dois tipos de locações.

A Companhia optará pela adoção retrospectiva completa do IFRS 16/CPC 06 (R2) e, consequentemente, reapresentará as informações comparativas. Dessa forma, a Companhia aplicou a definição vigente na IAS 17/ CPC 06 (R1), bem como no IFRIC 4 para os contratos de arrendamento introduzidos ou modificados antes de 1º de Janeiro de 2019.

A empresa avaliou o impacto estimado que a aplicação inicial do IFRS 16 terá em suas demonstrações financeiras consolidadas. Na transição para o IFRS 16, a empresa estima que reconhecerá R\$1.547.403 de ativos de direito de uso e R\$1.670.136 de passivos de arrendamento, reconhecendo a diferença nos lucros acumulados. Ao mensurar os passivos de arrendamento, a empresa descontou os pagamentos da locação utilizando taxas de empréstimo incrementais em 1 de janeiro de 2019. A taxa média ponderada aplicada é de 12,5%.

Outras normas, interpretações e alterações às normas

As demais alterações mandatórias para demonstrações contábeis com início em 1 de janeiro de 2019 não foram listadas acima devido à sua não-aplicabilidade ou à sua imaterialidade para as demonstrações contábeis da Companhia.

(c) Demonstrações contábeis individuais

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foram feitos, em ambas as demonstrações contábeis, os mesmos ajustes de prática quando da adoção das IFRS e dos CPC's.

(d) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis das controladas, negócios em conjunto e coligadas utilizadas nas demonstrações contábeis consolidadas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação da Ambev, aplicando práticas contábeis idênticas.

Todas as transações, saldos e ganhos ou perdas não realizados em transações entre empresas do grupo foram eliminados.

Controladas

A Companhia controla uma entidade quando ela está exposta ou tem direito a retornos variáveis em decorrência de seu envolvimento com a entidade e é capaz de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a entidade. Na determinação de controle, potenciais direitos de voto são levados em conta. Presume-se a existência de controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, mais de metade dos direitos de voto (o que nem sempre equivale à participação econômica), a menos que possa ser demonstrado que essa participação não constitui controle.

As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido pela Companhia, exceto quando aplicada a prática contábil do custo precedente para transferência do controle comum. A consolidação é interrompida a partir da data em que esse controle deixa de existir.

A Ambev usa o método de alocação contábil do custo do investimento para registrar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Ambev. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos/assumidos em uma combinação de negócios são reconhecidos inicialmente pelos seus valores justos, na data da aquisição. A Ambev reconhece a participação de não controladores na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional à participação dos não controladores no valor justo dos ativos líquidos adquiridos. A mensuração da participação de não controladores é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso: (i) da contraprestação transferida; (ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida (quando aplicável); e (iii) do valor justo, na data de aquisição, de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Quando a soma dos três itens acima for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma redução ao valor recuperável (*impairment*) do ativo transferido.

Negócios em conjunto

Negócios em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os negócios em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em

conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

Combinação de negócios envolvendo entidades sob controle comum

Combinações de negócios entre entidades sob controle comum ainda não foram abordadas especificamente pelos IFRS's ou CPC's. A IFRS 3/CPC 15(R1) - *Combinação de Negócios* é o pronunciamento que se aplica a combinações de negócios, porém explicitamente exclui do seu escopo as combinações de negócios entre entidades sob controle comum.

i) Custo precedente

Conforme permitido pela IAS 8/CPC 23 - *Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro*, a Administração adotou uma prática contábil em linha com os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos nos Estados Unidos e no Reino Unido (USGAAP - *Generally Accepted Accounting Principles (United States)* e UKGAAP - *Generally Accepted Accounting Principles (United Kingdom)*), a prática do custo precedente para registro do valor contábil do ativo recebido, tal como registrado pela controladora.

A prática contábil do custo precedente prevê que ao contabilizar uma transferência de ativos entre entidades sob controle comum, a entidade que recebe os ativos líquidos ou as participações societárias, inicialmente mensurará os ativos e passivos transferidos, reconhecidos aos seus valores contábeis nas contas da entidade que faz a transferência, na data da transferência, retrospectivamente. Se os valores contábeis dos ativos e passivos transferidos, pela controladora, diferirem do custo histórico da controladora das entidades sob controle comum, as demonstrações contábeis da entidade recebedora deverão refletir os ativos e passivos transferidos ao custo da controladora das entidades sob controle comum em contrapartida ao patrimônio líquido contra a conta de reserva de ajustes de avaliação patrimonial.

ii) Permuta de ativos

Com relação às transações entre entidades sob controle comum que envolvam a alienação/ transferência da controlada para seu controlador, ou seja, acima do nível da demonstração financeira consolidada da Ambev, a Companhia avalia a existência de i) oposição de interesses; e ii) substância e propósito econômico. Satisfeitas estas premissas, buscando proporcionar a visibilidade adequada e o justo impacto no montante de resultados distribuíveis a seus acionistas, notadamente os não controladores, a Companhia adotou como política, de forma análoga, os conceitos da IAS 16/CPC 27 - *Ativo imobilizado*. A referida política contempla ativos adquiridos por meio de permuta por ativo não monetário, ou conjunto de ativos monetários e não monetários. Os ativos objetos de permuta podem ser de mesma natureza ou de naturezas diferentes. O custo de tal item do ativo é mensurado pelo valor justo, a não ser que a

operação de permuta não tenha natureza comercial ou, o valor justo do ativo recebido e do ativo cedido não possam ser mensurados com segurança. O ativo adquirido é mensurado dessa forma mesmo que a entidade não consiga dar baixa imediata ao ativo cedido. Se o ativo adquirido não for mensurável ao valor justo, seu custo é determinado pelo valor contábil do ativo cedido.

Quando existir a distribuição de ativos, que não na forma de caixa, o ativo antes de sua distribuição é mensurado pelo seu valor justo em contrapartida de uma conta do resultado do exercício. Embora sua aplicação é prevista às distribuições por meio das quais são beneficiados os titulares da mesma classe de instrumentos patrimoniais e cujo tratamento seja equitativo, também de forma análoga ao ICPC 07/IFRIC 17, na ausência de uma prática contábil específica para transações sob controle comum, consideramos as disposições dessa instrução na definição de nossa prática contábil. Assim como acontece também em outras vendas que a Ambev faz para seu controlador (produtos, insumos etc.) onde é reconhecido o resultado da transação na demonstração de resultado, como previsto no parágrafo 56 do ICPC 09 e análogo ao parágrafo 33a do CPC 31 (única norma que trata de alienação de negócios, sem fazer distinção entre transações com controlador e terceiro).

(e) Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“moeda funcional”).

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da Companhia é o real.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são registradas pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa vigente na data do balanço patrimonial. Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira e evidenciados pelo valor justo são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data de apuração do valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes da liquidação de transações em moeda estrangeira e resultantes da conversão de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração de resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e caixa e equivalentes de caixa, são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Conversão das demonstrações contábeis de controladas localizadas no exterior

Os ativos e passivos destas controladas são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço patrimonial, enquanto os saldos das demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício, e os saldos das mutações do patrimônio líquido, pelas taxas de câmbio históricas das respectivas transações. Os ajustes de conversão, compreendidos pela diferença entre as taxas de câmbio média e histórica, são registrados diretamente no resultado abrangente.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda estrangeira designados como *hedge* desses investimentos são reconhecidos no resultado abrangente.

O ágio e os ajustes de valor justo decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

Investimento líquido em entidade no exterior (*Quasi-equity*)

Uma entidade pode possuir item monetário caracterizado como recebível junto a uma entidade no exterior, ou como contas a pagar à mesma, cuja liquidação não é provável de ocorrer, tampouco está planejada para um futuro previsível e que não contempla operações comerciais normais da Companhia. O resultado de variação cambial desse item monetário deve ser registrado, inicialmente, no grupo de resultado abrangente e transferido para o resultado quando da baixa dos itens monetários que fazem parte do investimento líquido.

Demonstrações financeiras em economias altamente inflacionárias

De acordo com a IAS 29/CPC 42, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionária são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços. As demonstrações contábeis de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária, quer estejam baseadas na abordagem pelo custo histórico ou na abordagem pelo custo corrente, devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para real na taxa de câmbio de fechamento do período.

Taxas de câmbio

As principais taxas de câmbio utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis da Companhia são:

Moeda	Denominação	País	Taxa final		Taxa média	
			2018	2017	2018	2017
CAD	Dólar canadense	Canadá	2,8431	2,6380	2,8092	2,4567
DOP	Peso dominicano	República Dominicana	0,0770	0,0685	0,0734	0,0674
USD	Dólar americano	Panamá e Cuba ⁽ⁱ⁾	3,8748	3,3080	3,6348	3,2017
GTQ	Quetzal	Guatemala	0,5001	0,4500	0,4837	0,4344
ARS	Peso	Argentina	0,1025	0,1762	0,1371	0,1931
BOB	Boliviano	Bolívia	0,5567	0,4753	0,5222	0,4600
PYG	Guarani	Paraguai	0,0007	0,0006	0,0006	0,0006
UYU	Peso uruguaio	Uruguai	0,1196	0,1151	0,1181	0,1116
CLP	Peso chileno	Chile	0,0056	0,0054	0,0057	0,0049
BBD	Dólar de Barbados	Barbados	1,9101	1,6307	1,7918	1,5783

(i) A moeda funcional de Cuba, o peso cubano conversível (“CUC”), tem paridade com o dólar (“USD”) na data da demonstração contábil.

(f) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com riscos insignificantes de mudança de valor, e prontamente conversíveis em caixa. São contabilizados pelo seu valor de face, que é equivalente ao seu valor justo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa são apresentados líquidos de saldos de contas garantidas, quando aplicável.

(g) Instrumentos financeiros e contabilização de *hedge*

Classificação e Mensuração

A Companhia utiliza instrumentos financeiros para implementar sua estratégia e políticas de gerenciamento de risco. Derivativos são geralmente usados para mitigar o impacto de moedas estrangeiras, taxas de juros, preços de ações e preços de *commodities* no desempenho da empresa. A política de gerenciamento de riscos financeiros da Companhia proíbe o uso de derivativos quando não relacionados ao negócio da empresa.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

As classificações dos ativos financeiros da empresa são as seguintes:

- Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com ganhos ou perdas revertidos para lucros ou perdas no desreconhecimento. Os ativos financeiros nesta categoria são os instrumentos de dívida cotados da empresa que são mantidos dentro de um modelo de negócios para coletar fluxos de caixa e vender.
- Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem remensuração de ganhos ou perdas no resultado no desreconhecimento. Esta categoria inclui apenas os instrumentos de capital próprio, que a empresa pretende reter no futuro previsível e que a empresa elegeu irrevogavelmente para classificar no reconhecimento inicial ou transição. Esses instrumentos não estão sujeitos a teste de *impairment*.
- Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos derivativos e instrumentos patrimoniais que a companhia não havia classificado, no reconhecimento inicial ou transição, para classificar ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Essa categoria inclui também os instrumentos de dívida cujas características de fluxo de caixa não são mantidas dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja coletar fluxos de caixa contratuais ou coletar fluxos de caixa contratuais e vender.

As mensurações dos ativos financeiros da empresa são as seguintes:

Contabilização de *hedge*

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção dos riscos relacionados a moedas estrangeiras, taxa de juros e preço de *commodities*. Os instrumentos financeiros derivativos que, embora contratados com objetivo de proteção, não atendem a todos os critérios para aplicação de contabilização de *hedge* são reconhecidos pelo valor justo no resultado do exercício.

Instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. O valor justo é o valor no qual um ativo pode ser realizado e um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, em condições normais de mercado. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos pode ser obtido a partir de cotações de

mercado ou a partir de modelos de precificação que consideram as taxas correntes de mercado, e também a qualidade de crédito da contraparte.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros derivativos são remensurados pelo seu valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações no valor justo do instrumento financeiro derivativo são reconhecidas no resultado do exercício, exceto quando estes são instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa ou *hedge* de investimento líquido, em que as variações no valor justo são reconhecidas no resultado abrangente.

A Companhia realiza derivativos de commodities que possuem termos críticos semelhantes ao item protegido. A Companhia aplica *hedge* de componentes a suas *commodities*. O componente protegido é contratualmente especificado e coincide com aqueles definidos no contrato derivativo, portanto, a relação de *hedge* é de 1:1. A efetividade do *hedge* é realizada de forma qualitativa. Sempre que os termos críticos não coincidem, a companhia usa o método derivativo hipotético para avaliar a eficácia. Possíveis fontes de ineficácia são mudanças no momento da transação prevista, mudanças na quantidade da mercadoria a ser protegida ou mudanças no risco de crédito de qualquer das partes do contrato derivativo.

Os conceitos de *hedge* de fluxo de caixa, de investimento líquido e de valor justo são aplicados a todos os instrumentos que atendem aos requerimentos de contabilidade de *hedge* do IFRS 9/ CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

Contabilização de *hedge* de fluxo de caixa

O *hedge* de fluxo de caixa é aplicável para proteger a exposição dos fluxos de caixa de um ativo ou passivo registrado, do risco de moeda estrangeira e de oscilações de preços em *commodities*, associados a uma transação de realização altamente provável, a parcela efetiva de qualquer resultado (ganho ou perda) com o instrumento financeiro derivativo é reconhecida diretamente no resultado abrangente (reservas de *hedge* de fluxo de caixa) e deve ser reclassificado da reserva de *hedge* de fluxo de caixa para a mesma rubrica e no mesmo período os quais os fluxos de caixa futuros esperados protegidos impactaram. A parcela inefetiva de qualquer ganho ou perda é reconhecida imediatamente na demonstração de resultados do exercício.

Quando um instrumento de *hedge* ou uma relação de *hedge* são extintos, mas ainda espera-se que a transação protegida ocorrerá, os ganhos e perdas acumulados (até aquele ponto) permanecem no resultado abrangente, sendo reclassificados de acordo com a prática acima, quando a transação de proteção ocorrer. Não havendo mais probabilidade de ocorrência da transação de proteção, os ganhos ou perdas acumulados e reconhecidos no resultado abrangente são reclassificados imediatamente para a demonstração de resultados.

Contabilização de *hedge* de valor justo

Quando um instrumento financeiro derivativo protege da exposição à variabilidade no valor justo de um ativo ou passivo registrato, ou um compromisso firme, qualquer resultado (ganho ou perda) com o instrumento financeiro derivativo é reconhecido na demonstração de resultado. O valor contábil do item protegido também é reconhecido pelo valor justo em relação ao risco, com respectivos ganhos e perdas reconhecidos na demonstração de resultados.

Contabilização de *hedge* de investimento líquido

Quando um passivo em moeda estrangeira não derivativo protege um investimento líquido em uma operação no exterior, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do passivo para a moeda funcional são reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes (reservas de conversão), enquanto a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado.

Quando um instrumento financeiro derivativo protege um investimento líquido em uma operação no exterior, a parcela do ganho ou a perda no instrumento de *hedge* que é determinada como efetiva é reconhecida diretamente em outros resultados abrangentes (reservas de conversão), enquanto a parcela ineficaz é reportada no lucro ou perda.

Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Certos instrumentos financeiros derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

Redução ao valor de recuperação (*impairment*) de ativos financeiros

A Administração avalia trimestralmente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são registradas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (“evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e pode ser estimado de maneira confiável.

(h) Contas a receber

Contas a receber de clientes são quantias devidas por clientes por mercadorias vendidas ou serviços prestados no curso normal dos negócios. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia é detentora de valores a receber, com o objetivo de receber os

fluxos de caixa contratuais, mensurando-os, subsequentemente, pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 para mensurar as perdas de crédito esperadas, por meio das quais as provisões para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes são mensuradas no reconhecimento inicial com base nas perdas de crédito esperadas de 12 meses. Isto é principalmente baseado na experiência passada com perdas de crédito, dados atuais sobre recebíveis vencidos e informações de pontuação de crédito. As informações prospectivas (como os indicadores de desempenho econômico previstos) também são levadas em consideração se, com base na experiência anterior, tais indicadores mostrarem uma correlação significativa com as perdas reais de crédito. Normalmente, as contas a receber pendentes há mais de 90 dias são integralmente baixadas.

Outros créditos são compostos principalmente por depósitos em dinheiro em garantias e recebíveis. Esses instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Quaisquer perdas por *impairment* e resultados cambiais são reconhecidos diretamente no resultado.

(i) Estoques

Os estoques são inicialmente registrados pelo seu custo de aquisição e, posteriormente, são valorizados pelo menor, entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui os gastos incorridos na aquisição do bem, transporte até sua localização atual e colocação em condições de uso. Para a apuração do custo dos estoques emprega-se o método da média ponderada.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração contempla as matérias-primas, outros materiais de produção, o custo da mão de obra direta, outros custos diretos, ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos e uma parcela (alocação) dos custos fixos e variáveis baseados na capacidade operacional normal. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado em condições normais de mercado, deduzido dos gastos para colocação dos produtos em condições de venda e realização da venda.

Estoques têm seu valor reduzido, quando o valor líquido de realização antecipado se torna menor que o valor contábil dos estoques. O cálculo do valor líquido de realização leva em consideração as características específicas de cada categoria de estoque, tais como data de validade, vida útil, indicadores de movimentação, entre outros.

(j) Intangíveis

Marcas

Caso parte do valor pago em uma combinação de negócios relacione-se a marcas, elas são reconhecidas em uma conta específica do grupo de intangíveis e mensuradas pelo

seu valor justo na data da aquisição. Posteriormente, o valor das marcas pode sofrer redução no caso de perdas por *impairment*. Gastos incorridos internamente para desenvolvimento de uma marca são reconhecidos como despesa.

Software

O *software* adquirido é mensurado pelo custo de aquisição menos a amortização acumulada. A amortização relacionada a *software* está incluída no custo das vendas, despesas de distribuição e vendas, despesas de *marketing* ou despesas administrativas, dependendo da atividade à qual o *software* está relacionado.

Outros intangíveis

Outros intangíveis, adquiridos pela Companhia, são mensurados pelo custo de aquisição menos a amortização acumulada e eventuais perdas no valor de recuperação.

Outros intangíveis também incluem direitos de patrocínios de vários anos, adquiridos pela Companhia. Estes são inicialmente reconhecidos pelo valor presente dos pagamentos futuros e subsequentemente mensurados pelo custo menos a amortização acumulada e eventuais perdas no valor de recuperação.

Amortização

Intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com o método linear pelo período de sua vida útil estimada. Licenças e direitos de fornecimento e distribuição são amortizados pelo período em que existem os direitos. Marcas são consideradas intangíveis de vida útil indefinida e, portanto não são amortizadas. *Software* e custos de desenvolvimento capitalizados relacionados a tecnologia são amortizados ao longo de 3 a 5 anos.

Itens que não são amortizados são testados para fins de redução ao valor de recuperação anualmente.

(k) Ágio

O ágio surge na aquisição de controladas, coligadas e negócios em conjunto.

O ágio é determinado como sendo o excesso: (i) da contraprestação transferida; (ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida (quando aplicável); e (iii) do valor justo, na data de aquisição, de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, na respectiva data de aquisição. Todas as combinações de negócios são contabilizadas pela aplicação do método de alocação contábil do custo do investimento.

Em conformidade com a IFRS 3 - *Combinações de Negócios*, o ágio é contabilizado pelo custo e não é amortizado, mas sim testado no mínimo anualmente para fins de redução ao valor de recuperação, ou sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa à qual ele foi alocado. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é expresso na moeda da unidade geradora de caixa ou operação em conjunto (*joint operation*) a que se refere e convertido em Real pela taxa de câmbio vigente no final do exercício.

Com respeito às coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*), o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil da participação na coligada e/ou empreendimento controlado em conjunto (*joint ventures*).

Se a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes reconhecidos exceder o custo da combinação de negócios, tal excesso é reconhecido imediatamente na demonstração do resultado.

O ágio gerado internamente é contabilizado como despesa, conforme incorrido.

O ágio inclui os efeitos do custo precedente (Nota 3 (d)).

(l) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo menos a depreciação acumulada e as perdas por redução ao valor de recuperação. O custo abrange o preço de aquisição, os juros incorridos no financiamento durante a fase de construção, e todos os outros custos diretamente relacionados ao transporte do ativo imobilizado até o local e sua colocação em condições de operação na forma pretendida pela Administração da Companhia (por exemplo, impostos não recuperáveis, frete, custos de desmonte e retirada dos equipamentos e restauração do local em que se encontram, caso incorridos). O custo do imobilizado construído internamente é apurado conforme os mesmos princípios aplicáveis ao imobilizado adquirido de terceiros. Os métodos de depreciação, valor residual, bem como as vidas úteis são reavaliados e ajustados, se apropriado, anualmente.

Custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são capitalizados como parte do custo de tais ativos.

Terrenos não são depreciados visto que são considerados como de vida útil indefinida.

O imobilizado e respectiva depreciação incluem os efeitos do custo precedente (Nota 3 (d)).

Gastos subsequentes

A Companhia reconhece no valor contábil do imobilizado o gasto da substituição de um componente, se for provável que os benefícios econômicos futuros nele incorporados fluirão para a Companhia, e o custo do componente puder ser apurado de forma confiável. Todos os demais gastos são registrados como despesa quando incorridos.

Depreciação

O montante depreciable é o custo de um ativo menos o seu valor residual. Os valores residuais, se não insignificantes, são reavaliados anualmente. A depreciação dos itens inicia-se a partir do momento que os ativos estão instalados e prontos para uso, utilizando-se o método linear ao longo da vida útil estimada dos bens.

As vidas úteis das principais classes de ativo imobilizado estão descritas abaixo:

Edifícios	25 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
Instalações	10 anos
Utensílios	10 anos
Bens de uso externo	2 a 5 anos

As vidas úteis e os valores residuais dos ativos são revisados, no mínimo, anualmente. A Administração aplica julgamentos na avaliação e determinação das vidas úteis dos ativos.

Ganhos e perdas na venda

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.

(m) Contabilização de arrendamento operacional

Arrendamentos de ativos nos quais os riscos e os benefícios do bem são retidos substancialmente pelo arrendador são classificados como arrendamento operacional. Pagamentos de arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado em uma base linear até o encerramento do contrato.

Quando um arrendamento operacional é encerrado antes da data de vencimento, qualquer pagamento a ser feito ao arrendatário a título de multa é reconhecido como uma despesa no período em que o contrato é encerrado.

Vigente a partir de 1 de janeiro de 2019, a IFRS 16 substitui os requisitos contábeis de arrendamento mercantil existentes e representam uma alteração significativa na contabilização e divulgação de arrendamentos que anteriormente eram classificados como arrendamentos operacionais, com mais ativos e passivos a serem reportados no balanço patrimonial e um reconhecimento diferente dos custos de arrendamento e

interpretações relacionadas, a norma requer que um arrendatário reconheça um direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do mesmo, conforme Nota 3 (b).

(n) Contas a pagar

Contas a pagar a fornecedores são reconhecidas, inicialmente pelo seu valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

(o) Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo deduzidos dos custos da transação. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, sendo qualquer diferença entre o valor inicial e o valor do vencimento reconhecido no resultado do exercício, durante a vida esperada do instrumento, com base no método da taxa efetiva de juros. A Companhia possui empréstimos e financiamentos cobertos por instrumentos de *hedge* (Nota 15 – *Empréstimos e financiamentos*).

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

(p) Provisões

Provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados; (ii) é provável que haja um desembolso futuro para liquidar uma obrigação presente; e (iii) o valor pode ser estimado com razoável segurança.

As provisões, exceto as mencionadas no tópico de disputas e litígios, são mensuradas descontando-se os fluxos de caixa futuros esperados, a uma taxa antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais de mercado sobre o valor do dinheiro no tempo, e quando apropriado, os riscos específicos da obrigação.

Reestruturação

Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando a Companhia possui um plano detalhado e aprovado de reestruturação e quando a reestruturação já foi iniciada ou anunciada. Gastos relacionados às atividades normais e à conduta futura da Companhia não são provisionados, mas reconhecidos quando incorrida uma despesa. A provisão inclui os compromissos relacionados aos benefícios que serão pagos pela Companhia aos funcionários desligados na reestruturação.

Disputas e litígios

A provisão para disputas e litígios é reconhecida quando é mais provável do que improvável que a Companhia será obrigada a fazer pagamentos futuros, como resultado de eventos passados. Tais pagamentos incluem, mas não estão limitados à várias reivindicações, processos e ações iniciados tanto por terceiros quanto pela Companhia, relativos às leis antitrustes, violação dos acordos de distribuição e licenciamentos, questões ambientais, disputas trabalhistas, reclamações de autoridades fiscais e outros assuntos contenciosos.

(q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado do exercício, a não ser que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no resultado abrangente ou outra conta do patrimônio líquido. Nestes casos o efeito fiscal também é reconhecido diretamente no resultado abrangente ou em conta do patrimônio líquido (exceto juros sobre o capital próprio, conforme Nota 3 (u)).

A despesa com imposto corrente é a expectativa de pagamento sobre o lucro tributável do ano, utilizando a taxa nominal aprovada ou substancialmente aprovada na data do balanço patrimonial, e qualquer ajuste de imposto a pagar relacionado a exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido utilizando o método do balanço patrimonial. Isto significa que para as diferenças tributáveis e dedutíveis de natureza temporária entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos, é reconhecido o imposto diferido ativo ou passivo. De acordo com esse método, a provisão para o imposto diferido é também calculada sobre as diferenças entre o valor justo de ativos e passivos adquiridos em uma combinação de negócios e sua base fiscal. A IAS 12 / CPC 32 – *Tributos Sobre o Lucro* prevê que nenhum imposto diferido passivo seja reconhecido no reconhecimento do ágio; e que nenhum imposto diferido ativo e/ou passivo seja reconhecido (i) no reconhecimento inicial de um ativo ou passivo proveniente de uma transação que não a de combinação de negócios, que no momento da transação não afete o lucro ou prejuízo contábil ou fiscal; e (ii) sobre diferenças relacionadas a investimentos em ações de controladas, desde que não sejam revertidos no futuro previsível. O valor do imposto diferido determinado é baseado na expectativa de realização ou liquidação da diferença temporária e utiliza a taxa nominal aprovada ou substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados se existir um direito legal de compensar os passivos fiscais correntes e ativos, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável, ou em diferentes entidades tributáveis que pretendam ou liquidar passivos fiscais correntes e ativos em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O imposto diferido ativo é reconhecido somente na extensão em que é provável que haja lucros tributáveis futuros. O imposto de renda diferido ativo é reduzido na extensão em que não mais seja provável a ocorrência de lucros tributáveis futuros.

(r) Benefícios a funcionários

Benefícios pós-emprego

Benefícios pós-emprego incluem benefícios de aposentadoria administrados, no Brasil, pelo Instituto Ambev de Previdência Privada – IAPP, e de assistência médica e odontológica administrados pela Fundação Zerrenner. Os planos de pensão normalmente são mantidos por pagamentos feitos tanto pela Companhia quanto pelos funcionários, considerando as recomendações dos atuários independentes. Os planos de assistência médica e odontológica são mantidos pelos rendimentos dos ativos da Fundação, podendo a Companhia contribuir com parte de seu lucro para a Fundação em caso de necessidade.

A Companhia possui planos de aposentadoria de contribuição definida e/ou de benefício definido e/ou assistência médica e odontológica para funcionários do Brasil e de subsidiárias localizadas na República Dominicana, Barbados, Panamá, Uruguai, Bolívia, Argentina e no Canadá.

A Companhia possui planos de aposentadoria superavitários e deficitários.

r.1) Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais ou construtivas de fazer contribuições adicionais se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado nos períodos corrente e anteriores.

As contribuições desses planos são reconhecidas como despesa no período em que são incorridas.

r.2) Planos de benefício definido

Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

Para os planos de benefício definido, as despesas são avaliadas para cada plano individualmente, utilizando o método de crédito unitário projetado. O crédito unitário projetado considera cada período de serviço como sendo uma unidade de benefício adicional para mensurar cada unidade separadamente. Baseado nesse método, o custo de prover a aposentadoria é reconhecido no resultado do exercício durante o período de

serviço dos funcionários. Os valores reconhecidos no resultado do exercício compreendem o custo do serviço corrente, juros, custo do serviço passado e o efeito de quaisquer acordos e liquidações. As obrigações do plano reconhecidas no balanço patrimonial são mensuradas com base no valor presente dos desembolsos futuros utilizando uma taxa de desconto equivalente às taxas de títulos do governo com vencimento semelhante ao da obrigação, menos o valor justo dos ativos do plano.

Custos de serviço passado resultam da introdução de um novo plano ou mudança de um plano existente. Eles são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício, na data do que ocorrer primeiro: (i) acordos / liquidações, ou (ii) quando a empresa reconhece custos relacionados a reestruturação ou terminação, a menos que as mudanças estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Ganhos e perdas atuariais compreendem os efeitos das diferenças entre premissas atuariais prévias e o que de fato ocorreu, e os efeitos das mudanças nas premissas atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos integralmente no resultado abrangente.

Remensurações, compostas de ganhos e perdas atuariais, do efeito do limite de ativos (*asset ceiling*) e o retorno sobre os ativos do plano, ambos excluindo juros líquidos, são reconhecidos na demonstração do resultado abrangente, em sua totalidade, no período em que ocorrem. Remensurações não são reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes.

Quando o montante calculado de um plano de benefício definido é negativo (um ativo), a Companhia reconhece tais ativos (despesas antecipadas) na extensão do valor do benefício econômico disponível para a Companhia, proveniente de reembolsos ou reduções de contribuições futuras.

Outras obrigações pós-emprego

A Companhia e algumas de suas subsidiárias patrocina benefícios de assistência médica, reembolso de gastos com medicamentos e outros benefícios, para alguns aposentados do passado, não sendo concedidos tais benefícios para novas aposentadorias. Os custos esperados desses benefícios são reconhecidos durante o período de emprego utilizando-se uma metodologia similar à do plano de benefício definido, inclusive os ganhos e perdas atuariais.

Benefícios de rescisão

Benefícios de rescisão são reconhecidos como despesa na primeira das seguintes datas: (i) quando a Companhia está comprometida com um plano formal detalhado de terminar

o vínculo empregatício antes da data normal de aposentadoria, sem possibilidade real de retirá-lo; e (ii) quando a Companhia reconhecer custos de reestruturação.

Bônus

Bônus concedidos a funcionários e administradores são baseados no atingimento de metas individuais e coletivas, pré-definidas. O valor estimado do bônus é reconhecido como despesa no período de sua competência.

(s) Pagamento baseado em ações

Diferentes programas de remuneração com base em ações e opções permitem que membros da Administração e outros executivos indicados pelo Conselho de Administração adquiram ações da Companhia. O valor justo das opções de ações é mensurado na data da outorga usando o modelo de precificação de opção mais apropriado. Baseado no número esperado de opções que serão exercidas, o valor justo das opções outorgadas é reconhecido como despesa durante o período de carência da opção com contrapartida no patrimônio líquido. Quando as opções são exercidas, o patrimônio líquido aumenta pelo montante dos proventos recebidos.

(t) Empréstimo subsidiado

A Companhia possui incentivos fiscais enquadrados em determinados programas de desenvolvimento industrial estadual na forma de financiamento ou diferimento do pagamento de impostos. Esses programas estaduais objetivam promover, no longo prazo, o incremento da geração de emprego, a descentralização industrial, além de complementar e diversificar a matriz industrial dos estados.

Nesses estados, os prazos de carência e fruição são previstos na legislação fiscal e, quando existentes, as condições referem-se a fatos sob controle da Companhia. O benefício relativo à postergação no pagamento desses impostos é registrado no resultado do exercício, com base no regime de competência.

Como as taxas de juros e/(ou) prazos destes empréstimos são vantajosos em relação a condições de mercado, tais financiamentos são considerados como empréstimos subsidiados, conforme determinado na IAS 20/CPC 07. Referido subsídio consiste no ganho auferido ao comparar o valor destas operações em condições de mercado ao valor pactuado em contrato. Deste modo, no momento de cada captação, o subsídio calculado é registrado em outras receitas operacionais, seguindo o tratamento dispensado aos demais subsídios de ICMS. Anualmente a Companhia reavalia quais são as condições de mercado vigentes no exercício para aferir tais subsídios.

Mensalmente, considerando-se o valor da contraprestação, o período até o vencimento, a taxa do contrato de financiamento, a taxa de desconto acima mencionada, a redução no valor do ajuste a valor presente é alocada no resultado financeiro, de tal forma que na data prevista de liquidação de cada contraprestação tal ajuste seja zero.

(u) Patrimônio líquido

Capital social

O capital da Companhia é composto apenas por ações ordinárias.

Recompra de ações

Quando a Companhia compra de volta suas próprias ações, o montante pago, incluindo os custos diretamente atribuíveis, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido, na rubrica de ações em tesouraria.

Custos com emissão de ações

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Dividendos e Juros sobre o capital próprio

Dividendos e juros sobre o capital próprio são registrados no passivo após aprovação em Reunião do Conselho de Administração (“RCA”), com exceção à parcela referente ao dividendo mínimo obrigatório previsto por estatuto, a qual é contabilizada como passivo, quando aplicável, ao final de cada exercício.

A despesa relacionada aos juros sobre o capital próprio é registrada no resultado do exercício para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social, e posteriormente reclassificada para o patrimônio líquido para fins de apresentação nessas demonstrações contábeis.

(v) Redução ao valor de recuperação (*impairment*) de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros como imobilizado, ágio e ativo intangível são revisados, no mínimo, anualmente para avaliar se existem indicativos de redução ao valor de recuperação. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado.

O ágio, os intangíveis ainda não disponíveis para o uso e os intangíveis de vida útil indefinida são testados para fins de redução ao valor de recuperação no mínimo anualmente no nível da unidade de negócios (que é um nível abaixo do segmento reportado), ou sempre que tiverem indicativos de redução do valor recuperável.

Uma perda de redução ao valor de recuperação é reconhecida sempre que o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor de recuperação. Perdas de redução ao valor de recuperação são reconhecidas no resultado do exercício.

O valor de recuperação de intangíveis com vida útil indefinida baseia-se primeiramente em um critério de valor justo, pelo qual se aplicam múltiplos que refletem transações de mercado atuais a indicadores que determinam a rentabilidade do ativo ou ao fluxo de *royalties* que poderia ser obtido com o licenciamento do ativo intangível a terceiros, em condições normais de mercado.

O valor de recuperação dos demais ativos é apurado como sendo o maior entre o seu valor justo menos os custos de venda, e o seu valor em uso. No caso de ativos que não geram fluxos de caixa individuais significativos, o montante recuperável é determinado para a unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. O valor recuperável das unidades geradoras de caixa às quais o ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida pertencem é baseado no valor justo líquido de despesas de venda, utilizando múltiplos de EBITDA observados no mercado em combinações de negócios precedentes envolvendo negócios comparáveis na indústria cervejeira. Para algumas UGCs, esses cálculos são corroborados pela utilização da abordagem de valor em uso, em que fluxos de caixa futuros de tais UGCs são descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações correntes de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, são revisados para possível reversão do *impairment* na data de apresentação. A perda por redução ao valor de recuperação é revertida somente até a extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que seria determinado, líquido de depreciação ou amortização, caso nenhuma perda por redução ao valor de recuperação tivesse sido reconhecida.

(w) Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece a receita quando as obrigações de desempenho são satisfeitas, ou seja, quando a empresa transfere o controle de um produto para um cliente.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do grupo no Consolidado.

Venda de produtos

A receita é mensurada com base na consideração, a qual a empresa espera ter direito em contrato com o cliente e exclui as quantias cobradas em nome de terceiros. A Companhia reconhece a receita quando as obrigações de desempenho são satisfeitas, ou seja, quando a empresa transfere o controle de um produto para um cliente.

Especificamente, o reconhecimento de receita segue a seguinte abordagem de cinco etapas:

- Identificação dos contratos com um cliente
- Identificação das obrigações de desempenho nos contratos
- Determinação do preço de transação
- Alocação do preço de transação para as obrigações de desempenho nos contratos
- Reconhecimento de receita quando as obrigações de desempenho são satisfeitas, ou seja, quando a empresa transfere o controle de um produto para um cliente.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. Os contratos podem incluir elementos variáveis significativos, como descontos, abatimentos, reembolsos, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho e penalidades. Tais incentivos comerciais são tratados como consideração variável. Se a contraprestação incluir um valor variável, a empresa estima o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens ou serviços acordados com o cliente. A consideração variável é incluída apenas no preço da transação se for altamente provável que o valor da receita reconhecida não seja sujeito a reversões futuras significativas quando há incerteza.

Receitas financeiras

Receita financeira compreende juros recebidos ou a receber sobre aplicações financeiras, ganhos com variação cambial, ganhos em moeda líquidos de perdas com instrumentos de *hedge* de moeda, ganhos em instrumentos de *hedge* que não fazem parte de uma relação de contabilidade de *hedge*, ganhos com ativos financeiros mensurados à valor justo por meio do resultado, assim como qualquer ganho de inefetividade de *hedge*.

Receitas de juros são reconhecidas pelo período de competência a não ser que o recebimento seja duvidoso.

(x) Despesas

Despesa de *royalties*

Royalties pagos são registrados como custo dos produtos vendidos.

Despesas financeiras

Despesas financeiras compreendem juros a pagar sobre empréstimos calculados com base na taxa de juros efetiva, perdas com variação cambial, perdas de moeda líquidas de ganhos com instrumentos de *hedge* de moeda, resultado com instrumentos de *hedge* de juros, perdas com instrumentos de *hedge* que não são parte de uma contabilização de

hedge, perdas com ativos financeiros classificados como mantidos para negociação, perdas por redução ao valor de recuperação de ativos financeiros disponíveis para venda, assim como qualquer perda com inefetividade de *hedge*.

Todos os juros e custos incorridos relacionados a um empréstimo ou uma transação financeira são reconhecidos, conforme incorridos, como despesas financeiras, exceto quando capitalizados. Qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento de empréstimos com juros e financiamentos, tais como custos de transação e ajustes de valor justo, são reconhecidos no resultado do exercício, durante a vida esperada do instrumento, com base no método da taxa de juros efetiva. Os juros relacionados a arrendamento financeiro são reconhecidos no resultado do exercício utilizando a taxa de juros efetiva.

(y) Itens não recorrentes

Itens não recorrentes são aqueles que, no julgamento da Administração precisam ser divulgados separadamente por força da sua dimensão ou incidência. Para determinar se um acontecimento ou transação é não recorrente, a Administração considera fatores quantitativos e qualitativos, tais como a frequência ou a previsibilidade da ocorrência e do potencial de impacto sobre a variação dos lucros ou prejuízos. Esses itens são divulgados na demonstração dos resultados ou separadamente nas notas explicativas das demonstrações contábeis. Operações que podem dar origem a itens não recorrentes são principalmente as atividades de reestruturação, aquisição de subsidiárias, de perda no valor de recuperação e os ganhos ou perdas na alienação de bens e investimentos.

(z) Informações por segmento

As informações por segmentos são geradas com base em relatórios internos revisados, regularmente, pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da Companhia, para fins de avaliação do desempenho de cada segmento e alocando recursos para esses segmentos. Desta forma, as informações por segmento são apresentadas em zonas geográficas, uma vez que os riscos e taxas de retorno são afetados predominantemente pelo fato da Companhia operar em diferentes regiões. A estrutura gerencial da Companhia e as informações reportadas para o principal tomador de decisão estão estruturadas da mesma maneira.

A informação de desempenho por unidades de negócios (Cervejas e Refrigerantes e Não-alcoólicos e não-carbonatados), embora não se qualifique como segmento reportável, também é utilizada pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da Companhia e está apresentada como informação adicional. Internamente, a Administração da Companhia utiliza indicadores de desempenho, como lucro ajustado da operação consolidada antes do resultado financeiro e dos impostos sobre a renda (EBIT ajustado) e lucro ajustado da operação consolidada antes do resultado financeiro, impostos sobre a renda e despesas com depreciação e amortização (EBITDA ajustado) como medidores de *performance* de segmento para tomar decisões sobre alocação de recursos e análise de desempenho da operação consolidada. Estes

indicadores são reconciliados com o lucro do segmento nos quadros apresentados na Nota 19 – *Informações por segmento*.

A Companhia opera seus negócios através de três zonas identificadas como segmentos reportáveis:

- América Latina - Norte, que inclui nossas operações (a) no Brasil, onde operamos duas subunidades de negócios: (i) cerveja e (ii) refrigerantes e não-alcoólicos e não-carbonatados e (b) na América Central (“CAC”), que inclui as nossas operações na República Dominicana (que também serve as ilhas do Caribe: Saint Vincent, Dominica, Antígua e Barbados), Guatemala (que também serve El Salvador e Nicarágua), Cuba, Panamá, Porto Rico e Costa Rica;
- América Latina - Sul, que inclui as nossas operações na Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai.
- Canadá, representada pelas operações Labatt.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foram elaboradas de acordo com os pronunciamentos técnicos brasileiros e internacionais, que requerem que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e tome decisões que afetam a aplicação das práticas contábeis e os montantes apresentados de contas patrimoniais e de resultado. As estimativas e julgamentos relacionados baseiam-se na experiência histórica e em diversos outros fatores tidos como razoáveis diante das circunstâncias, cujos resultados constituem o critério para tomada de decisões sobre o valor contábil de ativos e passivos não imediatamente evidentes em outras fontes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente. Mudanças em estimativas contábeis podem afetar apenas o período no qual a revisão foi feita, ou períodos futuros.

Apesar de cada política contábil significativa refletir julgamentos, avaliações ou estimativas, a Companhia acredita que as seguintes práticas contábeis refletem os julgamentos, estimativas e premissas mais críticas que são importantes para seus negócios e entendimento de seus resultados:

- (i) prática contábil de combinação de negócios envolvendo entidades sob controle comum (Nota 3 (d));
- (ii) combinações de negócios (Nota 3 (d) e (k));
- (iii) redução ao valor de recuperação – *impairment* (Nota 3 (g) e (v));
- (iv) provisões (Nota 3 (p));
- (v) pagamento baseado em ações (Nota 3 (s));
- (vi) benefícios a funcionários (Nota 3 (r));
- (vii) impostos corrente e diferido (Nota 3 (q));

- (viii) negócios em conjunto (Nota 3 (d));
- (ix) mensuração de instrumentos financeiros, incluindo derivativos (Nota 3 (g); e
- (x) contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária (Nota 3 (e)).

O valor justo dos ativos intangíveis de vida útil indefinida adquiridos é avaliado pelos fluxos de caixa futuros. A análise de *impairment* do *goodwill* e ativos intangíveis de vida útil indefinida são revistos pelo menos anualmente e sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa a qual ele foi alocado.

A Companhia aplica julgamento para selecionar alguns métodos, incluindo o método de valor justo líquido de despesas de venda e faz suposições sobre o valor justo de instrumentos financeiros que se baseiam principalmente em condições de mercado existentes na data de cada balanço.

As premissas atuariais são estabelecidas para antecipar eventos futuros e são utilizados no cálculo das pensões e outras despesas com benefícios a empregados de longo prazo. Esses fatores incluem premissas com relação às taxas de juros, custo com plano de saúde, taxa de desconto, aumentos de salários e pensão futuros além de expectativa de vida.

A Companhia está sujeita ao imposto de renda em várias jurisdições e é necessário julgamento para determinar o valor a ser considerado no período. Algumas subsidiárias da Companhia estão envolvidas em auditorias fiscais, geralmente em relação aos anos anteriores. Essas auditorias estão em curso em diversas jurisdições na data do balanço e, pela sua natureza, estes podem tomar um tempo considerável até sua conclusão.

Conforme divulgado na NE 1 – *Informações Gerais (b) aplicação da norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária*, no parágrafo 3 da IAS 29/CPC 42, não existe um índice geral de preços definido, mas permite que seja executado o julgamento quando a atualização das demonstrações contábeis se torna necessária. Dessa forma, os índices utilizados foram baseados na resolução 539/18 emitida pela Federação Argentina de Conselho de Profissionais de Ciências Econômicas: i) de 1º de janeiro de 2017 em diante o IPC nacional (índice nacional de preço ao consumidor); ii) até 31 de dezembro de 2016 o IPIM (índice interno de preços ao atacado).

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa	427.346	403.639	594.995	588.900
Contas correntes	46.181	80.321	4.875.673	5.077.083
Aplicações financeiras de curto prazo ⁽ⁱ⁾	1.800.348	1.533.074	5.992.830	4.688.544
Caixa e equivalentes de caixa	2.273.875	2.017.034	11.463.498	10.354.527
Conta garantida	-	-	-	(1.792)
Caixa e equivalentes de caixa líquido	2.273.875	2.017.034	11.463.498	10.352.735

(i) O saldo refere-se, em sua maioria, a Certificados de Depósitos Bancários – CDB, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

Os saldos de contas correntes incluem depósitos garantia no valor de R\$356 milhões em 31 de dezembro de 2018 (R\$294 milhões em 31 de dezembro de 2017), mantidos pela controlada de Cuba, os quais não são livremente passíveis de remessa a controladora por motivos de restrições cambiais.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fundos de investimentos exclusivos	1.037.821	631.637	-	-
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado mantidos para negociação	-	-	13.391	11.883
Ativo circulante	1.037.821	631.637	13.391	11.883
Títulos mantidos até o vencimento ⁽ⁱ⁾	109.395	102.769	147.341	121.956
Ativo não circulante	109.395	102.769	147.341	121.956
Total	1.147.216	734.406	160.732	133.839

(i) O saldo refere-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários – CDB atrelados aos incentivos fiscais e não possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.

7. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Contas a receber de clientes	2.050.365	1.945.822	5.140.111	5.335.715
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(233.176)	(214.493)	(555.304)	(521.515)
Contas a receber de clientes, líquidas	1.817.189	1.731.329	4.584.807	4.814.200
Partes relacionadas (Nota 33)	1.047.473	1.324.624	294.449	130.631
Total contas a receber circulante	2.864.662	3.055.953	4.879.256	4.944.831
Partes relacionadas (Nota 33)	54.322	40.957	-	-
Ativo não circulante	54.322	40.957	-	-

A idade de nossas contas a receber de clientes, líquido de provisão para perdas, classificadas no ativo circulante está demonstrada como segue:

	Controladora							
	Valor contábil em 31 de dezembro	A vencer, líquido de abatimentos	Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 31 e 60 dias	Vencidos entre 61 e 90 dias	Vencidos entre 91 e 180 dias	Vencidos entre 181 e 360 dias	Vencidos a mais de 360 dias
Contas a receber de clientes	2.050.365	1.645.470	98.930	41.619	12.928	41.117	8.823	201.478
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(233.176)	(15.228)	(5)	(284)	(363)	(6.995)	(8.823)	(201.478)
2018	1.817.189	1.630.242	98.925	41.335	12.565	34.122	-	-
Contas a receber de clientes	1.945.822	1.355.746	221.296	39.069	43.169	93.402	8.531	184.609
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(214.493)	(16.540)	(97)	(300)	(600)	(3.816)	(8.531)	(184.609)
2017	1.731.329	1.339.206	221.199	38.769	42.569	89.586	-	-

	Consolidado							
	Valor contábil em 31 de dezembro	A vencer, líquido de abatimentos	Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 31 e 60 dias	Vencidos entre 61 e 90 dias	Vencidos entre 91 e 180 dias	Vencidos entre 181 e 360 dias	Vencidos a mais de 360 dias
Contas a receber de clientes	5.140.111	4.170.712	277.785	71.117	30.295	58.786	32.788	498.628
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(555.304)	(4.300)	(5)	(284)	(363)	(18.936)	(32.788)	(498.628)
2018	4.584.807	4.166.412	277.780	70.833	29.932	39.850	-	-
Contas a receber de clientes	5.335.715	4.059.682	472.513	71.389	91.609	172.102	42.173	426.247
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(521.515)	(5.864)	(97)	(437)	(808)	(45.889)	(42.173)	(426.247)
2017	4.814.200	4.053.818	472.416	70.952	90.801	126.213	-	-

A provisão para créditos de liquidação duvidosa reconhecida no resultado no grupo de despesas comerciais em 2018 foi R\$18.783 (R\$20.988 em 2017) na Controladora e R\$49.783 (R\$83.105 em 2017) no Consolidado.

A exposição a risco de crédito, de moeda e taxa de juros está divulgada na Nota 28 – *Instrumentos financeiros e riscos*.

8. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Produtos acabados	688.750	494.406	1.687.954	1.528.434
Produtos em elaboração	169.964	131.741	339.459	309.567
Matérias-primas	1.535.982	1.297.172	2.517.305	1.816.331
Materiais de produção	414	220	106.989	77.208
Almoxarifado e outros	180.491	170.678	597.030	476.924
Adiantamentos	76.190	49.140	304.442	210.861
Provisão para perdas	(47.944)	(36.083)	(151.386)	(100.352)
	2.603.847	2.107.274	5.401.793	4.318.973

O valor das baixas/perdas em estoques reconhecidas no resultado foi de R\$28.565 na Controladora (R\$14.240 em 2017) e R\$76.542 no Consolidado (R\$73.221 em 2017).

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo dos referidos tributos e a apuração contábil da Companhia, dentre os quais, prejuízos fiscais. As alíquotas desses impostos no Brasil, que são esperadas quando da realização dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Para as demais regiões, com atividade operacional, as alíquotas esperadas estão demonstradas abaixo:

América Central e Caribe	de 23% a 31%
América Latina ⁽ⁱ⁾	de 14% a 30%
Canadá	26%

(i) Alterações na legislação fiscal da Argentina aprovadas em 29 de dezembro de 2017 afetaram a Companhia a partir de outubro de 2018 e reduziram a alíquota do imposto sobre a renda nos primeiros dois anos de 35% para 30% e, nos anos seguintes para 25%.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável a existência de lucro tributável futuro, o qual poderá ser compensado com as diferenças temporárias hoje contabilizadas, com destaque aos prejuízos fiscais.

O valor de imposto de renda e contribuição social diferidos por tipo de diferença temporária está detalhado a seguir:

	2018			2017		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Aplicações financeiras	-	(98.195)	(98.195)	38.188	-	38.188
Benefícios a empregados	117.736	-	117.736	159.681	-	159.681
Contas a pagar	1.749.698	(271.173)	1.478.525	1.382.378	(312.483)	1.069.895
Contas a receber	24.887	-	24.887	24.555	-	24.555
Estoques	4.808	-	4.808	775	-	775
Imobilizado	-	(807.525)	(807.525)	-	(773.497)	(773.497)
Investimentos	-	(421.589)	(421.589)	-	(421.589)	(421.589)
Prejuízos fiscais a utilizar	433.055	-	433.055	306.610	-	306.610
Provisões	263.885	-	263.885	243.402	-	243.402
Outros itens	-	(226.898)	(226.898)	-	(177.399)	(177.399)
Ativo / (passivo) tributário diferido bruto	2.594.069	(1.825.380)	768.689	2.155.589	(1.684.968)	470.621
Compensação	(1.825.380)	1.825.380	-	(1.684.968)	1.684.968	-
Ativo / (passivo) tributário diferido líquido	768.689	-	768.689	470.621	-	470.621

	Consolidado					
	2018			2017		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Aplicações financeiras	10.010	-	10.010	39.028	-	39.028
Intangível	-	(1.031.160)	(1.031.160)	-	(719.481)	(719.481)
Benefícios a empregados	614.842	-	614.842	631.067	-	631.067
Contas a pagar	1.807.744	(271.922)	1.535.822	1.382.378	(314.154)	1.068.224
Contas a receber	41.245	(2.274)	38.971	52.256	-	52.256
Derivativos	18.711	(304.178)	(285.467)	6.816	(5.849)	967
Empréstimos e financiamentos	2.480	(78.480)	(76.000)	-	-	-
Estoques	266.732	(44.769)	221.963	248.731	(18.123)	230.608
Imobilizado	109.643	(1.386.445)	(1.276.802)	-	(920.475)	(920.475)
Imposto retido na fonte sobre dividendos não distribuídos e royalties	-	(863.832)	(863.832)	-	(788.594)	(788.594)
Investimentos	-	(421.589)	(421.589)	-	(421.589)	(421.589)
Prejuízos fiscais a utilizar	791.001	-	791.001	500.952	-	500.952
Provisões	363.122	(23.981)	339.141	347.337	(39.698)	307.639
Outros itens	50.568	(54.560)	(3.992)	-	(30.492)	(30.492)
Ativo / (passivo) tributário diferido bruto	4.076.098	(4.483.190)	(407.092)	3.208.565	(3.258.455)	(49.890)
Compensação	(2.058.623)	2.058.623	-	(929.226)	929.226	-
Ativo / (passivo) tributário diferido líquido	2.017.475	(2.424.567)	(407.092)	2.279.339	(2.329.229)	(49.890)

A Companhia realiza a compensação entre saldos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos somente quando estão na mesma entidade, de mesma natureza e espera-se que sejam realizados no mesmo período.

Em 31 de dezembro de 2018 os impostos diferidos ativos e passivos têm a seguinte expectativa de realização/liquidação por diferença temporária:

	Controladora		
	2018		
	a ser realizado em até 12 meses	a ser realizado depois de 12 meses	Total
Imposto diferido não relacionado com prejuízos fiscais			
Aplicações financeiras	-	(98.195)	(98.195)
Benefícios a empregados	34.299	83.437	117.736
Contas a pagar	(207.901)	1.686.426	1.478.525
Contas a receber	22.321	2.566	24.887
Estoques	4.808	-	4.808
Imobilizado	(117.747)	(689.778)	(807.525)
Investimentos	-	(421.589)	(421.589)
Provisões	148.280	115.605	263.885
Outros itens	-	(226.898)	(226.898)
Total	(115.940)	451.574	335.634

Imposto diferido não relacionado com prejuízos fiscais	Consolidado		
	2018		Total
	a ser realizado em até 12 meses	a ser realizado depois de 12 meses	
Aplicações financeiras	-	10.010	10.010
Intangível	580	(1.031.740)	(1.031.160)
Benefícios a empregados	61.243	553.599	614.842
Contas a pagar	(208.650)	1.744.472	1.535.822
Contas a receber	34.931	4.040	38.971
Derivativos	(302.322)	16.855	(285.467)
Empréstimos e financiamentos	(20.649)	(55.351)	(76.000)
Estoques	215.060	6.903	221.963
Imobilizado	(82.802)	(1.194.000)	(1.276.802)
Imposto retido na fonte sobre dividendos não distribuídos e <i>royalties</i>	(72.237)	(791.595)	(863.832)
Investimentos	-	(421.589)	(421.589)
Provisões	215.844	123.297	339.141
Outros itens	(1.438)	(2.554)	(3.992)
Total	(160.440)	(1.037.653)	(1.198.093)

A maioria dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre os quais o imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados não possuem prazo de prescrição. Seu uso se baseia na projeção de existência futura de lucros tributáveis, segundo a realidade dos anos passados e às projeções dos negócios da Companhia nas economias onde se localiza, em cumprimento, pois, às regras fiscais e contábeis cabíveis.

Imposto diferido relacionado com prejuízos fiscais	Controladora	Consolidado
	2018	2018
2019	189.744	254.994
2020	69.473	69.473
2021	10.768	50.819
2022	10.768	25.630
2023	10.768	40.784
2024 à 2026	70.514	271.297
2027 à 2029 ⁽ⁱ⁾	71.020	78.004
Total	433.055	791.001

(i) Não existe expectativa de realização que ultrapasse o prazo de 10 anos.

Em 31 de dezembro de 2018, o crédito tributário relacionado aos prejuízos fiscais no valor de R\$624.272 no Consolidado (R\$427.365 no Consolidado em 31 de dezembro 2017) não foi registrado, já que sua realização não é provável.

A maioria destes prejuízos fiscais não tem prazo de prescrição, e o prejuízo fiscal a compensar relacionado ao crédito equivale a R\$2.496.838 no Consolidado em 31 de dezembro de 2018 (R\$1.709.461 no consolidado em 31 de dezembro de 2017).

A movimentação líquida do imposto de renda e contribuição social diferidos está demonstrada abaixo:

	Controladora			Consolidado
	Valores reconhecidos diretamente na controladora	Efeito de equivalência patrimonial	Saldo	Saldo
Saldo em 31 de dezembro de 2017	470.621	-	470.621	(49.890)
Reconhecimento integral de ganhos/(perdas) atuariais	(6.065)	2.542	(3.523)	(3.523)
Hedge de investimento no exterior	-	34.489	34.489	34.489
Hedge de investimento - opção de venda concedida sobre participação em controlada	44.053	-	44.053	44.053
Hedge de fluxo de caixa – ganhos/(perdas)	40.772	(159.059)	(118.287)	(118.287)
Ganhos / (perdas) na conversão de demais operações no exterior	298.252	(14.814)	283.438	283.438
Reconhecido no resultado abrangente	377.012	(136.842)	240.170	240.170
Reconhecido no resultado	(78.944)	-	(78.944)	43.886
Movimentações efetuadas diretamente no balanço patrimonial	-	136.842	136.842	(641.258)
Reconhecidas no grupo de imposto diferido	-	-	-	(652.145)
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	-	-	-	(613.217)
Aquisição por meio de permuta de participações societárias	-	-	-	(38.928)
Reconhecidas no grupo de investimentos	-	136.842	136.842	-
Equivalência patrimonial	-	136.842	136.842	-
Reconhecidas em outros grupos do balanço	-	-	-	10.887
Saldo em 31 de dezembro de 2018	768.689	-	768.689	(407.092)

10. INVESTIMENTOS

- a) Movimentação dos investimentos mantidos pela Controladora em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*), diretos e indiretos:

	Controladora	
	2018	2017
Saldo no início do exercício	64.593.359	64.358.515
Participação nos resultados de controladas e coligadas	6.828.804	5.756.533
Dividendos recebidos e a receber	(7.654.998)	(4.574.235)
Efeito de conversão de investimentos em controladas ⁽ⁱ⁾	3.150.934	1.418.600
Reserva de <i>hedge</i> em controladas	452.822	13.044
Pagamento baseado em ações em controladas	36.244	52.445
Aporte/(redução) de capital em controladas ⁽ⁱⁱ⁾	(9.695.659)	(2.011.417)
Efeito de reestruturação, incorporação em controladas	-	13.782
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação) ⁽ⁱⁱⁱ⁾	3.544.180	-
Aquisição de participação em controladas	3.043.449	(286.179)
Ganhos/(perdas) na aquisição de participação em controladas	(2.954.324)	-
Outros	(571.767)	(147.729)
Saldo no final do exercício	60.773.044	64.593.359

(i) Efeito líquido da valorização dos investimentos em controladas em relação à moeda Real.

(ii) Refere-se principalmente à redução de capital da Ambev S.A. na controlada Ambev Luxemburgo.

(iii) Efeito da hiperinflação da rubrica de Lucros Acumulados na investida.

Informações sobre controladas diretas e controlada em conjunto:

2018						
Controlada	Participação %	Patrimônio líquido	Ágio ⁽ⁱ⁾	Total investimento	Resultado do exercício ajustado	Resultado da equivalência patrimonial
Ambev Luxemburgo ⁽ⁱⁱ⁾	100,00%	26.058.281	3.784.168	29.841.736	2.310.641	2.310.641
Arosuco ⁽ⁱⁱⁱ⁾	100,00%	4.414.615	-	4.008.460	2.316.693	2.335.874
Aspen ^(v)	0,00%	-	-	-	(13)	(13)
B.Blend	50,00%	82.096	102.859	144.377	(8.801)	(3.875)
Brahmaco	100,00%	1.092	-	1.092	180	180
Cachoeiras de Macacu	-	-	199.583	199.583	-	-
Cerveceria Nacional S. de R.L. ^(viii)	100,00%	2.466.194	-	2.466.194	331.544	331.544
Cervejaria ZX S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	100,00%	141.761	-	138.915	(9.466)	(12.052)
CRBS S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	0,01%	1.596.358	-	167	913.702	2.459
Dahlen S.A.	100,00%	346.330	-	346.330	(17.771)	(17.771)
Hohneck S.A.	100,00%	1.964.392	-	1.964.392	152.292	152.292
Jalua	100,00%	5.708.088	-	5.708.088	734.759	734.759
Lambic Holding S.A.	100,00%	877.334	-	877.334	89.671	89.671
Lizar	100,00%	24.878	-	24.878	14.766	14.766
Maltaria Pampa S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	60,00%	3.103.334	76.803	1.900.406	381.866	236.329
Monthiers	-	-	13.061	13.061	-	-
R P O ^(vi)	100,00%	23.106	-	23.106	(825)	(825)
Tenedora CND ^{(ii) (iv)}	80,34%	2.811.568	3.867.660	6.148.424	836.134	654.825
Ajuste pela adoção da prática contábil do custo precedente				6.966.501		-
Total				60.773.044		6.828.804

2017						
Controlada	Participação %	Patrimônio líquido	Ágio ⁽ⁱ⁾	Total investimento	Resultado do exercício ajustado	Resultado da equivalência patrimonial
Ambev Luxemburgo ⁽ⁱⁱ⁾	100,00%	34.141.643	3.397.345	37.538.275	4.080.892	4.080.892
Arosuco ⁽ⁱⁱⁱ⁾	99,70%	4.046.304	-	3.602.260	261.281	235.424
Aspen	100,00%	615	-	615	(6)	(6)
B.Blend	50,00%	67.286	102.859	136.502	(14.701)	(7.350)
Bebidas Fantásticas	100,00%	(14.436)	-	(14.436)	(25.275)	(25.275)
Brahmaco	100,00%	24.345	-	24.345	487	487
Cachoeiras de Macacu	-	-	199.583	199.583	(2.775)	(2.775)
Cerveceria Nacional S. de R.L.	100,00%	1.808.503	-	1.808.503	232.270	232.270
Cervejaria ZX S.A.	91,00%	94.752	-	86.227	2.177	1.858
CRBS S.A. ^{(ii) (vi)}	0,62%	1.168.906	-	7.254	(1.338.523)	(9.894)
Dahlen S.A.	100,00%	311.842	-	311.842	23.662	23.662
Hohneck S.A.	100,00%	1.812.100	-	1.812.100	148.869	148.869
Jalua	100,00%	5.050.439	-	5.050.439	453.391	453.391
Lambic Holding S.A.	100,00%	787.663	-	787.663	70.272	70.272
Lizar	100,00%	10.111	-	10.111	9.293	9.293
Maltaria Pampa S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	60,00%	2.722.222	76.803	1.664.529	334.615	191.150
Monthiers	-	-	13.061	13.061	-	-
R P O	100,00%	9.531	-	9.531	(3.810)	(3.810)
Tenedora CND ⁽ⁱⁱ⁾	50,80%	2.736.154	3.189.179	4.578.454	707.230	358.075
Ajuste pela adoção da prática contábil do custo precedente				6.966.501		-
Total				64.593.359		5.756.533

(i) Refere-se à realocação de ágios e marcas para o investimento.

(ii) Alguns valores podem não corresponder diretamente aos percentuais de participação devido aos lucros não realizados entre empresas do grupo.

(iii) Em 1º de maio de 2018, houve uma redução de capital da CRBS, com venda de participação para a Arosuco.

(iv) Em janeiro de 2018, houve um aumento de participação, em virtude da aquisição de participação de minoritários, através da empresa Beverage Holdings Sub I, AS.

(v) Em 03 de Julho de 2018, ocorreu a dissolução da empresa.

(vi) Troca de ações entre Ambev e Arosuco.

Os valores de investimento e resultado de equivalência podem não corresponder diretamente aos percentuais de participação em decorrência do arredondamento dos percentuais.

b) Principais participações indiretas relevantes em controladas:

Tabela de outras participações indiretas - %		
Denominação	2018	2017
Linthal S.A.	100%	100%
Labatt Brewing	100%	100%
Monthiers	100%	100%
Malaria Pampa S.A.	60%	60%
CRBS S.A.	0,01%	0,62%

c) Principais controladas com participação de não controladores:

As controladas indiretas Cervecería Nacional Dominicana S.A. (“CND”), Cervecería Boliviana Nacional S.A., Cervecería Paraguay S.A. e Industrias del Atlantico S.A., são as que possuem maior participação de não controladores, sendo responsáveis por praticamente a totalidade dos valores de não controladores.

11. IMOBILIZADO

	2018					Controladora
	Terrenos e edifícios	Instalações e equipamentos	Utensílios e acessórios	Em construção	Total	2017
Custo de aquisição						
Saldo inicial	5.655.809	15.961.428	2.797.534	348.248	24.763.019	23.343.431
Incorporação	170.658	9.030	56.867	-	236.555	661.704
Aquisições	-	216.504	29	1.489.586	1.706.119	1.286.024
Alienações e baixas	(41.228)	(301.496)	(135.131)	(5.348)	(483.203)	(375.547)
Transferências de (para) outras categorias de ativos	186.642	770.324	288.755	(1.435.019)	(189.298)	(152.593)
Saldo final	5.971.881	16.655.790	3.008.054	397.467	26.033.192	24.763.019
Depreciação e Impairment						
Saldo inicial	(1.889.705)	(10.091.670)	(1.975.505)	-	(13.956.880)	(12.198.475)
Incorporação	(27.614)	(1.750)	(32.170)	-	(61.534)	(136.285)
Depreciação	(217.440)	(1.333.616)	(338.523)	-	(1.889.579)	(1.928.604)
Perda por redução ao valor de recuperação	(14.532)	(71.570)	(248)	-	(86.350)	(51.400)
Alienações e baixas	38.239	312.478	122.860	-	473.577	357.833
Transferências (de) para outras categorias de ativos	2.706	(610)	31	-	2.127	51
Saldo final	(2.108.346)	(11.186.738)	(2.223.555)	-	(15.518.639)	(13.956.880)
Valor contábil:						
31 de dezembro de 2017	3.766.104	5.869.758	822.029	348.248	10.806.139	10.806.139
31 de dezembro de 2018	3.863.535	5.469.052	784.499	397.467	10.514.553	

	2018					Consolidado 2017
	Terrenos e edifícios	Instalações e equipamentos	Utensílios e acessórios	Em construção	Total	Total
Custo de aquisição						
Saldo inicial	8.961.829	24.538.753	5.076.403	1.257.962	39.834.947	37.419.363
Efeito de variação cambial	118.642	(52.685)	(110.804)	17.154	(27.693)	18.628
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	629.968	2.301.499	566.559	91.014	3.589.040	-
Aquisição por meio de permuta de participação societária	99.720	97.889	78	206	197.893	204.189
Aquisições	18.816	574.621	140.962	2.786.114	3.520.513	3.175.486
Alienações e baixas	(39.174)	(1.007.810)	(369.577)	(49)	(1.416.610)	(706.845)
Transferências de (para) outras categorias de ativos	584.976	1.595.670	386.753	(2.730.338)	(162.939)	(310.910)
Outros	-	7.960	-	(15)	7.945	35.036
Saldo final	10.374.777	28.055.897	5.690.374	1.422.048	45.543.096	39.834.947
Depreciação e Impairment						
Saldo inicial	(2.585.748)	(14.973.468)	(3.453.404)	-	(21.012.620)	(18.265.527)
Efeito de variação cambial	(39.744)	(141.001)	51.082	-	(129.663)	(116.585)
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	(110.674)	(1.366.693)	(431.365)	-	(1.908.732)	-
Depreciação	(327.910)	(2.504.253)	(708.133)	-	(3.540.296)	(3.200.379)
Perda por redução ao valor de recuperação	(36.418)	(160.777)	17.213	-	(179.982)	(125.185)
Alienações e baixas	68.781	945.338	337.695	-	1.351.814	654.320
Transferências (de) para outras categorias de ativos	1.104	(33.475)	1.701	-	(30.670)	32.899
Outros	-	4.049	-	-	4.049	7.837
Saldo final	(3.030.609)	(18.230.280)	(4.185.211)	-	(25.446.100)	(21.012.620)
Valor contábil:						
31 de dezembro de 2017	6.376.081	9.565.285	1.622.999	1.257.962	18.822.327	18.822.327
31 de dezembro de 2018	7.344.168	9.825.617	1.505.163	1.422.048	20.096.996	

Juros capitalizados e imobilizados dados em garantia não são relevantes. Vigente a partir de 1 de janeiro de 2019, a IFRS 16 substitui os requisitos contábeis de arrendamento mercantil existentes e representam uma alteração significativa na contabilização e divulgação de arrendamentos que anteriormente eram classificados como arrendamentos operacionais, com mais ativos e passivos a serem reportados no balanço patrimonial e um reconhecimento diferente dos custos de arrendamento e interpretações relacionadas, a norma requer que um arrendatário reconheça um direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do mesmo, conforme Nota 3 (b).

12. INTANGÍVEL

	Controladora				
	2018				
	Marcas	Contratos de distribuição	Software	Outros	Total
Custo de aquisição					
Saldo inicial	-	1.920.531	805.901	127.666	2.854.098
Incorporação	-	17.537	30.299	-	47.836
Alienação	-	(48.628)	(364)	-	(48.992)
Transferências de (para) outras categorias de ativos	-	25.788	166.152	7.342	199.282
Saldo final	-	1.915.228	1.001.988	135.008	3.052.224
Amortização e perdas de redução ao valor de recuperação (i)					
Saldo inicial	-	(1.749.258)	(557.060)	(81.286)	(2.387.604)
Incorporação	-	(17.537)	(5.191)	-	(22.728)
Amortização	-	(96.168)	(92.838)	(729)	(189.735)
Alienação	-	48.629	362	-	48.991
Transferências (de) para outras categorias de ativos	-	(2.096)	(31)	-	(2.127)
Saldo final	-	(1.816.430)	(654.758)	(82.015)	(2.553.203)
Valor contábil:					
31 de dezembro de 2017	-	171.273	248.841	46.380	466.494
31 de dezembro de 2018	-	98.798	347.230	52.993	499.021

	Consolidado				
	2018				
	Marcas	Contratos de distribuição	Software	Outros	Total
Custo de aquisição					
Saldo inicial	3.514.776	2.333.148	1.144.666	540.875	7.533.465
Efeito de variação cambial	252.307	2.326	(43.267)	12.083	223.449
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	972.475	59.732	151.459	104.522	1.288.188
Aquisições	-	-	4.218	46.630	50.848
Alienação	(39.198)	(28.112)	(16.243)	-	(83.553)
Aquisição por meio de combinação de negócios	-	-	-	-	-
Aquisição por meio de permuta de participação societária	241	-	5	4	250
Transferências de (para) outras categorias de ativos	2.697	25.948	205.682	(82.088)	152.239
Outros	-	-	-	-	-
Saldo final	4.703.298	2.393.042	1.446.520	622.026	9.164.886
Amortização e perdas de redução ao valor de recuperação (i)					
Saldo inicial	(1.883)	(1.894.539)	(711.833)	(250.506)	(2.858.761)
Efeito de variação cambial	-	14.131	14.962	11.064	40.157
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	-	(42.634)	(108.285)	(104.522)	(255.441)
Amortização	-	(114.556)	(152.012)	(36.006)	(302.574)
Alienação	-	27.952	16.250	-	44.202
Transferências (de) para outras categorias de ativos	-	(2.096)	(28)	10.253	8.129
Saldo final	(1.883)	(2.011.742)	(940.946)	(369.717)	(3.324.288)
Valor contábil:					
31 de dezembro de 2017	3.512.893	438.609	432.833	290.369	4.674.704
31 de dezembro de 2018	4.701.415	381.300	505.574	252.309	5.840.598

(i) O prazo de amortização dos ativos intangíveis de vida útil definida é de cinco anos e é calculada à taxa anual de 20% e reconhecida ao resultado do exercício pelo método linear.

A Companhia é proprietária de algumas das mais importantes marcas da indústria de cerveja do mundo. Consequentemente espera-se que estas marcas possam gerar fluxos

de caixa positivos pelo período em que a Companhia mantiver sua propriedade. Nesse contexto, as marcas registradas como parte do valor justo quando da aquisição de subsidiárias são consideradas como de vida útil indefinida. As principais marcas reconhecidas pela Companhia são *Quilmes* na Argentina, *Pilsen* no Paraguai e Bolívia e *Presidente* e *Presidente Light* na República Dominicana.

O valor contábil dos intangíveis com vida útil indefinida classificados como marcas foi alocado para os seguintes países:

	2018	2017
Argentina	1.180.011	348.778
Bolívia	664.276	567.104
Brasil	4.630	4.630
Canadá	244.102	223.961
Chile	71.974	69.488
Luxemburgo	339.633	339.633
Paraguai	496.928	447.450
República Dominicana	1.580.026	1.396.569
Uruguai	119.835	115.280
	4.701.415	3.512.893

Intangíveis com vida útil indefinida foram testados para fins de redução ao valor de recuperação no nível da unidade geradora de caixa com base na mesma abordagem descrita na Nota 13 - *Ágio*.

13. ÁGIO

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo inicial	281.858	281.858	31.401.874	30.511.200
Efeito da variação cambial	-	-	1.224.804	489.689
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	-	-	1.686.487	-
Aquisição, (baixa) e permuta de subsidiárias	-	-	(36.989)	400.985
Saldo final	281.858	281.858	34.276.176	31.401.874

O valor do ágio foi alocado às seguintes unidades geradoras de caixa (“UGCs”):

	Moeda funcional	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
LAN:					
Brasil	BRL	281.858	281.858	17.668.393	17.668.393
Ágio		-	-	102.911.026	102.911.026
Transação com não controladores ⁽ⁱ⁾		-	-	(85.242.633)	(85.242.633)
República Dominicana	DOP	-	-	3.510.138	3.163.679
Cuba ⁽ⁱⁱ⁾	USD	-	-	1.952	2.672
Panamá	PAB	-	-	1.346.288	1.149.332
LAS:					
Argentina ⁽ⁱⁱⁱ⁾	ARS	-	-	1.950.744	443.826
Bolívia	BOB	-	-	1.370.601	1.170.108
Chile	CLP	-	-	48.695	47.007
Paraguai	PYG	-	-	873.147	786.071
Uruguai	UYU	-	-	177.417	170.675
NA:					
Canadá	CAD	-	-	7.328.801	6.800.111
		281.858	281.858	34.276.176	31.401.874

(i) Refere-se à operação de permuta de participações societárias ocorrida em 2013 em decorrência da adoção da prática contábil do custo precedente.

(ii) A moeda funcional de Cuba, o peso cubano conversível (CUC), tem paridade com o dólar (USD) na data da demonstração financeira.

(iii) Variação refere-se principalmente à aplicação da norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária, conforme descrito na Nota 1(b).

Testes do ágio para verificação de *impairment*

A Companhia realizou seu teste anual de *impairment* e concluiu que, com base nas premissas descritas abaixo, não há necessidade de *impairment*.

A Companhia não tem como prever se um evento irá desencadear um *impairment*, quando ocorrerá ou como afetará o valor do ativo reportado. A Companhia entende que as estimativas utilizadas são razoáveis: elas são consistentes com os relatórios internos da empresa e refletem as melhores estimativas da administração. No entanto, existem incertezas inerentes que a administração pode não ser capaz de controlar. Embora uma mudança nas estimativas utilizadas possa ter um impacto significativo no cálculo do valor justo e desencadear uma taxa de redução do valor recuperável, a companhia, com base na análise de sensibilidade realizada, não tem conhecimento de qualquer mudança provável em uma premissa importante que poderia resultar em um valor contábil maior que o valor recuperável.

O ágio, que corresponde a aproximadamente 36% do total de ativos consolidados da Ambev em 31 de dezembro de 2018 (36% em 31 de dezembro de 2017), é testado para fins de redução ao valor recuperável por UGC (um nível abaixo do segmento), no mínimo anualmente. Uma UGC é o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins gerenciais da Companhia. Em uma combinação de negócios, o ágio é alocado a partir da data de aquisição em cada UGC que se espera ser beneficiada pelas sinergias da combinação de negócios.

A metodologia utilizada pela Companhia para a determinação do valor recuperável de todas as suas UGCs é o valor justo líquido de despesas de venda, utilizando múltiplos do lucro antes do resultado financeiro, imposto sobre a renda e despesas com depreciação e amortização (“EBITDA”), observados no mercado em transações precedentes de negócios comparáveis, na indústria cervejeira nacional e internacional. Os valores utilizados pela Companhia nesta abordagem são baseados em fontes de informação externas. Esta mensuração se classifica no nível 2 da hierarquia de valor justo, uma vez que a principal fonte de informação utilizada pela Companhia para determinar o valor recuperável foi múltiplos de EBITDA praticados em transações observadas envolvendo negócios comparáveis. Como parte desta análise de múltiplos, a Companhia estabeleceu que as UGCs cujo capital investido seja superior a 7 vezes o seu EBITDA devem ter seu valor recuperável determinado com base na abordagem de valor em uso, para determinar se tal valor excede seu valor contábil. Na última análise efetuada pela Companhia, nenhuma UGC atendeu a este critério.

Contudo, para as UGCs Brasil e República Dominicana, a Companhia também utilizou projeções de fluxo de caixa descontado para a determinação do valor recuperável, de forma a corroborar as conclusões alcançadas pela aplicação da abordagem de valor justo líquido de despesas de venda, de que o valor recuperável destas UGCs não excede seu valor recuperável. A seleção destas UGCs considerou aspectos quantitativos e qualitativos, uma vez que a UGC Brasil é a mais representativa para a Companhia, e para a UGC República Dominicana a Companhia já dispunha de projeções de fluxo de caixa, utilizadas para determinar o valor justo da opção de venda emitida em favor da ELJ (vide Nota 18 (d.4) para maiores detalhes sobre a opção de venda da ELJ).

Os julgamentos, estimativas e premissas-chave utilizadas nos cálculos de fluxo de caixa descontado de tais UGCs são calculados da seguinte forma:

- O primeiro ano do modelo é baseado na melhor estimativa do fluxo de caixa para o ano em curso;
- Do segundo ao quarto ano do modelo, os fluxos de caixa são baseados no plano estratégico aprovado pela Administração. O plano estratégico é preparado por país e é baseado em fontes externas em relação aos pressupostos macro-econômicos, evolução da indústria, inflação e taxas de câmbio, experiência passada e iniciativas em termos de *market share*, receita, custos e capital de giro;
- Do quinto ao décimo ano do modelo, assim como para a perpetuidade, os fluxos de caixa são extrapolados utilizando índices de preços ao consumidor a longo prazo e do crescimento do mercado de cerveja esperados com base em fontes externas, específicos de cada UGC;
- As projeções são feitas na moeda funcional da unidade de negócios e descontados pelo custo médio ponderado da unidade de capital (“WACC”), considerando-se as sensibilidades nesta métrica;

Para nossas análises de fluxo de caixa, a taxa de crescimento aplicada variou entre 1,5% a 3,6%.

O WACC aplicado em R\$ para cada UGC:

UGC	2018
República Dominicana	12,14%
Brasil	11,20%

Embora a companhia acredite que seus julgamentos, premissas e estimativas sejam adequados, os resultados reais podem diferir dessas estimativas sob premissas diferentes ou condições mercadológicas ou macroeconômicas.

14. CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fornecedores	6.388.045	5.047.851	12.774.162	10.418.429
Partes relacionadas	816.273	3.395.140	1.275.883	1.435.499
Passivo circulante	7.204.318	8.442.991	14.050.045	11.853.928
Fornecedores	123.134	184.653	126.142	175.054
Partes relacionadas	15.151.917	22.781.014	-	-
Passivo não circulante	15.275.051	22.965.667	126.142	175.054
Total	22.479.369	31.408.658	14.176.187	12.028.982

Os valores que a Controladora tem a pagar para partes relacionadas correspondem, principalmente, a contratos de mútuo celebrados com controladas integrais da Companhia - veja detalhes adicionais na Nota 33 - *Partes relacionadas*.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Empréstimos bancários com garantia	110.176	107.309	1.404.852	879.638
Empréstimos bancários sem garantia	86.572	205.395	86.572	394.267
Outros empréstimos sem garantia	37.214	38.415	39.163	38.423
Arrendamentos financeiros	-	-	30.043	8.794
Passivo circulante	233.962	351.119	1.560.630	1.321.122
Empréstimos bancários com garantia	343.446	452.236	434.709	589.237
Empréstimos bancários sem garantia	202	86.168	212.283	413.749
Debêntures e <i>bonds</i> emitidos	104.675	102.739	104.675	102.739
Outros empréstimos sem garantia	91.248	91.519	99.048	101.509
Arrendamentos financeiros	-	-	11.423	24.694
Passivo não circulante	539.571	732.662	862.138	1.231.928

Informações adicionais com relação à exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros e moeda estrangeira estão divulgadas na Nota 28 - *Instrumentos financeiros e riscos*.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as dívidas apresentavam as seguintes taxas:

Instrumentos de Dívida	Controladora					
	2018			2017		
	Taxa média ao ano	Circulante	Não Circulante	Taxa média ao ano	Circulante	Não Circulante
Dívida Reais taxa flutuante (TJLP e TR)	9,08%	75.346	162.314	9,22%	165.301	237.047
Dívida em Reais - ICMS taxa fixa	5,79%	37.214	91.248	5,57%	38.415	91.519
Dívida em Reais - taxa fixa	7,05%	121.402	286.009	6,63%	147.403	404.096
Total		233.962	539.571		351.119	732.662

Instrumentos de Dívida	Consolidado					
	2018			2017		
	Taxa média ao ano	Circulante	Não Circulante	Taxa média ao ano	Circulante	Não Circulante
Dívida denominada em USD taxa fixa	4,40%	32.436	9.953	3,83%	6.421	16.480
Dívida denominada em USD taxa flutuante	3,59%	538.760	91.213	2,74%	78.347	476.936
Dívida denominada em CAD taxa flutuante	2,43%	743.916	9.272	2,00%	685.881	-
Outras moedas latino-americanas taxa fixa	9,96%	11.460	212.081	9,27%	199.098	-
Outras moedas latino-americanas taxa flutuante	-	-	-	2,33%	-	4.962
Dívida Reais taxa flutuante (TJLP e TR)	9,08%	75.345	162.314	9,22%	165.301	237.047
Dívida em Reais - ICMS taxa fixa	5,79%	37.214	91.248	5,57%	38.415	91.519
Dívida em Reais - taxa fixa	7,05%	121.499	286.057	6,63%	147.659	404.984
Total		1.560.630	862.138		1.321.122	1.231.928

Cronograma de desembolso em 31 de dezembro de 2018

	Controladora					
	Menos de					Mais de
	Total	1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-5 anos	5 anos
Empréstimos bancários com garantia	453.622	110.176	65.572	54.932	101.738	121.204
Empréstimos bancários sem garantia	86.774	86.572	93	93	16	-
Debêntures e <i>bonds</i> emitidos	104.675	-	-	104.675	-	-
Outros empréstimos sem garantia	128.462	37.214	38.027	22.657	8.193	22.371
	773.533	233.962	103.692	182.357	109.947	143.575

	Consolidado					
	Menos de					Mais de
	Total	1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-5 anos	5 anos
Empréstimos bancários com garantia	1.839.561	1.404.852	156.835	54.932	101.738	121.204
Empréstimos bancários sem garantia	298.855	86.572	93	212.174	16	-
Debêntures e <i>bonds</i> emitidos	104.675	-	-	104.675	-	-
Outros empréstimos sem garantia	138.211	39.163	38.027	22.657	15.993	22.371
Arrendamentos financeiros	41.466	30.043	4.918	2.882	3.623	-
	2.422.768	1.560.630	199.873	397.320	121.370	143.575

Cronograma de desembolso em 31 de dezembro de 2017

	Controladora					
	Total	Menos de 1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos bancários com garantia	559.545	107.309	116.625	57.737	109.229	168.645
Empréstimos bancários sem garantia	291.563	205.395	86.168	-	-	-
Debêntures e <i>bonds</i> emitidos	102.739	-	-	-	102.739	-
Outros empréstimos sem garantia	129.934	38.415	32.007	24.655	11.567	23.290
	1.083.781	351.119	234.800	82.392	223.535	191.935

	Consolidado					
	Total	Menos de 1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos bancários com garantia	1.468.875	879.638	253.626	57.737	109.229	168.645
Empréstimos bancários sem garantia	808.016	394.267	413.749	-	-	-
Debêntures e <i>bonds</i> emitidos	102.739	-	-	-	102.739	-
Outros empréstimos sem garantia	139.932	38.423	32.008	24.655	11.566	33.280
Arrendamentos financeiros	33.488	8.794	24.694	-	-	-
	2.553.050	1.321.122	724.077	82.392	223.534	201.925

Reconciliação de passivos decorrentes de atividades de financiamento

A tabela abaixo detalha as alterações nos passivos da Companhia decorrentes de atividades de financiamento, incluindo mudanças monetárias e não monetárias. Passivos decorrentes de atividades de financiamento são aqueles para os quais fluxos de caixa ou fluxos de caixa futuros serão classificados na demonstração dos fluxos de caixa das atividades de financiamento:

	Controladora	
	Passivo circulante	Passivo não circulante
Saldo 31 Dezembro 2017	351.119	732.662
Proventos de empréstimos	1.936	186.657
Liquidação de empréstimos	(334.774)	(79)
Transferência entre circulante e não circulante	222.421	(222.421)
Outros movimentos	(6.740)	(157.248)
Saldo 31 Dezembro 2018	233.962	539.571

	Consolidado	
	Passivo circulante	Passivo não circulante
Saldo 31 Dezembro 2017	1.321.122	1.231.928
Proventos de empréstimos	7.399	2.348.067
Liquidação de empréstimos	(2.505.049)	(6.739)
Variação Cambial	115.948	74.080
Transferência entre circulante e não circulante	2.627.950	(2.627.950)
Outros movimentos	(6.740)	(157.248)
Saldo 31 Dezembro 2018	1.560.630	862.138

Cláusulas contratuais (*Covenants*)

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, as dívidas da Companhia tinham direitos iguais de pagamento, não havendo subordinação entre elas. Exceção feita às linhas de crédito FINAME contratadas pela Companhia junto ao Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”), onde foram prestadas garantias reais sobre os ativos adquiridos com o crédito concedido, os demais empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia preveem a prestação de garantia pessoal ou são sem garantia. A maioria dos contratos financeiros preveem cláusulas restritivas (*covenants*), tais como:

- *Covenants* financeiros, incluindo limitação a novos endividamentos;
- Garantia da existência da Companhia;
- Manutenção, em uso ou em boas condições de uso para o negócio, dos ativos da Companhia;
- Limitação para realização de operações de aquisição, fusão, venda ou alienação de seus ativos;
- Divulgação de demonstrações contábeis e balanços patrimoniais; e/ou
- Não constituição de garantias reais em novas dívidas contratadas, exceto se: (i) expressamente autorizado nos termos do referido contrato de empréstimo; (ii) em novas dívidas contratadas perante instituições financeiras ligadas ao governo brasileiro – incluindo o BNDES – ou governos estrangeiros, sejam estas instituições financeiras multilaterais (ex. Banco Mundial) ou localizadas em jurisdições em que a Companhia exerça suas atividades.

Estas cláusulas restritivas serão aplicadas na medida em que os eventos previstos produzam efeitos materiais adversos na Companhia e/ou em suas subsidiárias ou nos direitos de seus credores, sendo que, na hipótese de ocorrência de qualquer um dos eventos previstos nas referidas cláusulas, pode ter sido concedido à Companhia um prazo de carência para saneamento de eventual inadimplemento.

Adicionalmente, os financiamentos contratados perante o BNDES estão sujeitos às “Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES” (“Disposições”). De acordo com referidas Disposições, os tomadores de empréstimos, como a Companhia, não poderão, sem a prévia anuência do BNDES, por exemplo: (i) assumir novas dívidas (exceto as previstas em referidas Disposições); (ii) conceder preferência a outros créditos; e/ou (iii) alienar ou onerar bens de seu ativo permanente (exceto nos casos previstos em referidas Disposições).

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia atendeu aos compromissos contratuais de suas operações de empréstimos e financiamentos.

16. PROVISÕES

(a) Movimentação das provisões

	Controladora			
	Saldo em 31 de dezembro de 2017	Provisões constituídas	Provisões utilizadas e revertidas	Saldo em 31 de dezembro de 2018
Provisão para disputas e litígios				
Imposto sobre vendas	211.394	146.538	(225.180)	132.752
Imposto de renda	124.961	7.006	(71)	131.896
Trabalhistas	78.028	106.487	(106.556)	77.959
Cíveis	18.257	48.726	(24.361)	42.622
Outros	71.853	10.918	(13.291)	69.480
Total de provisão para disputas e litígios	504.493	319.675	(369.459)	454.709

	Consolidado				
	Saldo em 31 de dezembro de 2017	Efeito das variações nas taxas de câmbio	Provisões constituídas	Provisões utilizadas e revertidas	Saldo em 31 de dezembro de 2018
Reestruturação	8.099	629	-	-	8.728
Provisão para disputas e litígios					
Imposto sobre vendas	226.268	982	170.835	(260.244)	137.841
Imposto de renda	157.011	5.343	7.576	(641)	169.289
Trabalhistas	129.396	(18.378)	165.053	(157.904)	118.167
Cíveis	35.273	(345)	53.361	(33.373)	54.916
Outros	125.490	(10.524)	28.118	(32.801)	110.283
Total de provisão para disputas e litígios	673.438	(22.922)	424.943	(484.963)	590.496
Total das provisões	681.537	(22.293)	424.943	(484.963)	599.224

(b) Expectativa de desembolso

	Controladora				
	Saldo em 31 de dezembro de 2018	1 ano ou menos	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
Provisão para disputas e litígios					
Imposto sobre vendas	132.752	42.485	76.722	7.944	5.601
Imposto de renda	131.896	42.211	80.412	2.241	7.032
Trabalhistas	77.959	24.950	43.260	9.749	-
Cíveis	42.622	13.640	14.017	9.807	5.158
Outros	69.480	22.236	12.175	33.704	1.365
Total de provisão para disputas e litígios	454.709	145.522	226.586	63.445	19.156

	Consolidado				
	Saldo em 31 de dezembro de 2018	1 ano ou menos	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
Reestruturação	8.728	7.855	-	873	-
Provisão para disputas e litígios					
Imposto sobre vendas	137.841	25.716	100.533	2.801	8.791
Imposto de renda	169.289	33.592	110.740	24.957	-
Trabalhistas	118.167	79.867	18.524	12.960	6.816
Cíveis	54.916	17.330	31.946	3.308	2.332
Outros	110.283	8.637	26.194	72.515	2.937
Total de provisão para disputas e litígios	590.496	165.142	287.937	116.541	20.876
Total das provisões	599.224	172.997	287.937	117.414	20.876

O prazo estimado para liquidação das provisões foi baseado na melhor estimativa da Administração na data das demonstrações contábeis.

(c) Principais processos com perda provável:

(c.1) Impostos sobre a renda e vendas

A Companhia e suas subsidiárias possuem no Brasil diversos processos administrativos e judiciais referentes aos tributos de IR, CSLL, ICMS, IPI, PIS e COFINS. Estes processos envolvem compensações, cumprimento de liminares judiciais para não recolhimento de imposto, creditamentos, entre outros.

(c.2) Trabalhistas

A Companhia e suas subsidiárias estão envolvidas em processos trabalhistas considerados como prováveis de perda, envolvendo ex-empregados, incluindo de empresas prestadoras de serviços. Tais processos envolvem principalmente horas extras, seus reflexos e respectivos encargos.

(c.3) Cíveis

A Companhia está envolvida em processos cíveis considerados como prováveis de perda. A parcela mais relevante desses processos foi ajuizada por ex-distribuidores, principalmente no Brasil, os quais se referem em sua maioria a pedidos de indenização pelo término da relação contratual de distribuição com a Companhia.

Os processos com probabilidades possíveis estão divulgados na Nota 31 – *Passivos contingentes*.

17. BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

A Companhia patrocina planos de pensão de benefício definido para funcionários do Brasil e das subsidiárias localizadas na República Dominicana, Barbados, Panamá,

Uruguai, Bolívia, Argentina e Canadá com base no salário dos funcionários e no tempo de serviço dos mesmos. As entidades são regidas pelas regulamentações locais e pelas práticas individuais de cada país, como também pela relação da Companhia com os fundos de pensão e a composição dos mesmos.

A Ambev mantém outros benefícios pós-emprego como assistência médica, odontológica e outros. Os benefícios pós-emprego são classificados como planos de contribuição definida ou de benefício definido.

Os planos de pensão de benefício definido e os outros benefícios pós-emprego não são concedidos para novas aposentadorias.

Planos de contribuição definida

Esses planos são custeados pelos participantes e pela patrocinadora, e são administrados por fundos de pensão. Durante o exercício de 2018, a Companhia contribuiu com R\$32.234 (R\$18.911 durante o exercício de 2017) para esses fundos, sendo esse montante considerado como despesa. Uma vez que as contribuições foram pagas, a Companhia não tem mais obrigações.

Planos de benefício definido

O passivo líquido de planos de benefício definido, em 31 de dezembro de 2018, está composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Valor presente das obrigações custeadas	(1.556.773)	(1.517.722)	(5.161.098)	(5.027.659)
Valor justo dos ativos do plano	1.857.702	1.874.970	4.059.576	4.006.185
Valor presente de obrigações líquidas	300.929	357.248	(1.101.522)	(1.021.474)
Valor presente das obrigações não custeadas	(269.473)	(277.921)	(790.862)	(757.448)
Valor presente das obrigações líquidas	31.456	79.327	(1.892.384)	(1.778.922)
Teto de ativo ("asset ceiling")	(292.872)	(340.634)	(298.281)	(368.438)
Passivos	(261.416)	(261.307)	(2.190.665)	(2.147.360)
Outros benefícios a funcionários de longo prazo	(69.082)	(83.341)	(88.712)	(104.882)
Total dos benefícios a funcionários	(330.498)	(344.648)	(2.279.377)	(2.252.242)
Passivos	(338.555)	(361.262)	(2.343.662)	(2.310.685)
Ativos	8.057	16.614	64.285	58.443
Passivos líquidos	(330.498)	(344.648)	(2.279.377)	(2.252.242)

As mudanças no valor presente das obrigações de benefício definido estão demonstradas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Obrigação com benefícios definidos em 1º de janeiro	(1.795.643)	(1.630.451)	(5.785.107)	(5.333.408)
Aquisição por meio de permuta de participações societárias	-	-	3.506	-
Custo de serviços	(4.816)	(5.094)	(42.536)	(38.227)
Custo de juros	(171.883)	(164.792)	(335.732)	(321.543)
Ganhos e (perdas) em liquidações ou reduções dos benefícios	-	-	7.002	3.906
Contribuições dos participantes do plano	-	-	(4.396)	(4.142)
Ganhos e (perdas) atuariais - premissas geográficas	9.898	-	9.898	77.319
Ganhos e (perdas) atuariais - premissas financeiras	(143.461)	(45.565)	(13.099)	(140.339)
Ajustes de experiência	132.765	(98.756)	106.414	(115.740)
Reclassificações	-	-	-	(7.468)
Efeito de variação cambial	-	-	(320.962)	(306.352)
Benefícios pagos	146.894	149.015	423.052	400.887
Obrigação com benefícios definidos em 31 de dezembro	(1.826.246)	(1.795.643)	(5.951.960)	(5.785.107)

Na Fundação Zerrenner o valor presente das obrigações custeadas inclui R\$677.923 (R\$762.024 em 2017) de dois planos de assistência médica para os quais os benefícios são providos diretamente pela Fundação Zerrenner. A Fundação Zerrenner é uma entidade legalmente distinta que tem por principal finalidade proporcionar aos funcionários e administradores atuais e aposentados da Ambev no Brasil assistência médico-hospitalar e odontológica, auxiliar em cursos profissionalizantes e superiores, manter estabelecimentos para auxílio e assistência a idosos, entre outros, por meio de ações diretas ou mediante convênios de auxílios financeiros com outras entidades.

A movimentação do valor justo dos ativos dos planos de pensão de benefício definido está demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Valor justo dos ativos do plano em 1º de janeiro	1.874.970	1.898.842	4.006.185	3.845.230
Receita de juros	181.193	194.313	267.815	273.342
Custos de administração	-	-	(3.815)	(3.433)
Retorno esperado excluindo receita de juros	(70.744)	(91.624)	(168.800)	(64.836)
Contribuições da Ambev	19.178	22.454	213.319	183.212
Contribuições dos participantes do plano	-	-	4.701	4.451
Diferenças cambiais	-	-	170.557	166.820
Acordos, liquidações e outros	-	-	(7.974)	-
Benefícios pagos excluindo custos de administração	(146.895)	(149.015)	(422.412)	(398.601)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro	1.857.702	1.874.970	4.059.576	4.006.185

O retorno real dos ativos em 2018 foi um ganho de R\$110.449 na Controladora e R\$99.015 no Consolidado (ganho de R\$102.689 na Controladora e R\$208.506 no Consolidado em 2017).

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou um montante de R\$8.057 na Controladora e R\$64.285 no Consolidado (R\$16.614 na Controladora e R\$58.443 no

Consolidado em 31 de dezembro de 2017), referente ao limite sobre o reconhecimento de ativo que não exceda o valor presente dos benefícios futuros.

As mudanças no limite sobre o reconhecimento de ativo que não exceda o valor presente dos benefícios futuros estão demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Impacto do limite sobre o reconhecimento de ativo em 1º de janeiro	16.614	19.471	58.443	33.503
Aquisição por meio de permuta de participações societárias	-	-	(4.922)	-
Receita/(despesa) de juros	1.246	1.749	4.226	2.764
Alterações excluindo os montantes incluídos na receita/(despesa) de juros	(9.803)	(4.606)	(659)	8.880
Efeito de variação cambial	-	-	7.197	941
Outros	-	-	-	12.355
Impacto do limite sobre o reconhecimento de ativo em 31 de dezembro	8.057	16.614	64.285	58.443

A receita/(despesa) reconhecida no resultado em relação aos planos de benefício definido está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Custos de serviços correntes	(4.816)	(5.094)	(42.536)	(38.227)
Custos de administração	-	-	(3.809)	(3.433)
Ganhos e (perdas) em liquidações ou reduções dos benefícios	-	-	7.343	4.215
Resultado operacional	(4.816)	(5.094)	(39.002)	(37.445)
Custo financeiro	(24.685)	(21.826)	(103.013)	(101.252)
Total da despesa com benefícios a funcionários	(29.501)	(26.920)	(142.015)	(138.697)

A receita/(despesa) com benefícios a funcionários foram incluídas nos seguintes itens do resultado:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Custo de vendas	-	-	(19.228)	(22.340)
Despesas comerciais	-	-	(8.805)	(5.034)
Despesas administrativas	(4.816)	(5.094)	(10.969)	(10.071)
Despesas financeiras	(24.685)	(21.826)	(103.013)	(101.252)
	(29.501)	(26.920)	(142.015)	(138.697)

As premissas atuariais utilizadas no cálculo das obrigações estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018 ⁽ⁱ⁾	2017 ⁽ⁱ⁾
Taxa de desconto	8,9%	10,0%	3,9% a 9,6%	3,6% a 10,6%
Inflação	4,0%	4,3%	2,0% a 4,0%	2,0% a 5,0%
Aumentos de salários futuros	5,7%	5,6%	1,0% a 7,1%	1,0% a 8,7%
Aumentos de pensão futuros	4,0%	4,3%	2,0% a 4,0%	2,0% a 4,3%
Tendência de custo com plano de saúde	7,9% ao ano com redução 7,9%	7,9% ao ano com redução 7,9%	4,5% a 7,9% ao ano com redução 7,9%	4,5% a 7,9% ao ano com redução 7,9%
Tendência de custo com plano odontológico	4,0%	4,3%	4,0%	4,3%
Expectativa de vida para homens acima de 65 anos	85	85	83 a 87	83 a 87
Expectativa de vida para mulheres acima de 65 anos	88	88	85 a 89	86 a 89

(i) Compreende as premissas dos países da América Latina – Norte, América Latina – Sul e Canadá.

Através de seus planos de pensão de benefício definido e planos médicos pós-emprego, a empresa está exposta a uma série de riscos, os mais significativos estão detalhados a seguir:

Volatilidade do ativo

Os passivos dos planos são calculados utilizando uma taxa de desconto definida com referência aos títulos privados de alta qualidade, se os ativos do plano tiverem um desempenho menor que desses rendimentos corporativos, a obrigação de benefício definido líquido da Companhia pode aumentar. Alguns planos custeados pela Companhia mantêm uma proporção de ações, que provavelmente superarão a rentabilidade de títulos privados a longo prazo, apesar de proporcionar volatilidade e risco no curto prazo. Os planos geralmente buscam reduzir o nível de risco dos investimentos, investindo mais em ativos que melhor correspondem aos passivos.

Mudanças nos rendimentos de títulos

Uma diminuição nos rendimentos de títulos privados aumentará os passivos do plano, o que seria parcialmente compensado por um aumento no valor das participações dos títulos dos planos.

Risco de inflação

Algumas das obrigações de pensões da Companhia estão ligadas à inflação, e inflação mais alta levará a passivos superiores. A maioria dos ativos do plano não é afetada ou está vagamente correlacionada com a inflação, o que significa que um aumento da inflação poderia aumentar a obrigação de benefício líquida da Companhia.

Expectativa de vida

A maioria das obrigações dos planos proporciona benefícios durante a vida do participante, de modo que o aumento na expectativa de vida resultará em um aumento nos passivos dos planos.

Estratégia de Investimento

No caso dos planos custeados, a empresa garante que as posições de investimento são geridas dentro de um quadro de correspondências entre ativos e passivos, que foi desenvolvido para atingir investimentos de longo prazo que estão em consonância com as obrigações decorrentes dos regimes de pensões. Dentro deste quadro de correspondências entre ativos e passivos, o objetivo da Companhia é combinar ativos às obrigações de pensão através de investimentos em títulos de rendimento fixo de longo prazo com vencimentos que coincidem com os pagamentos de benefícios na data de vencimento e na moeda apropriada.

As sensibilidades das obrigações de benefício definido em relação às principais premissas ponderadas estão demonstradas abaixo:

Em milhares de reais		Controladora			
		2018		2017	
		Alteração na premissa	Aumento na premissa	Redução na premissa	Aumento na premissa
Custos com planos de saúde	100 pontos base	(87.500)	75.103	(95.295)	81.047
Taxa de desconto	50 pontos base	95.911	(101.051)	80.173	(86.136)
Aumento de salário futuro	50 pontos base	(9.400)	8.907	(8.630)	8.145
Longevidade	Um ano	(68.089)	67.231	(64.712)	63.812

Em milhares de reais		Consolidado			
		2018		2017	
	Alteração na premissa	Aumento na premissa	Redução na premissa	Aumento na premissa	Redução na premissa
Custos com planos de saúde	100 pontos base	(113.754)	97.968	(119.700)	102.281
Taxa de desconto	50 pontos base	295.831	(314.403)	289.724	(309.234)
Aumento de salário futuro	50 pontos base	(24.193)	22.983	(12.921)	12.253
Longevidade	Um ano	(177.752)	173.955	(180.555)	176.491

Os dados apresentados acima representam flutuações puramente hipotéticas nas premissas individuais, mantendo todas as demais premissas constantes: as condições econômicas e suas mudanças sempre afetam, ao mesmo tempo, as demais premissas e seus efeitos não são lineares.

A composição dos ativos dos planos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 está demonstrada a seguir:

		Controladora					
		2018			2017		
		Cotado	Não-cotado	Total	Cotado	Não-cotado	Total
Títulos públicos	33%	-	33%	33%	-	33%	33%
Outros	67%	-	67%	67%	-	67%	67%

	Consolidado					
	2018			2017		
	Cotado	Não-cotado	Total	Cotado	Não-cotado	Total
Títulos públicos	50%	-	50%	50%	-	50%
Títulos corporativos	7%	-	7%	7%	-	7%
Instrumentos patrimoniais	14%	-	14%	14%	-	14%
Outros	29%	-	29%	29%	-	29%

A taxa de retorno global esperada é calculada pela ponderação das taxas individuais de acordo com sua participação prevista no total da carteira de investimentos.

A Ambev espera contribuir com aproximadamente R\$23.344 na Controladora e R\$255.769 no Consolidado para os seus planos de benefício definido em 2019.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

	2018		2017	
	Milhares de ações ordinárias	Milhares de reais	Milhares de ações ordinárias	Milhares de reais
No início do exercício	15.717.615	57.614.140	15.717.615	57.614.140
Emissão de ações	4.532	96.062	-	-
	15.722.147	57.710.202	15.717.615	57.614.140

(b) Reservas de capital

	Reservas de capital				
	Ações em tesouraria	Prêmio na emissão de ações	Outras reservas de capital	Pagamentos baseados em ações	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(908.676)	53.662.811	700.898	1.074.747	54.529.780
Compra de ações e resultado de ações em tesouraria	13.682	-	-	-	13.682
Pagamentos baseados em ações	-	-	-	157.447	157.447
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(894.994)	53.662.811	700.898	1.232.194	54.700.909
Aumento de capital	-	-	-	(89.876)	(89.876)
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação) ⁽ⁱ⁾	-	-	-	(8.156)	(8.156)
Compra de ações e resultado de ações em tesouraria	12.260	-	-	-	12.260
Pagamentos baseados em ações	-	-	-	166.057	166.057
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(882.734)	53.662.811	700.898	1.300.219	54.781.194

(i) Conforme descrito na Nota 1(b) Aplicação da norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária.

(b.1) Compra de ações e resultado de ações em tesouraria

As ações em tesouraria abrangem as ações de emissão própria readquiridas pela Companhia e o resultado de ações em tesouraria, que se refere aos ganhos e perdas relacionados à realização das transações de pagamentos baseados em ações e outros.

Segue abaixo a movimentação das ações em tesouraria:

	Compra/Realização		Resultado sobre ações em tesouraria	Total ações em tesouraria
	Milhares de ações ordinárias	Milhares de reais	Milhares de reais	Milhares de reais
Saldo em 31 de dezembro de 2016	16.512	(312.670)	(596.006)	(908.676)
Alterações no período	(9.118)	173.005	(159.323)	13.682
Saldo em 31 de dezembro de 2017	7.394	(139.665)	(755.329)	(894.994)
Alterações no período	(6.366)	118.824	(106.564)	12.260
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.028	(20.841)	(861.893)	(882.734)

(b.2) Prêmio na emissão de ações

O prêmio na emissão de ações refere-se à diferença entre o preço da subscrição que os acionistas pagaram pelas ações e o seu valor nominal. Por se tratar de uma reserva de capital, somente poderá ser utilizada para aumento de capital, absorção de prejuízos, resgate, reembolso ou recompra de ações.

(b.3) Pagamentos baseados em ações

Diversos programas de remuneração baseada em ações e opções de compra de ações permitem que os executivos adquiram ações da Companhia.

A reserva de pagamentos baseados em ações foi impactada pela despesa de R\$123.457 na Controladora e R\$160.983 no Consolidado em 31 de dezembro de 2018 (R\$156.819 na Controladora e R\$209.260 no Consolidado em 31 de dezembro de 2017) (Nota 27 - *Pagamento baseado em ações*).

(c) Reservas de lucros

	Reservas de lucros			
	Reserva de investimentos	Reserva legal	Incentivos fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.859.995	4.456	5.835.797	9.700.248
Juros sobre o capital próprio	(3.770.144)	-	-	(3.770.144)
Reserva de incentivos fiscais	-	-	1.552.261	1.552.261
Reserva de investimentos	1.177.870	-	-	1.177.870
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.267.721	4.456	7.388.058	8.660.235
Reserva de incentivos fiscais	-	-	1.331.526	1.331.526
Reserva de investimentos	5.442.332	-	-	5.442.332
Saldo em 31 de dezembro de 2018	6.710.053	4.456	8.719.584	15.434.093

(c.1) Reserva de investimentos

Do lucro líquido do exercício, obtido após as deduções aplicáveis, destina-se a importância não superior a 60% (sessenta por cento) do lucro líquido ajustado para a constituição de reserva de investimentos para que essa possa suportar investimentos futuros.

Eventos ocorridos durante o exercício de 2017:

Evento	Aprovação	Provento	Início pagamento	Exercício	Espécie e Classe de ação	Valor do provento por ação	Valor total do provento
RCA	16/05/2017	Dividendos	17/07/2017	2017	ON	0,1600	2.513.077
RCA	01/12/2017	Juros sobre o capital próprio	28/12/2017	2017	ON	0,3100	4.869.769 ⁽ⁱ⁾
RCA	21/12/2017	Dividendos	22/02/2018	2017	ON	0,0700	1.099.715
							8.482.561

(i) R\$3.770.144 desses juros sobre o capital próprio referem-se ao valor aprovado para distribuição no exercício e que foram deduzidos da Reserva de Investimento.

(d) Ajustes de avaliação patrimonial

	Ajustes de avaliação patrimonial							Total
	Reservas de conversão	Hedge de fluxo de caixa	Ganhos/(perdas) atuariais	Opções concedidas sobre participação em controlada	Ganhos/(perdas) de participação	Combinação de negócios	Ajustes contábeis de transações entre sócios	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(289.483)	(144.568)	(1.262.170)	(2.390.843)	2.150.643	156.091	(75.238.790)	(77.019.120)
<i>Resultado Abrangente:</i>								
Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	1.928.582	-	-	-	-	-	-	1.928.582
Hedge de fluxo de caixa	-	513.374	-	-	-	-	-	513.374
Ganhos/(perdas) atuariais	-	-	117.702	-	-	-	-	117.702
Resultado abrangente do exercício	1.928.582	513.374	117.702	-	-	-	-	2.559.658
Opções concedidas sobre participação em controlada	-	-	-	(380.405)	-	-	-	(380.405)
Ganhos/(perdas) de participação	-	-	-	-	(12.097)	-	-	(12.097)
Imposto sobre dividendos fictos	-	-	-	-	(38.625)	-	-	(38.625)
Reversão efeito revalorização do imobilizado pelo custo precedente	-	-	-	-	-	-	(75.881)	(75.881)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.639.099	368.806	(1.144.468)	(2.771.248)	2.099.921	156.091	(75.314.671)	(74.966.470)
<i>Resultado Abrangente:</i>								
Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	1.643.491	-	-	-	-	-	-	1.643.491
Hedge de fluxo de caixa	-	495.856	-	-	-	-	-	495.856
Ganhos/(perdas) atuariais	-	-	24.814	-	-	-	-	24.814
Resultado abrangente do exercício	1.643.491	495.856	24.814	-	-	-	-	2.164.161
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação) ⁽ⁱ⁾	346.416	(88.326)	146	-	-	-	-	258.236
Ganhos/(perdas) de participação ⁽ⁱⁱ⁾	460.105	787	3.394	2.651.165	(2.072.921)	-	-	1.042.530
Imposto sobre dividendos fictos	-	-	-	-	(7.442)	-	-	(7.442)
Reversão efeito revalorização do imobilizado pelo custo precedente	-	-	-	-	-	-	(75.881)	(75.881)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.089.111	777.123	(1.116.114)	(120.083)	19.558	156.091	(75.390.552)	(71.584.866)

(i) Conforme descrito na Nota 1(b) Aplicação da norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária.

(ii) Desse montante, R\$1.035.218 refere-se a renegociação do acordo de acionistas da Tenedora, conforme descrito na Nota 1(b).

(d.1) Reservas de conversão

As reservas de conversão abrangem todas as diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações contábeis cuja moeda funcional é diferente do Real.

As reservas de conversão também compreendem a parcela do ganho ou perda dos passivos em moeda estrangeira e dos instrumentos financeiros derivativos caracterizados como *hedge* de investimento líquido efetivo.

(d.2) Reservas de *hedge* de fluxo de caixa

As reservas de *hedge* compreendem a parcela efetiva proveniente da variação líquida acumulada do valor justo de *hedge* de fluxo de caixa na medida em que o risco protegido ainda não impactou o resultado do exercício. Para mais informações ver – Nota 28 - *Instrumentos financeiros e riscos*.

(d.3) Ganhos e perdas atuariais

Os ganhos e perdas atuariais abrangem a expectativa em relação às obrigações futuras nos planos de aposentadoria, consequentemente, os resultados destes ganhos e perdas atuariais são reconhecidos tempestivamente com base na melhor estimativa obtida pela Administração. Desta forma, a Companhia reconhece mensalmente, os resultados quanto a estas estimativas de ganhos e perdas atuariais, com base nas expectativas apresentadas no laudo atuarial independente.

O ganho atuarial de R\$158.509 em 2017, decorrente do superávit revertido à Patrocinadora, oriundo do Instituto Ambev de Previdência Privada do plano de benefício definido foi registrado integralmente na rubrica de ganhos e perdas atuarias no patrimônio líquido.

(d.4) Opções concedidas sobre participação em controlada

Como parte do acordo de aquisição de participação na Tenedora, uma opção de venda (“put”) foi emitida pela Companhia em favor da E. León Jimenes S.A. (“ELJ”) e uma opção de compra (“call”) foi emitida pela ELJ em favor da Companhia, as quais podem resultar em uma aquisição pela Companhia das ações remanescentes da Tenedora por um valor equivalente ao múltiplo de EBITDA, descontada da dívida líquida das operações no país, sendo a put exercível a qualquer momento. Conforme divulgado na Nota 1 – *Informações Gerais*, em 18 de janeiro de 2018, a ELJ exerceu de forma parcial sua opção de venda em relação a aproximadamente 30% do capital social da Tenedora. Em razão do exercício parcial de tal opção de venda, a Companhia passou a ser titular de 85% da Tenedora. Adicionalmente, foi aprovada uma extensão, de 2019 para 2022, do prazo para que a opção de compra outorgada pela ELJ à Companhia se torne exercível.

Em 31 de dezembro de 2018, a put detida pela ELJ está valorizada em R\$2.449.334 (R\$5.520.155 em 31 de dezembro de 2017) e o passivo categorizado como “Nível 3”, demonstrado na Nota 28 (b), e em conformidade com a IFRS 3/CPC 15 (R1) - *Combinação de Negócios*. Nenhum valor foi atribuído à call detida pela Companhia. O valor justo desta consideração diferida foi calculado utilizando técnicas usuais de valorização (valor presente do valor principal e juros futuros, descontados pela taxa de mercado). Os critérios utilizados são baseados em informações de mercado, provenientes de fontes confiáveis e a reavaliação do valor justo é efetuada anualmente.

Como parte do acordo de aquisição das ações da Sucos do Bem, foi concedida uma opção de venda e uma opção de compra sobre a participação dos minoritários determinada pela receita bruta de seus produtos e exercível a partir de 2020 salvo algumas exceções. Em 31 de dezembro de 2018, a opção de venda está valorizada em R\$136.034 (R\$131.980 em 31 de dezembro de 2017).

A movimentação dessas opções está demonstrada na Nota 28 – *Instrumentos financeiros e riscos*.

(d.5) Ajustes contábeis de transações entre sócios

As transações com sócios de um mesmo negócio, mesmo quando realizadas entre pessoas totalmente independentes entre si, que apresentarem fundamentação econômica válida e refletirem condições usuais de mercado serão consolidadas pelas normas contábeis aplicáveis, como ocorridas no âmbito de uma mesma entidade contábil.

Desta forma, conforme determinado pelo IFRS 10/CPC 36 – *Demonstrações Consolidadas*, qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação dos não controladores esteja contabilizada e o valor justo da quantia recebida ou paga deve ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido atribuível aos controladores. Em relação às Demonstrações Individuais, o ICPC 09 – *Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial* dispõe que estas demonstrações individuais devem refletir a situação desta controlada individual, mas sem perder de vista que ela está vinculada ao conceito da entidade econômica como um todo, incluindo os patrimônios da controladora e controlada, que, portanto, deveriam ser iguais. Diante disto, mesmo no caso em que a transação tenha sido realizada em condições normais de mercado e com efetivo desembolso de caixa, faz-se necessário um ajuste contábil nas demonstrações individuais equivalente à provisão do montante do ágio pago em contrapartida ao patrimônio da entidade, e com isto harmonizando-a às demonstrações consolidadas. Na incorporação de ações dos não-controladores da controlada Companhia de Bebidas das Américas, procedemos o referido ajuste reconhecendo a contrapartida da provisão no montante do ágio nesta conta patrimonial, quando aplicável, em decorrência da adoção da prática contábil do custo precedente.

(e) Lucro por ação

Lucro por ação básico e diluído das opções de ações e ações diferidas

O lucro por ação básico é calculado com base no lucro atribuível aos acionistas da Ambev, e na quantidade proporcional média ponderada de ações em circulação durante o exercício.

O lucro por ação diluído das opções de ações e ações diferidas é calculado com base no lucro atribuível aos acionistas da Ambev, e na quantidade média ponderada ajustada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas, conforme segue:

Em milhares de ações	2018	2017
	Ordinárias	Ordinárias
Quantidade média ponderada de ações em 31 de dezembro ⁽ⁱ⁾	15.718.077	15.705.844
Efeito das opções de ações	138.089	132.212
Quantidade média ponderada de ações (diluídas) em 31 de dezembro	15.856.166	15.838.056

(i) Não consideradas as ações em tesouraria.

As tabelas abaixo apresentam o cálculo do lucro por ação (“LPA”):

	2018	2017
	Ordinárias	Ordinárias
Lucro atribuível aos acionistas da Ambev	11.024.678	7.331.968
Média ponderada da quantidade de ações (não diluídas)	15.718.077	15.705.844
LPA básico ⁽ⁱ⁾	0,7014	0,4668
Lucro atribuível aos acionistas da Ambev	11.024.678	7.331.968
Média ponderada da quantidade de ações (diluída)	15.856.166	15.838.056
LPA diluído ⁽ⁱ⁾	0,6953	0,4629

(i) Valores expressos em reais.

(f) Destinações

Destinações propostas

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia efetuou as destinações da conta de “Lucros acumulados”, de acordo com a legislação societária e seu estatuto social. O pagamento dos dividendos efetuados até dezembro de 2018 foi aprovado em Reuniões do Conselho de Administração.

Com relação à base para distribuição de dividendos, a Companhia entende que a prática contábil do custo precedente, bem como a sua apresentação para fins comparativos das informações financeiras, não deve afetar o cálculo de pagamento de dividendos mínimos obrigatórios. Para tanto, a Companhia ajustou a base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios, para excluir quaisquer impactos atuais e futuros no lucro líquido decorrentes da adoção desta prática contábil, relacionados à amortização/depreciação da mais valia dos ativos ou mesmo a um eventual *impairment* do ágio, desta forma preservando os dividendos mínimos obrigatórios.

	2018	2017
Lucro líquido do exercício, atribuído à participação dos controladores	11.024.678	7.331.968
Dividendos prescritos/complemento	30.110	34.699
Reversão efeito revalorização do imobilizado pelo custo precedente	75.881	75.881
Impacto da adoção do IFRS 15 ⁽ⁱ⁾	(355.383)	-
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação) ⁽ⁱⁱ⁾	3.544.180	-
Lucro base para dividendos e destinações para reservas de lucros	14.319.466	7.442.548
Dividendos e JCP distribuídos e a distribuir com base no lucro do exercício		
Dividendos e JCP pagos com base no lucro do exercício	7.545.608	3.612.702
Dividendos aprovados em RCA para distribuição	-	1.099.715
Total de dividendos e JCP	7.545.608	4.712.417
Percentual total distribuído	53%	63%
JCP distribuídos e a distribuir com base na reserva de investimento		
JCP pagos com base na reserva de investimento	-	3.770.144
Total de JCP	-	3.770.144
Total de dividendos e JCP distribuídos e a distribuir	7.545.608	8.482.561
Percentual total distribuído	53%	114%

(i) Conforme descrito na Nota 3 – *Sumário das principais políticas contábeis*.

(ii) Conforme descrito na Nota 1(b) Aplicação da norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária.

19. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

(a) Segmentos reportáveis – exercícios findos em:

	América Latina - norte ⁽ⁱ⁾		América Latina - sul ⁽ⁱⁱ⁾		Canadá		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Receita líquida	32.628.123	31.086.023	10.753.910	10.769.705	6.849.303	6.043.548	50.231.336	47.899.276
Custo dos produtos vendidos	(12.584.941)	(11.935.042)	(4.269.688)	(4.122.555)	(2.414.998)	(1.984.181)	(19.269.627)	(18.041.778)
Lucro bruto	20.043.182	19.150.981	6.484.222	6.647.150	4.434.305	4.059.367	30.961.709	29.857.498
Despesas logísticas	(4.399.074)	(4.193.784)	(1.053.084)	(1.007.962)	(1.284.316)	(1.093.798)	(6.736.474)	(6.295.544)
Despesas comerciais	(3.645.335)	(3.655.516)	(1.113.872)	(1.091.261)	(970.316)	(873.173)	(5.729.523)	(5.619.950)
Despesas administrativas	(1.696.024)	(1.954.113)	(410.773)	(384.468)	(260.424)	(285.215)	(2.367.221)	(2.623.796)
Outras receitas/(despesas) operacionais	985.040	1.170.483	(24.631)	41.186	(13.060)	5.638	947.349	1.217.307
Itens não recorrentes	18.735	(56.084)	(88.367)	(41.317)	(16.791)	(11.301)	(86.423)	(108.702)
Lucro operacional (EBIT)	11.306.524	10.461.967	3.793.495	4.163.328	1.889.398	1.801.518	16.989.417	16.426.813
Resultado financeiro líquido	(2.211.812)	(2.693.274)	(1.431.403)	(709.480)	(180.221)	(91.142)	(3.823.436)	(3.493.896)
Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto	(2.342)	(4.668)	-	-	3.382	1.553	1.040	(3.115)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	9.092.370	7.764.025	2.362.092	3.453.848	1.712.559	1.711.929	13.167.021	12.929.802
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(299.802)	(3.309.471)	(866.759)	(1.144.115)	(623.033)	(625.712)	(1.789.594)	(5.079.298)
Lucro líquido do exercício	8.792.568	4.454.554	1.495.333	2.309.733	1.089.526	1.086.217	11.377.427	7.850.504
EBITDA ajustado ⁽ⁱⁱⁱ⁾	14.053.175	13.233.860	4.893.737	4.866.650	2.151.982	2.047.088	21.098.894	20.147.598
Itens não recorrentes	18.735	(56.084)	(88.367)	(41.317)	(16.791)	(11.301)	(86.423)	(108.702)
Depreciação, amortização e impairment	(2.765.386)	(2.715.809)	(1.011.875)	(662.005)	(245.793)	(234.269)	(4.023.054)	(3.612.083)
Resultado financeiro líquido	(2.211.812)	(2.693.274)	(1.431.403)	(709.480)	(180.221)	(91.142)	(3.823.436)	(3.493.896)
Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto	(2.342)	(4.668)	-	-	3.382	1.553	1.040	(3.115)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(299.802)	(3.309.471)	(866.759)	(1.144.115)	(623.033)	(625.712)	(1.789.594)	(5.079.298)
Lucro líquido do exercício	8.792.568	4.454.554	1.495.333	2.309.733	1.089.526	1.086.217	11.377.427	7.850.504
Margem EBITDA ajustado em %	43,1%	42,6%	45,5%	45,2%	31,4%	33,9%	42,0%	42,1%
Aquisição de imobilizado/intangível	2.312.305	1.862.003	1.040.828	1.051.192	217.824	292.801	3.570.957	3.205.996
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Ativos segmentados	51.373.758	48.811.664	14.447.755	11.558.524	10.924.298	10.204.929	76.745.811	70.575.117
Eliminação entre segmentos							(2.246.449)	(3.077.679)
Ativos não segmentados							19.626.776	19.354.551
Total do ativo							94.126.138	86.851.989
Passivos segmentados	21.673.043	23.031.617	4.484.598	6.015.233	3.584.762	3.700.157	29.742.403	32.747.007
Eliminação entre segmentos							(2.246.443)	(3.077.693)
Passivos não segmentados							66.630.178	57.182.675
Total do passivo e patrimônio líquido							94.126.138	86.851.989

(i) América Latina – Norte: compreende as operações no Brasil e CAC (El Salvador, Guatemala, Nicarágua, República Dominicana, Saint Vincent, Dominica, Antígua, Cuba, Barbados, Panamá, Porto Rico e Costa Rica).

(ii) América Latina – Sul: compreende as operações na Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai.

(iii) O EBITDA ajustado é calculado excluindo-se do lucro líquido do exercício os seguintes efeitos: (i) Despesa com imposto de renda, (ii) Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto, (iii) Resultado financeiro líquido, (iv) Itens não recorrentes, e (v) Despesas com depreciações, amortizações e impairment de ativo imobilizado.

(b) Informações adicionais – por unidades de negócio – exercícios findos em:

	América Latina - norte					
	CAC		Brasil		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Receita Líquida	5.813.909	4.732.998	26.814.214	26.353.025	32.628.123	31.086.023
Custo dos produtos vendidos	(2.560.151)	(2.045.592)	(10.024.790)	(9.889.450)	(12.584.941)	(11.935.042)
Lucro bruto	3.253.758	2.687.406	16.789.424	16.463.575	20.043.182	19.150.981
Despesas logísticas	(627.618)	(538.606)	(3.771.456)	(3.655.178)	(4.399.074)	(4.193.784)
Despesas comerciais	(561.841)	(526.403)	(3.083.494)	(3.129.113)	(3.645.335)	(3.655.516)
Despesas administrativas	(281.485)	(265.025)	(1.414.539)	(1.689.088)	(1.696.024)	(1.954.113)
Outras receitas/(despesas) operacionais	20.055	77.797	964.985	1.092.686	985.040	1.170.483
Itens não recorrentes	62.473	(23.097)	(43.738)	(32.987)	18.735	(56.084)
Lucro operacional (EBIT)	1.865.342	1.412.072	9.441.182	9.049.895	11.306.524	10.461.967
Resultado financeiro líquido	(56.768)	(46.461)	(2.155.044)	(2.646.813)	(2.211.812)	(2.693.274)
Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto	3.879	5.971	(6.221)	(10.639)	(2.342)	(4.668)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.812.453	1.371.582	7.279.917	6.392.443	9.092.370	7.764.025
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(472.954)	(353.520)	173.152	(2.955.951)	(299.802)	(3.309.471)
Lucro líquido do exercício	1.339.499	1.018.062	7.453.069	3.436.492	8.792.568	4.454.554
EBITDA ajustado ⁽ⁱ⁾	2.290.010	1.841.989	11.763.165	11.391.871	14.053.175	13.233.860
Itens não recorrentes	62.473	(23.097)	(43.738)	(32.987)	18.735	(56.084)
Depreciação, amortização e impairment	(487.141)	(406.820)	(2.278.245)	(2.308.989)	(2.765.386)	(2.715.809)
Resultado financeiro líquido	(56.768)	(46.461)	(2.155.044)	(2.646.813)	(2.211.812)	(2.693.274)
Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto	3.879	5.971	(6.221)	(10.639)	(2.342)	(4.668)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(472.954)	(353.520)	173.152	(2.955.951)	(299.802)	(3.309.471)
Lucro líquido do exercício	1.339.499	1.018.062	7.453.069	3.436.492	8.792.568	4.454.554
Margem EBITDA ajustado em %	39,4%	38,9%	43,9%	43,2%	43,1%	42,6%

(i) O EBITDA ajustado é calculado excluindo-se do lucro líquido do exercício os seguintes efeitos: (i) Despesa com imposto de renda, (ii) Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto, (iii) Resultado financeiro líquido, (iv) Itens não recorrentes, e (v) Despesas com depreciações, amortizações e impairment de ativo imobilizado.

	Brasil					
	Cerveja		Refrigerantes e Não-alcoólicos e não-carbonatados		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Receita Líquida	23.008.475	22.509.302	3.805.739	3.843.723	26.814.214	26.353.025
Custo dos produtos vendidos	(8.222.911)	(7.895.050)	(1.801.879)	(1.994.400)	(10.024.790)	(9.889.450)
Lucro bruto	14.785.564	14.614.252	2.003.860	1.849.323	16.789.424	16.463.575
Despesas logísticas	(3.072.889)	(2.961.045)	(698.567)	(694.133)	(3.771.456)	(3.655.178)
Despesas comerciais	(2.897.787)	(2.953.604)	(185.707)	(175.509)	(3.083.494)	(3.129.113)
Despesas administrativas	(1.202.595)	(1.476.274)	(211.944)	(212.814)	(1.414.539)	(1.689.088)
Outras receitas/(despesas) operacionais	740.070	824.984	224.915	267.702	964.985	1.092.686
Itens não recorrentes	(37.064)	(28.237)	(6.674)	(4.750)	(43.738)	(32.987)
Lucro operacional (EBIT)	8.315.299	8.020.076	1.125.883	1.029.819	9.441.182	9.049.895
Resultado financeiro líquido	(2.155.044)	(2.646.813)	-	-	(2.155.044)	(2.646.813)
Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto	(6.221)	(10.639)	-	-	(6.221)	(10.639)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	6.154.034	5.362.624	1.125.883	1.029.819	7.279.917	6.392.443
Despesa com imposto de renda e contribuição social	173.152	(2.955.951)	-	-	173.152	(2.955.951)
Lucro líquido do exercício	6.327.186	2.406.673	1.125.883	1.029.819	7.453.069	3.436.492
EBITDA ajustado ⁽ⁱ⁾	10.349.969	10.047.289	1.413.196	1.344.582	11.763.165	11.391.871
Itens não recorrentes	(37.064)	(28.237)	(6.674)	(4.750)	(43.738)	(32.987)
Depreciação, amortização e <i>impairment</i>	(1.997.606)	(1.998.976)	(280.639)	(310.013)	(2.278.245)	(2.308.989)
Resultado financeiro líquido	(2.155.044)	(2.646.813)	-	-	(2.155.044)	(2.646.813)
Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto	(6.221)	(10.639)	-	-	(6.221)	(10.639)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	173.152	(2.955.951)	-	-	173.152	(2.955.951)
Lucro líquido do exercício	6.327.186	2.406.673	1.125.883	1.029.819	7.453.069	3.436.492
Margem EBITDA ajustado em %	45,0%	44,5%	37,1%	35,8%	43,9%	43,2%

(i) O EBITDA ajustado é calculado excluindo-se do lucro líquido do exercício os seguintes efeitos: (i) Despesa com imposto de renda, (ii) Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto, (iii) Resultado financeiro líquido, (iv) Itens não recorrentes, e (v) Despesas com depreciações, amortizações e *impairment* de ativo imobilizado.

20. RECEITA LÍQUIDA

Reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita bruta de vendas e/ou serviços	36.421.579	35.927.242	73.628.955	72.410.900
Impostos sobre vendas	(9.797.111)	(9.973.874)	(15.876.599)	(16.192.861)
Descontos	(3.410.440)	(4.223.005)	(7.521.020)	(8.318.763)
	23.214.028	21.730.363	50.231.336	47.899.276

Serviços prestados por distribuidores tais como divulgação de nossas marcas e serviços logísticos são considerados como despesa quando separadamente identificáveis.

Decisão do STF sobre o ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS

Considerando o julgamento do RE 574.706 pelo STF em março de 2017, que em sede de repercussão geral concluiu pela possibilidade de exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS e, ainda, que as empresas do grupo contam com decisões judiciais favoráveis autorizando a referida exclusão, a Companhia reconheceu no resultado o valor de R\$320.166 na Controladora e R\$654.568 no Consolidado em 31 de dezembro de 2018 (R\$97.313 na Controladora e R\$241.180 no Consolidado em 31 de dezembro de 2017).

21. OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Subvenção governamental e ajuste a valor presente de incentivos fiscais	635.039	790.882	820.095	993.759
(Adições)/reversões de provisões	(33.297)	(53.786)	(41.956)	(12.909)
Ganho/(perda) na alienação de imobilizado, intangível e operações em associadas	6.468	18.116	(29.791)	91.073
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	286.087	166.432	199.001	145.384
	894.297	921.644	947.349	1.217.307

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e de que as subvenções serão recebidas. As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

22. INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

Depreciação, amortização e despesa com redução ao valor de recuperação (*impairment*) estão incluídas nas seguintes contas do resultado do exercício de 2018 e 2017:

	Controladora			
	Depreciação e <i>impairment</i> do imobilizado		Amortização do intangível	
	2018	2017	2018	2017
Custo dos produtos vendidos	1.453.605	1.468.427	4.992	1.083
Despesas logísticas	86.797	72.908	-	-
Despesas comerciais	297.297	304.017	96.526	118.595
Despesas administrativas	138.230	134.652	88.217	86.399
	1.975.929	1.980.004	189.735	206.077

	Consolidado			
	Depreciação e <i>impairment</i> do imobilizado		Amortização do intangível	
	2018	2017	2018	2017
Custo dos produtos vendidos	2.681.914	2.364.714	10.270	6.151
Despesas logísticas	225.192	197.591	-	-
Despesas comerciais	581.408	532.190	117.151	142.440
Despesas administrativas	231.764	231.069	175.153	141.982
	3.720.278	3.325.564	302.574	290.573

23. ITENS NÃO RECORRENTES

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Resultado decorrente de permuta de participações societárias ⁽ⁱ⁾	-	-	30.004	-
Reestruturação ⁽ⁱⁱ⁾	(28.570)	(25.511)	(175.491)	(105.462)
Resultado na venda de subsidiária ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	-	78.611	-
Aquisição de subsidiárias	-	-	(1.545)	-
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	-	-	(18.002)	-
Outros	-	816	-	(3.240)
	(28.570)	(24.695)	(86.423)	(108.702)

(i) Conforme descrito na Nota 1(b) Acordo de licenciamento perpétuo à Quilmes.

(ii) As despesas de reestruturação reconhecidas relacionam-se, principalmente, ao realinhamento da estrutura e dos processos no segmento geográfico América Latina – Norte e América Latina – Sul.

(iii) Conforme descrito na Nota 1(b) Venda de subsidiária.

24. DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS

(a) Despesas Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Despesas com juros	(856.167)	(1.272.687)	(1.281.194)	(1.571.646)
Juros capitalizados	404	2.287	404	2.287
Juros líquidos sobre planos de pensão	(24.685)	(21.826)	(103.013)	(77.563)
Perdas com derivativos e fundos de investimentos exclusivos	-	(1.638.360)	(1.266.031)	(616.698)
Juros sobre provisões para disputas e litígios	(93.722)	(181.601)	(132.750)	(225.883)
Variação cambial	(1.862.660)	(14.243)	(756.908)	(339.510)
Juros e variação cambial sobre mútuo	(1.127.215)	(2.557.228)	(8.023)	(16.799)
Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	(107.096)	-	(107.096)	-
Impostos sobre transações financeiras	(186.452)	(76.803)	(337.626)	(179.689)
Despesas com fiança bancária	(123.024)	(88.432)	(126.311)	(89.491)
Outros resultados financeiros	(22.696)	(5.909)	(264.619)	(176.539)
	(4.403.313)	(5.854.802)	(4.383.167)	(3.291.531)
Despesa financeira não recorrente	-	(835.739)	(179.084)	(976.763)
	(4.403.313)	(6.690.541)	(4.562.251)	(4.268.294)

A despesa financeira não recorrente refere-se à realização da variação cambial de empréstimos liquidados com partes relacionadas, historicamente reconhecida no patrimônio líquido, no montante de R\$179.084 em 31 de dezembro de 2018 (R\$835.739 em 31 de dezembro 2017). Adicionalmente, no Consolidado, em 2017, foi reconhecido o montante de R\$141.024 decorrente da adesão ao PERT 2017 - ver Nota 25 - *Imposto de renda e contribuição social*.

A despesa com juros é apresentada líquida do efeito dos instrumentos financeiros derivativos que protegem o risco de taxa de juros da Ambev – consultar também a Nota 28 - *Instrumentos financeiros e riscos*. A despesa com juros é composta da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado	(327.720)	(323.529)	(597.621)	(477.569)
Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	(528.447)	(949.158)	(683.573)	(1.076.216)
<i>Hedge</i> de valor justo - itens protegidos	-	-	-	(19.798)
<i>Hedge</i> de valor justo - instrumentos de <i>hedge</i>	-	-	-	1.937
	(856.167)	(1.272.687)	(1.281.194)	(1.571.646)

(b) Receitas Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita de juros	198.064	250.765	453.975	458.763
Juros e variação cambial sobre mútuo	1.500.872	689.374	-	-
Ganhos com derivativos e fundos de investimentos exclusivos	452.081	-	84.922	73.740
Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	-	221.832	-	227.643
Outros resultados financeiros	7.525	5.350	17.410	14.252
	2.158.542	1.167.321	556.307	774.398
PERT 2017	-	135.043	-	-
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	-	-	182.508	-
	2.158.542	1.302.364	738.815	774.398

A receita de juros tem a seguinte composição por origem de ativo financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	64.466	89.830	270.708	233.353
Aplicação financeira em título para negociação	-	6.423	12.921	26.874
Outros recebíveis	133.598	154.512	170.346	198.536
	198.064	250.765	453.975	458.763

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos no resultado do exercício estão demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Imposto de renda e contribuição social corrente	887.214	963.993	(1.833.480)	(5.332.336)
Imposto de renda diferido sobre diferenças temporárias	(205.389)	701.865	(246.163)	891.904
Movimento de imposto diferido sobre prejuízos fiscais em período corrente	126.445	(326.329)	290.049	(638.866)
Total do imposto de renda diferido	(78.944)	375.536	43.886	253.038
Resultado de imposto de renda e contribuição social	808.270	1.339.529	(1.789.594)	(5.079.298)

A reconciliação da taxa efetiva com a taxa nominal média está demonstrada como segue:

	Controladora	
	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	10.216.408	5.992.439
Ajuste na base tributável		
Outras receitas não tributáveis	(97)	(900)
Subvenção governamental relativa aos impostos sobre vendas	(1.325.972)	(1.576.781)
Participação nos resultados de controladas	(6.795.992)	(5.752.860)
Despesas não dedutíveis	53.229	14.383
Complemento de imposto de renda de controladas no exterior devido no Brasil	450.346	516.259
	2.597.922	(807.460)
Alíquota nominal ponderada agregada	34%	34%
Impostos a pagar – alíquota nominal	(883.293)	274.536
Ajuste na despesa tributária		
Incentivo relativo ao imposto de renda	2.217	11.298
Benefício de dedutibilidade de juros sobre o capital próprio	1.620.508	1.649.042
Benefício fiscal da amortização de ágio	12.344	124.645
Imposto de renda retido na fonte	(3.214)	(46.131)
Reconhecimento/baixa de ativo diferido sobre prejuízos fiscais	89.500	(178.878)
PERT 2017	-	(412.148)
Outros ajustes tributários	(29.792)	(82.835)
	808.270	1.339.529
Imposto de renda e contribuição social	808.270	1.339.529
Alíquota efetiva de impostos	-7,91%	-22,35%

	Consolidado	
	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	13.167.021	12.929.802
Ajuste na base tributável		
Outras receitas não tributáveis	(400.797)	(310.916)
Subvenção governamental relativa aos impostos sobre vendas	(1.807.347)	(1.889.117)
Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto	(1.040)	3.115
Despesas não dedutíveis	305.490	91.080
Complemento de imposto de renda de controladas no exterior devido no Brasil	503.043	560.367
Resultado de transações intragrupo	(693.378)	(547.451)
	11.072.992	10.836.880
Alíquota nominal ponderada agregada	29,98%	29,22%
Impostos a pagar – alíquota nominal	(3.319.468)	(3.166.616)
Ajuste na despesa tributária		
Incentivo relativo ao imposto de renda	219.663	304.561
Benefício de dedutibilidade de juros sobre o capital próprio	1.710.372	1.649.042
Benefício fiscal da amortização de ágio	72.279	175.270
Imposto de renda retido na fonte	(220.006)	(356.916)
Reconhecimento/baixa de ativo diferido sobre prejuízos fiscais	(41.627)	(178.878)
PERT 2017	-	(2.784.726)
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	(107.246)	-
Outros ajustes tributários	(103.561)	(721.035)
	(1.789.594)	(5.079.298)
Imposto de renda e contribuição social	(1.789.594)	(5.079.298)
Alíquota efetiva de impostos	13,59%	39,28%

Os principais eventos ocorridos no período e que impactaram a alíquota efetiva foram:

- Subvenção governamental relativa aos impostos sobre vendas: Trata-se de incentivos regionais vinculados, principalmente, à produção local e que, quando reinvestido, não é tributado para fins de imposto de renda e contribuição social, o que explica o impacto na alíquota efetiva. O montante acima é impactado por variações nos volumes de produção, preços e eventuais variações na tributação estadual.

- Complemento de imposto de renda de controladas no exterior devido no Brasil: demonstra o resultado da apuração da tributação universal de lucros, segundo os regramentos da Lei 12.973/14.
- Resultados de transações intragrupo: refletem a realidade da tributação nos países nos quais estão sediadas as subsidiárias com as quais as operações de mútuo são realizadas.
- Benefício de dedutibilidade de juros sobre o capital próprio: segundo a legislação brasileira, as empresas têm a opção de remunerar seus sócios via pagamento de juros sobre o capital próprio ("JCP"), os quais são dedutíveis para fins de imposto de renda.
- PERT 2017: as contingências cobertas pelo PERT 2017, incluem um processo em que se discutia a apuração do IRPJ e da CSLL pelo método do lucro presumido pela subsidiária CRBS. O valor total reconhecido como despesa após a conversão em Lei da MP nº 783/2017 foi de R\$2.926 milhões (principal e multa), sendo R\$2.785 milhões como despesa não recorrente na rubrica de imposto de renda e R\$141 milhões na rubrica de resultado financeiro.

26. FOLHA DE PAGAMENTO E BENEFÍCIOS RELACIONADOS

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Salários e encargos	1.317.136	1.454.400	3.422.034	3.371.158
Contribuições previdenciárias	407.613	364.224	789.341	741.054
Outros custos com pessoal	273.421	236.100	726.617	616.207
Aumento (redução) no passivo para planos de benefício definido	29.501	26.920	142.015	138.697
Remuneração baseada em ações	125.167	184.473	162.694	236.914
Contribuição para planos de contribuição definida	12.690	3.616	32.234	18.911
	2.165.528	2.269.733	5.274.935	5.122.941

O valor de despesa com folha de pagamento e benefícios relacionados estão apresentados nas demonstrações dos resultados conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Custo dos produtos vendidos	998.214	953.830	1.814.757	1.714.816
Despesas logísticas	206.983	157.639	987.708	791.524
Despesas comerciais	293.540	202.965	1.238.985	1.096.817
Despesas administrativas	621.944	909.658	1.085.445	1.469.967
Resultado financeiro	24.690	23.575	103.013	42.908
Itens não recorrentes	20.157	22.066	45.027	6.909
	2.165.528	2.269.733	5.274.935	5.122.941

27. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Existem diferentes programas de opções de compra de ações e de concessão de ações que permitem que os empregados e executivos que trabalhem na Companhia e suas subsidiárias adquiram (por meio do exercício de opções de compra) ou recebam ações da Companhia. Para todos os programas de opções de compra, o valor justo das opções é estimado na data de sua outorga, usando o modelo de precificação denominado “Binomial de Hull”, ajustado para refletir o requerimento da IFRS 2/CPC 10 – *Pagamento Baseado em Ações* de que premissas sobre decaimento do direito de aquisição antes do final do período de carência não podem impactar o valor justo da opção.

O modelo atual de opções de compra de ações, conforme disciplinado no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia (“Plano de Opções”), contempla dois tipos de outorga: (I) Outorga 1 - o beneficiário, conforme o caso, pode destinar 30%, 40%, 60%, 70% ou 100% do montante relativo à participação nos lucros por ele recebido no ano ao exercício imediato de opções, adquirindo assim as correspondentes ações de emissão da Companhia, cuja transferência a terceiros ou à própria Companhia somente é permitida após o prazo de cinco anos a contar da data do exercício das opções; e (II) Outorga 2 - o beneficiário pode exercer as opções após um prazo de carência de cinco anos, pelo período de exercício de cinco anos.

Além disso, a Companhia implementou o Plano de Pagamento Baseado em Ações (“Plano de Ações”), segundo o qual determinados funcionários e membros da administração da Companhia ou de suas subsidiárias são elegíveis para receber ações da Companhia, inclusive na forma de ADR’s. As ações que estão sujeitas ao Plano de Ações são designadas “ações restritas”.

Adicionalmente, como meio de criar um incentivo de longo prazo (incentivo patrimonial) para alguns empregados seniores e membros da administração considerados como tendo “alto potencial”, a Companhia concede, no âmbito do Plano de Ações, ações com entrega futura separadas em dois lotes separados – Lote A e Lote B –, que serão entregues aos participantes do respectivo programa observados os períodos de maturação de cinco e dez anos, respectivamente.

O valor justo médio ponderado das opções e as premissas utilizadas na aplicação do modelo de precificação de opções da Companhia de 2018 e 2017 estão demonstrados abaixo:

<i>Em R\$, exceto quando mencionado</i>	2018 ⁽ⁱ⁾	2017 ⁽ⁱ⁾
Valor justo das opções concedidas	5,62	6,51
Preço da ação	18,04	19,80
Preço de exercício	18,04	19,80
Estimativa de volatilidade	26,2%	26,7%
Carência (em anos)	5	5
Estimativa de dividendos	5%	5%
Taxa de juros livre de risco	9,6% ⁽ⁱⁱ⁾	10,1% ⁽ⁱⁱ⁾

(i) Informações baseadas em médias ponderadas dos planos concedidos, exceto pela estimativa de dividendos e taxa de juros livre de risco.

(ii) Os percentuais contemplam as outorgas de opções de ação e ADR's no exercício, onde a taxa de juros livre de risco das ADR's é calculada em dólar americano.

O número total de opções em aberto está demonstrado a seguir:

<i>Em lotes de mil</i>	2018	2017
Opções em aberto em 1º de janeiro	135.221	131.244
Opções outorgadas durante o exercício	19.899	20.435
Opções exercidas durante o exercício	(9.988)	(13.548)
Opções canceladas durante o exercício	(3.804)	(2.910)
Opções em aberto no final do exercício	141.328	135.221

A faixa de preços de exercício das opções em aberto é entre R\$0,001 (R\$0,001 em 31 de dezembro de 2017) até R\$27,43 (R\$26,09 em 31 de dezembro de 2017) e o prazo de carência contratual médio remanescente é de cerca de 6,27 anos (6,40 anos em 31 de dezembro de 2017).

Das 141.328 mil opções em aberto (135.221 mil em 31 de dezembro de 2017), 55.538 mil são exercíveis em 31 de dezembro de 2018 (40.150 mil em 31 de dezembro de 2017).

O preço médio ponderado de exercício das opções está demonstrado a seguir:

<i>Em R\$ por ação</i>	2018	2017
Opções em aberto em 1º de janeiro	15,27	13,87
Opções outorgadas durante o exercício	18,04	19,82
Opções canceladas durante o exercício	18,55	17,88
Opções exercidas durante o exercício	7,47	5,81
Opções em aberto no final do exercício	16,16	15,27
Opções exercíveis no final do exercício	2,25	3,78

Para as opções exercidas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o preço médio ponderado da ação na data do exercício foi de R\$21,83 (R\$18,87 em 31 de dezembro de 2017).

Para liquidar as opções de ações exercidas, a Companhia pode usar ações em tesouraria. Além disso, o limite atual do capital autorizado da Companhia é considerado suficiente para atender a todos os planos de opções caso seja necessária a emissão de novas ações para fazer frente às outorgas concedidas nos programas.

Durante o exercício, a Companhia concedeu 426 mil (794 mil em 31 de dezembro de 2017) ações diferidas relacionadas ao exercício de opções outorgadas nos exercícios anteriores. Estas ações diferidas são avaliadas com base na cotação das ações da Companhia no pregão imediatamente anterior à data da outorga das opções, o que representou um valor justo de aproximadamente R\$7.518 em 31 de dezembro de 2018 (R\$15.193 em 31 de dezembro de 2017). Tais ações diferidas sujeitam-se a um prazo de carência de cinco anos a contar da data de exercício das opções.

Durante o exercício, a Companhia concedeu 13.055 mil ações restritas no âmbito do Plano de Ações, as quais são avaliadas com base na cotação das ações da Companhia no pregão imediatamente anterior à data da concessão, o que representou um valor justo de aproximadamente R\$239.109 em 31 de dezembro de 2018. Tais ações restritas sujeitam-se a um prazo de carência de cinco anos a contar da data de sua concessão.

O número total de ações adquiridas ou concedidas, conforme o caso, no âmbito do Plano de Opção e do Plano de Ações, pelos funcionários, cuja entrega se dará em momento futuro sob determinadas condições (ações diferidas e ações restritas) está demonstrado a seguir:

<i>Em lotes de mil</i>	2018	2017
Ações diferidas em aberto em 1º de janeiro	16.300	19.260
Novas ações diferidas durante o exercício	426	794
Ações diferidas entregues durante o exercício	(3.429)	(2.874)
Ações diferidas canceladas durante o exercício	(989)	(880)
Ações diferidas em aberto no final do exercício	12.308	16.300
<i>Em lotes de mil</i>	2018	2017
Ações restritas em aberto em 1º de janeiro	-	-
Novas ações restritas durante o exercício	13.055	-
Ações restritas entregues durante o exercício	(296)	-
Ações restritas canceladas durante o exercício	(103)	-
Ações restritas em aberto no final do exercício	12.656	-

Adicionalmente, alguns funcionários e administradores da Companhia receberam opções para aquisição de ações da controladora AB InBev cujo custo (*compensation cost*) está reconhecido no resultado em contrapartida do patrimônio líquido.

As transações com pagamento baseado em ações acima descritas resultaram em despesa de R\$125.467 na Controladora e R\$162.694 no Consolidado (R\$184.473 na Controladora e R\$236.914 no Consolidado em 31 de dezembro de 2017), registrada na rubrica de despesa administrativa.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS

Fatores de riscos

Exposição em moeda estrangeira, taxa de juros, preços de *commodities*, a liquidez e o risco de crédito surgem no curso normal dos negócios da Companhia. A Companhia analisa cada um desses riscos tanto individualmente como em uma base interconectada, e define estratégias para gerenciar o impacto econômico sobre o desempenho da Companhia em consonância com sua Política de Gestão de Riscos Financeiros.

A utilização de derivativos pela Companhia segue estritamente as determinações da Política de Gestão de Riscos Financeiros aprovada pelo Conselho de Administração. O objetivo da Política é fornecer diretrizes para a gestão de riscos financeiros inerentes

ao mercado de capitais no qual a Ambev executa suas operações. A Política abrange quatro pontos principais: (i) estrutura de capital, financiamentos e liquidez, (ii) riscos transacionais relacionados ao negócio, (iii) riscos de conversão de balanços e (iv) riscos de crédito de contrapartes financeiras.

A Política estabelece que todos os passivos e ativos financeiros em cada país onde mantemos operações devem ser mantidos em suas respectivas moedas locais. A Política também determina os procedimentos e controles necessários para identificação, sempre que possível, mensuração e minimização de riscos de mercado, tais como variações nos níveis de câmbio, juros e *commodities* (principalmente alumínio, trigo, milho e açúcar) que possam afetar o valor de nossas receitas, custos e/ou investimentos. A Política determina que os riscos registrados (por exemplo, câmbio e juros) devem ser protegidos por meio de contratação de instrumentos financeiros derivativos. Riscos existentes, mas ainda não registrados (por exemplo, aquisição futura de matérias-primas ou bens do imobilizado) devem ser protegidos com base em previsões pelo período necessário para a Companhia se adaptar ao novo cenário de custos, que pode variar de dez a quatorze meses, também com a utilização de instrumentos financeiros derivativos. Em sua maioria, os riscos de conversão de balanço não são protegidos. Qualquer exceção à Política deve ser aprovada pelo Conselho de Administração.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos autorizados pela Política de Gestão de Riscos Financeiros são contratos futuros negociados em bolsa, *Full deliverable forwards*, *Non deliverable forwards*, *Swaps* e Opções. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas subsidiárias não possuíam nenhuma operação de *target forward*, *swaps* com verificação ou quaisquer outras operações de derivativos que impliquem em alavancagem além do valor nominal de seus contratos. As operações de derivativos são administradas de forma consolidada e são classificadas por estratégias de acordo com os seus objetivos, conforme demonstrado abaixo:

- i) Derivativos instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa - transações previstas altamente prováveis, contratadas com o propósito de minimizar a exposição da Companhia à flutuação de câmbio e preços de matérias-primas, investimentos, equipamentos e serviços a serem adquiridos, protegidas por *hedge* de fluxo de caixa, que devem ocorrer em diversas datas durante os próximos quatorze meses. Ganhos e perdas classificados como reserva de *hedge* no patrimônio líquido são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício ou nos períodos em que a transação prevista e protegida por *hedge* afetar o resultado.
- ii) Derivativos instrumentos de *hedge* de valor justo - operações contratadas com o objetivo de proteção do endividamento líquido da Companhia contra as variações de câmbio e taxas de juros. As posições de caixa e dívida da Companhia em moeda estrangeira são constantemente acompanhadas para identificação de novas exposições.

Os resultados dessas operações, mensuradas conforme seu valor justo são reconhecidos em cada período de apuração, no resultado financeiro.

iii) Derivativos instrumentos de *hedge* de investimento líquido - operações contratadas com o objetivo de minimizar a exposição das diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido, ou parte do investimento líquido, nas subsidiárias da Companhia localizadas no exterior por conta de conversão de balanço. A parte efetiva do *hedge* é alocada no patrimônio líquido e ocorrendo inefetividade, este resultado é contabilizado diretamente no resultado financeiro.

As tabelas a seguir resumizam as exposições da Companhia que foram identificadas e protegidas em conformidade com a Política de Risco da Companhia. As seguintes denominações foram aplicadas:

Hedge Operacional: Refere-se às exposições oriundas da atividade fim da Ambev, tais como: compra de insumos, compra de ativos fixos e contratos de serviço atrelados à moeda estrangeira, as quais são protegidas com o uso de derivativos.

Hedge Financeiro: Refere-se às exposições oriundas de caixa e atividades de financiamento, tais como: caixa em moeda estrangeira e dívida em moeda estrangeira, as quais são protegidas com o uso de derivativos.

Hedge de investimento no exterior: Refere-se, principalmente, às exposições oriundas de caixa em moeda estrangeira em subsidiárias no exterior cuja moeda funcional é diferente da moeda de consolidação.

Hedge de investimento – opção de venda concedida sobre participação em controlada: Conforme detalhado na Nota 18 (d.4) a Companhia constituiu um passivo relacionado a aquisição de participação minoritária nas operações da República Dominicana. Este instrumento financeiro é denominado em Pesos Dominicanos e está registrado em empresa cuja moeda funcional é o Real. A Companhia denominou este instrumento financeiro como instrumento de *hedge* para parte de seus ativos líquidos localizados na República Dominicana, de maneira que o resultado de variação cambial deste instrumento financeiro seja registrado no grupo do resultado abrangente assim como resultado do objeto do *hedge*.

Transações protegidas por instrumentos financeiros derivativos em conformidade com a Política de Gestão de Riscos Financeiros

Consolidado								
2018								
Exposição	Risco	Nocional	Valor Justo		Ganhos / (Perdas) reconhecidos no:			
			Ativo	Passivo	Resultado financeiro	Resultado da operação	Patrimônio líquido	
Custo		(11.793.199)	11.607.208	184.487	(394.167)	(784.463)	1.182.923	1.733.536
	Commodity	(2.597.049)	2.411.058	14.900	(270.592)	(104.106)	78.429	(160.040)
	Dólar	(8.774.281)	8.774.281	128.429	(119.917)	(681.500)	1.080.748	1.796.040
	Euro	(152.373)	152.373	2.234	(1.020)	(3.046)	4.646	2.776
	Peso Mexicano	(269.496)	269.496	38.924	(2.638)	4.189	19.100	94.760
Ativo fixo		(890.029)	890.029	23.701	(29.318)	21.917	-	-
	Dólar	(890.029)	890.029	23.701	(29.126)	19.309	-	-
	Euro	-	-	-	(192)	2.608	-	-
Despesas		(314.001)	314.001	11.403	(14.150)	(428)	17.710	(634)
	Dólar	(311.812)	311.812	11.362	(14.150)	(808)	18.532	-
	Rúpia	(2.189)	2.189	41	-	380	(822)	(634)
Caixa		(15.000)	15.000	359	-	(347.319)	-	-
	Dólar	-	-	265	-	(347.254)	-	-
	Taxa de juros	(15.000)	15.000	94	-	(65)	-	-
Dívida		(1.010.581)	338.219	34.900	(1.127)	89.538	-	-
	Dólar	(672.362)	-	-	-	73.168	-	-
	Taxa de juros	(338.219)	338.219	34.900	(1.127)	16.370	-	-
Instrumento Patrimonial		(1.535.355)	1.108.416	82	(242.986)	(378.217)	-	-
	Preço das ações	(1.535.355)	1.108.416	82	(242.986)	(378.217)	-	-
Investimentos no exterior		-	-	-	-	4.280	(56.974)	7.440
	Dólar	-	-	-	-	4.280	(56.974)	7.440
Saldo em 31 de dezembro de 2018		(15.558.165)	14.272.873	254.932	(681.748)	(1.394.692)	1.143.659	1.740.342

Consolidado								
2017								
Exposição	Risco	Nocional	Valor Justo		Ganhos / (Perdas) reconhecidos no:			
			Ativo	Passivo	Resultado financeiro	Resultado da operação	Patrimônio líquido	
Custo		(9.742.375)	9.318.936	283.692	(189.997)	(563.463)	(200.154)	584.793
	<i>Commodity</i>	(2.378.747)	1.955.308	166.623	(70.709)	(1.472)	103.632	(4.759)
	Dólar	(6.879.106)	6.879.106	86.283	(93.397)	(556.149)	(331.487)	630.152
	Euro	(82.906)	82.906	3.473	(659)	(4.663)	415	6.598
	Peso Mexicano	(401.616)	401.616	27.313	(25.232)	(1.179)	27.286	(47.198)
Ativo fixo		(579.426)	579.426	1.874	(10.799)	(1.965)	-	-
	Dólar	(531.858)	531.858	1.759	(10.799)	(2.818)	-	-
	Euro	(47.568)	47.568	115	-	853	-	-
Despesas		(177.721)	177.721	494	(1.786)	(2.922)	3.904	1.817
	Dólar	(169.199)	169.199	314	(1.617)	(3.078)	3.512	2.432
	Rúpia	(8.522)	8.522	180	(169)	156	392	(615)
Caixa		(1.328.291)	1.328.291	-	(13.116)	(265.974)	-	-
	Dólar	(1.313.291)	1.313.291	-	(13.106)	(265.983)	-	-
	Taxa de juros	(15.000)	15.000	-	(10)	9	-	-
Dívida		(919.426)	356.858	29.963	(1.791)	(67.477)	-	-
	Dólar	(562.568)	-	-	-	(76.162)	-	-
	Taxa de juros	(356.858)	356.858	29.963	(1.791)	8.685	-	-
Instrumento Patrimonial		(2.347.931)	677.006	69.201	(35)	66.992	-	-
	Preço das ações	(2.347.931)	677.006	69.201	(35)	66.992	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017		(15.095.170)	12.438.238	385.224	(217.524)	(834.809)	(196.250)	586.610

I. Riscos de mercado

a.1) Risco de moeda estrangeira

A Companhia incorre em risco cambial sobre empréstimos, investimentos, compras, dividendos e despesas/receitas com juros sempre que eles são denominados em moeda diferente da moeda funcional da subsidiária. Os principais instrumentos financeiros derivativos utilizados para administrar o risco de moeda estrangeira são contratos de futuros, *swaps*, opções, *non deliverable forwards* e *full deliverable forwards*.

a.2) Risco de commodities

Parte significativa dos insumos da Companhia é composta de *commodities*, as quais apresentam, historicamente, oscilações relevantes de preços. A Companhia, portanto, utiliza contratos de compra com preço fixo e a contratação de instrumentos financeiros derivativos para minimizar a exposição à volatilidade dos preços das *commodities*. A Companhia tem posições importantes para os seguintes produtos: alumínio, açúcar, trigo e milho. Os instrumentos financeiros derivativos contratados para este fim foram designados como instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa.

a.3) Risco de taxa de juros

A Companhia aplica uma abordagem dinâmica de *hedge* de taxa de juros segundo a qual a composição de destino entre a dívida de taxa fixa e flutuante é revista periodicamente. O objetivo da política da Companhia é alcançar um equilíbrio entre o custo de captação e a volatilidade dos resultados financeiros. Para isso, leva-se em conta as condições do mercado bem como a estratégia de negócios e periodicamente essa estratégia é revisada.

A tabela abaixo demonstra o total de dívida da Companhia e o cenário antes e após a estratégia de *hedge* de taxa de juros:

	Consolidado			
	2018			
	Pré - Hedge		Pós - Hedge	
	Taxa de juros	Montante	Taxa de juros	Montante
Dívida em Real Brasileiro	6,7%	536.019	5,8%	257.643
Dívida em Peso Dominicano	9,4%	212.081	9,4%	212.081
Dívida em Dólar Americano	4,4%	42.389	4,4%	42.389
Dívida em Quetzal Guatemalteco	7,8%	11.460	7,8%	11.460
Taxa de juros pré-fixado		801.949		523.573
Dívida em Real Brasileiro	9,1%	237.658	6,8%	516.034
Dívida em Dólar Americano	3,6%	629.973	3,6%	629.973
Dívida em Dólar Canadense	2,4%	753.188	2,4%	753.188
Taxa de juros pós-fixado		1.620.819		1.899.195

Consolidado				
2017				
	Pré - Hedge		Pós - Hedge	
	Taxa de juros	Montante	Taxa de juros	Montante
Dívida em Real Brasileiro	6,4%	682.578	5,9%	370.851
Capital de Giro em Peso Argentino	31,0%	1.792	31,0%	1.792
Dívida em Peso Dominicano	9,3%	188.791	9,3%	188.792
Dívida em Dólar Americano	3,8%	22.901	3,8%	22.901
Dívida em Quetzal Guatemalteco	7,8%	10.307	7,8%	10.307
Taxa de juros pré-fixado		906.369		594.643
Dívida em Real Brasileiro	9,2%	402.348	7,6%	714.073
Dívida em Dólar Americano	2,7%	555.282	2,7%	555.283
Dívida em Dólar Canadense	2,0%	685.881	2,0%	685.881
Dívida em Dólar Barbadiano	2,3%	4.962	2,3%	4.962
Taxa de juros pós-fixado		1.648.473		1.960.199

Análise de Sensibilidade

A Companhia mitiga seus riscos em ativos e passivos financeiros não derivativos, substancialmente, por intermédio de contratação de instrumentos financeiros derivativos. Neste contexto, a Companhia identificou os principais fatores de risco que podem gerar prejuízos para as suas operações com instrumentos financeiros derivativos e, com isso, desenvolveu uma análise de sensibilidade com base em três cenários que poderão gerar impactos nos resultados e/ou no fluxo de caixa futuros da Companhia, conforme descrito abaixo:

1 - Cenário Provável: expectativa da Administração de deterioração de cada fator de risco principal de cada transação. Para estimar os possíveis efeitos nos resultados das operações de derivativos, a Companhia utiliza o cálculo do *Value at Risk – VaR* paramétrico. O *VaR* é uma medida estatística desenvolvida por meio de estimativas de desvio padrão e de correlações entre os retornos dos diversos fatores de risco. Este modelo tem como resultado a perda limite esperada para um ativo, em um determinado exercício de tempo e intervalo de confiança. De acordo com esta metodologia, utilizamos como parâmetros para o cálculo, a exposição potencial de cada instrumento financeiro, um intervalo de confiança de 95% e um horizonte de 21 dias a partir de 31 de dezembro de 2018, os quais estão apresentados em módulo.

2 - Cenário Adverso: deterioração de 25% no fator de risco principal de cada transação em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2018.

3 - Cenário Remoto: deterioração de 50% no fator de risco principal de cada transação em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2018.

Transação	Risco	Consolidado			
		Valor justo	Cenário Provável	Cenário Adverso	Cenário Remoto
<i>Hedge commodities</i>	Queda no preço	(255.692)	(335.107)	(858.457)	(1.461.221)
Compras de insumos	das <i>commodities</i>	255.692	341.258	904.954	1.554.216
<i>Hedge cambial</i>	Desvalorização de	46.012	(125.013)	(2.253.024)	(4.552.062)
Compras de insumos	moeda estrangeira	(46.012)	125.013	2.253.024	4.552.062
Efeito no custo		-	6.151	46.497	92.995
<i>Hedge cambial</i>	Desvalorização de	(5.617)	(29.677)	(228.124)	(450.632)
Compra de <i>capex</i>	moeda estrangeira	5.617	29.677	228.124	450.632
Efeito no ativo fixo		-	-	-	-
<i>Hedge cambial</i>	Desvalorização de	(2.747)	(10.118)	(81.247)	(159.747)
Despesas	moeda estrangeira	2.747	10.118	81.247	159.747
Efeito nas despesas		-	-	-	-
<i>Hedge cambial</i>	Valorização de	265	265	265	265
Caixa	moeda estrangeira	(265)	(265)	(265)	(265)
<i>Hedge de juros</i>		94	(7)	(1.054)	(1.263)
Receita com juros	Queda na taxa de	(94)	7	1.054	1.263
Efeito no caixa	juros	-	-	-	-
Dívidas	Desvalorização de	-	12.849	168.091	336.181
<i>Hedge de juros</i>	moeda estrangeira	33.773	31.493	(92.618)	(109.136)
Despesas com juros	Aumento na taxa	(33.773)	(31.493)	92.618	109.136
Efeito na dívida	de juros	-	12.849	168.091	336.181
Hedge de Instrumento					
Patrimonial	Desvalorização do	(242.904)	(273.749)	(520.008)	(797.112)
Despesas	preço das ações	242.904	285.128	626.743	1.010.581
Efeito no Patrimônio Líquido		-	11.379	106.735	213.469
		-	30.379	321.323	642.645

Os instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2018 apresentavam as seguintes faixas de vencimentos de Valor Nocial e Valor Justo por instrumento:

							Consolidado
Exposição	Risco	Valor Nocial					Total
		2019	2020	2021	2022	>2022	
Custo		11.563.027	44.181	-	-	-	11.607.208
	<i>Commodity</i>	2.366.877	44.181	-	-	-	2.411.058
	Dólar	8.774.281	-	-	-	-	8.774.281
	Euro	152.373	-	-	-	-	152.373
	Peso Mexicano	269.496	-	-	-	-	269.496
Ativo fixo		890.029	-	-	-	-	890.029
	Dólar	890.029	-	-	-	-	890.029
Despesas		314.001	-	-	-	-	314.001
	Dólar	311.812	-	-	-	-	311.812
	Rúpia	2.189	-	-	-	-	2.189
Caixa		15.000	-	-	-	-	15.000
	Taxa de juros	15.000	-	-	-	-	15.000
Dívida		-	-	110.000	-	228.219	338.219
	Taxa de juros	-	-	110.000	-	228.219	338.219
Instrumento Patrimonial		1.108.416	-	-	-	-	1.108.416
	Preço das ações	1.108.416	-	-	-	-	1.108.416
		13.890.473	44.181	110.000	-	228.219	14.272.873

							Consolidado
Exposição	Risco	Valor Justo					Total
		2019	2020	2021	2022	>2022	
Custo		(208.357)	(1.323)	-	-	-	(209.680)
	<i>Commodity</i>	(254.369)	(1.323)	-	-	-	(255.692)
	Dólar	8.512	-	-	-	-	8.512
	Euro	1.214	-	-	-	-	1.214
	Peso Mexicano	36.286	-	-	-	-	36.286
Ativo fixo		(5.617)	-	-	-	-	(5.617)
	Dólar	(5.425)	-	-	-	-	(5.425)
	Euro	(192)	-	-	-	-	(192)
Despesas		(2.747)	-	-	-	-	(2.747)
	Dólar	(2.788)	-	-	-	-	(2.788)
	Rúpia	41	-	-	-	-	41
Caixa		359	-	-	-	-	359
	Dólar	265	-	-	-	-	265
	Taxa de juros	94	-	-	-	-	94
Dívida		-	-	20.344	-	13.429	33.773
	Taxa de juros	-	-	20.344	-	13.429	33.773
Instrumento Patrimonial		(242.904)	-	-	-	-	(242.904)
	Preço das ações	(242.904)	-	-	-	-	(242.904)
		(459.266)	(1.323)	20.344	-	13.429	(426.816)

II. Risco de crédito

Concentração de risco de crédito no contas a receber

Parte substancial das vendas da Companhia é feita a distribuidores, supermercados e varejistas dentro de ampla rede de distribuição. O risco de crédito é reduzido em virtude da grande pulverização da carteira de clientes e dos procedimentos de controle que o monitoram. Historicamente, a Companhia não registra perdas significativas em contas a receber de clientes.

Concentração de risco de crédito de contraparte

A fim de minimizar o risco de crédito de seus investimentos, a Companhia adotou políticas de alocação de caixa e investimentos, levando em consideração limites e avaliações de créditos de instituições financeiras, não permitindo concentração de crédito, ou seja, o risco de crédito é monitorado e minimizado, pois as negociações são realizadas apenas com um seletivo grupo de contrapartes altamente qualificadas.

A definição das instituições financeiras autorizadas a operar como contraparte da Companhia está descrita em nossa Política de Risco de Crédito. A Política de Risco de Crédito estabelece limites máximos de exposição a cada contraparte com base na classificação de risco e na capitalização de cada contraparte.

A Companhia adota, com a finalidade de minimizar o risco de crédito junto às suas contrapartes nas operações significativas de derivativos, cláusulas de “gatilhos” bilaterais. De acordo com estas cláusulas, sempre que o valor justo de uma operação superar uma percentagem de seu valor nominal (geralmente entre 10% e 15%), a parte devedora liquida a diferença em relação a este limite em favor da parte credora.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantinha aplicações financeiras relevantes nas seguintes instituições financeiras: Banco do Brasil, Bradesco, Bank Mendes Gans, Caixa Econômica Federal, Citibank, Itaú, JP Morgan Chase, Merrill Lynch, Santander e Toronto Dominion Bank. A Companhia possuía contratos de derivativos com as seguintes instituições financeiras: Banco Bisa, Barclays, BNB, BNP Paribas, Bradesco, Citibank, Deutsche Bank, Itaú, Goldman Sachs, JP Morgan Chase, Macquarie, Merrill Lynch, Morgan Stanley, Santander, ScotiaBank e TD Securities.

Os valores contábeis de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, excluindo pagamentos antecipados, impostos a recuperar e instrumentos financeiros derivativos estão apresentados líquidos das provisões de *impairment* reconhecidas e representam a exposição máxima de risco de crédito em 31 de dezembro de 2018. Não havia nenhuma concentração de risco de crédito com quaisquer contrapartes em 31 de dezembro de 2018.

III. Risco de liquidez

A Companhia acredita que os fluxos de caixa das atividades operacionais, caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo, junto com os instrumentos financeiros derivativos e acesso a facilidades de empréstimo é suficiente para financiar as despesas de capital, o passivo financeiro e o pagamento de dividendos no futuro.

IV. Risco de valor de ação

Por meio da operação de *equity swap* aprovada em 16 de maio de 2017, em 21 de dezembro de 2017, 15 de maio de 2018 e em 20 de dezembro de 2018 pelo Conselho de Administração (ver Nota 1 – *Informações gerais*), a Companhia, ou sua controlada, receberá a variação de preço relacionado às ações de emissão da Companhia ou *american depositary receipts* com lastro nestas ações (“ADR’s”) de sua emissão negociadas em bolsa, neutralizando os efeitos da oscilação das cotações das ações tendo em vista a remuneração baseada em ações da Companhia. Como esses instrumentos derivativos não se caracterizam como *hedge accounting* não foram, portanto, designados a qualquer relação de *hedge*.

Em 31 de dezembro de 2018, uma exposição equivalente à R\$1,5 bilhão em ações (ou ADR’s) da Ambev foi parcialmente protegida, resultando em uma perda no resultado do exercício de R\$378.217.

V. Gerenciamento de Capital

A Ambev está constantemente otimizando sua estrutura de capital visando maximizar o valor do investimento dos acionistas e mantendo a desejada flexibilidade financeira para executar os projetos estratégicos. Além dos requisitos legais mínimos de financiamento de capital próprio que se aplicam às subsidiárias nos diferentes países, a Ambev não está sujeita a quaisquer requerimentos externos de capital. Ao analisar sua estrutura de capital, a Ambev utiliza a mesma relação de dívida e classificações de capital aplicada nas suas demonstrações contábeis.

Instrumentos financeiros

(a) Categoria dos instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros mantidos pela Companhia é efetuada por estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita pela análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.).

O quadro abaixo demonstra todos os instrumentos financeiros reconhecidos nas demonstrações contábeis da Companhia, segregados por categoria:

				Controladora
				2018
	Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultados	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	1.788.859	485.016	-	2.273.875
Contas a receber e outros ativos excluindo despesas antecipadas	-	4.003.564	-	4.003.564
Aplicações financeiras	-	109.395	1.037.821	1.147.216
Total	1.788.859	4.597.975	1.037.821	7.424.655
Passivos financeiros				
Contas a pagar e opção de venda concedida sobre participação em controlada e outros passivos	-	23.309.276	2.449.334	25.758.610
Empréstimos e financiamentos	-	773.533	-	773.533
Total	-	24.082.809	2.449.334	26.532.143
				Controladora
				2017
	Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultados	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	1.502.873	514.161	-	2.017.034
Contas a receber e outros ativos excluindo despesas antecipadas	-	4.247.054	-	4.247.054
Aplicações financeiras	-	102.769	631.637	734.406
Total	1.502.873	4.863.984	631.637	6.998.494
Passivos financeiros				
Contas a pagar e opção de venda concedida sobre participação em controlada e outros passivos	-	31.996.174	5.520.155	37.516.329
Empréstimos e financiamentos	-	1.083.781	-	1.083.781
Total	-	33.079.955	5.520.155	38.600.110
				Consolidado
				2018
	Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultados	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	3.778.394	7.685.104	-	11.463.498
Contas a receber e outros ativos excluindo despesas antecipadas	-	6.874.253	-	6.874.253
Aplicações financeiras	-	147.341	13.391	160.732
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	34.068	34.068
Derivativos usados para hedge	-	-	220.864	220.864
Total	3.778.394	14.706.698	268.323	18.753.415
Passivos financeiros				
Contas a pagar e opção de venda concedida sobre participação em controlada e outros passivos	-	15.535.014	2.669.561	18.204.575
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	243.359	243.359
Derivativos usados para hedge	-	-	438.389	438.389
Empréstimos e financiamentos	-	2.422.768	-	2.422.768
Total	-	17.957.782	3.351.309	21.309.091

				Consolidado
				2017
	Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultados	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	3.081.755	7.272.772	-	10.354.527
Contas a receber e outros ativos excluindo despesas antecipadas	-	7.505.038	-	7.505.038
Aplicações financeiras	-	121.956	11.883	133.839
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	100.140	100.140
Derivativos usados para hedge	-	-	285.084	285.084
Total	3.081.755	14.899.766	397.107	18.378.628
Passivos financeiros				
Contas a pagar e opção de venda concedida sobre participação em controlada e outros passivos	-	13.501.952	5.764.057	19.266.009
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	16.125	16.125
Derivativos usados para hedge	-	-	201.399	201.399
Empréstimos e financiamentos	-	2.553.050	-	2.553.050
Total	-	16.055.002	5.981.581	22.036.583

(b) Classificação dos instrumentos financeiros por tipo de mensuração do valor justo

A IFRS 13 / CPC 46 – *Mensuração do Valor Justo* define valor justo como sendo o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Ainda de acordo com a IFRS 13, os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo devem ser classificados entre as categorias abaixo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 - Informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1; e

Nível 3 - Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

	Controladora							
	2018				2017			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros								
Ativos financeiros mensurados ao valor Justo por meio de outros resultados abrangentes	1.788.859	-	-	1.788.859	1.502.873	-	-	1.502.873
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	-	1.037.821	-	1.037.821	-	631.637	-	631.637
	1.788.859	1.037.821	-	2.826.680	1.502.873	631.637	-	2.134.510
Passivos Financeiros								
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado ⁽ⁱ⁾	-	-	2.449.334	2.449.334	-	-	5.520.155	5.520.155
	-	-	2.449.334	2.449.334	-	-	5.520.155	5.520.155

	2018				2017			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros								
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	3.778.394	-	-	3.778.394	3.081.755	-	-	3.081.755
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	13.391	-	-	13.391	11.883	-	-	11.883
Derivativos mensurados ao valor justo por meio de resultado	95	33.973	-	34.068	114	100.026	-	100.140
Derivativos - <i>Hedge</i> operacional	1.622	219.242	-	220.864	4.795	280.289	-	285.084
	3.793.502	253.215	-	4.046.717	3.098.547	380.315	-	3.478.862
Passivos Financeiros								
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado ⁽ⁱ⁾	-	-	2.669.561	2.669.561	-	-	5.764.057	5.764.057
Derivativos mensurados ao valor justo por meio de resultado	511	242.848	-	243.359	1.733	14.392	-	16.125
Derivativos - <i>Hedge</i> operacional	36.583	401.806	-	438.389	58.356	143.043	-	201.399
	37.094	644.654	2.669.561	3.351.309	60.089	157.435	5.764.057	5.981.581

(i) Refere-se à opção de venda concedida sobre participação em controlada conforme Nota 18 d (4).

Reconciliação da movimentação da categorização do Nível 3

	Controladora	Consolidado
Saldo do passivo financeiro em 31 de dezembro 2017	5.520.155	5.764.057
Aquisição de investimento	(3.536.506)	(3.568.726)
Total de ganhos e perdas no exercício	465.685	474.230
Despesa/(receita) reconhecida no resultado do exercício	336.117	340.171
Despesa/(receita) reconhecida no patrimônio líquido	129.568	134.059
Saldo do passivo financeiro em 31 de dezembro de 2018 ⁽ⁱ⁾	2.449.334	2.669.561

(i) O passivo foi registrado na rubrica de “Opção de venda concedida sobre participação em controlada e outros passivos” no balanço patrimonial.

(c) Valor justo dos passivos mensurados pelo custo amortizado

Os passivos, empréstimos e financiamentos, e as contas a pagar excluindo impostos a recolher da Companhia estão contabilizados a valor de custo, atualizados monetariamente de acordo com o método de taxa efetiva, acrescidos de variações monetárias e cambiais, conforme índices de fechamento de cada exercício.

Os instrumentos financeiros contabilizados a custo amortizado assemelham-se ao valor justo, não sendo materiais para divulgação.

Apuração do valor justo de derivativos

A Companhia avalia os instrumentos financeiros derivativos calculando o seu valor presente por meio da utilização das curvas de mercado que impactam o instrumento nas datas de apuração. No caso de *swaps*, tanto a ponta ativa quanto a ponta passiva são estimadas de forma independente e trazidas a valor presente, onde a diferença do resultado entre as pontas gera o valor de mercado do *swap*. Para os instrumentos financeiros negociados em bolsa, o valor justo é calculado de acordo com os preços de ajustes divulgados pelas mesmas.

Margens dadas em garantia

Para atender às garantias exigidas pelas bolsas de derivativos e/ou contrapartes contratadas em determinadas operações de instrumentos financeiros derivativos, a Companhia mantinha em 31 de dezembro de 2018 um montante de R\$550.588 na Controladora e R\$653.751 no Consolidado em aplicações de liquidez imediata ou em espécie, classificado como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (R\$523.740 na Controladora e R\$606.279 no Consolidado em 31 de dezembro de 2017).

Compensação de ativos e passivos financeiros

Para os ativos e passivos financeiros sujeitos a acordos de liquidação pelo valor líquido ou acordos similares, cada acordo entre a Companhia e a contraparte permite esse tipo de liquidação quando ambas as partes fazem essa opção. Na ausência de tal eleição, os ativos e passivos financeiros serão liquidados pelos seus valores brutos, porém cada parte terá a opção de liquidá-los pelo valor líquido, no caso de inadimplência da parte contrária.

29. ARRENDAMENTO OPERACIONAL

A Companhia arrenda principalmente veículos, centros de distribuição, salas comerciais e equipamentos industriais.

O cronograma de desembolsos futuros, já descontado a valor presente, está demonstrado a seguir, por prazo de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Menos de 1 ano	304.786	329.331	403.975	432.644
De 1 a 5 anos	718.898	846.146	941.300	1.085.131
Mais de 5 anos	250.916	357.984	324.861	458.065
	1.274.600	1.533.461	1.670.136	1.975.840

Em 2018, a despesa de arrendamento operacional totalizou R\$275.184 na Controladora e R\$586.810 no Consolidado no resultado do exercício (R\$117.365 na Controladora e R\$600.762 no Consolidado em 2017).

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia revisou as informações incluídas nesta nota, e identificou a existência de contratos que contêm compromissos de arrendamento operacional, substancialmente relacionados aos arranjos nos quais a Companhia detém o controle sobre o uso do ativo subjacente. Assim, as informações anteriormente divulgadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram revisadas de acordo com a avaliação efetuada pela Companhia.

30. GARANTIAS, OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS, ADIANTAMENTO DE CLIENTES E OUTROS

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Cauções	550.588	523.740	653.751	606.279
Outros compromissos	-	-	1.338.866	842.733
	550.588	523.740	1.992.617	1.449.012
Compromissos contratuais com fornecedores	10.101.173	9.954.190	12.078.641	11.096.305
	10.101.173	9.954.190	12.078.641	11.096.305

Em 31 de dezembro de 2018, as cauções e outros compromissos totalizavam R\$550.588 na Controladora e R\$1.992.617 no Consolidado (R\$523.740 na Controladora e R\$1.449.012 no Consolidado em 31 de dezembro de 2017), incluindo R\$550.588 na Controladora e R\$574.726 no Consolidado (R\$523.740 na Controladora e R\$551.008 no Consolidado em 31 de dezembro de 2017) em garantias em espécie. Os depósitos em dinheiro para garantia são apresentados como parte do saldo de outros ativos. Adicionalmente, para atender às garantias exigidas pelas bolsas de derivativos e/ou contrapartes contratadas em determinadas operações de instrumentos financeiros derivativos, a Companhia mantinha, em 31 de dezembro de 2018, um montante de R\$550.588 na Controladora e R\$653.751 no Consolidado (R\$523.740 na Controladora e R\$606.279 no Consolidado em 31 de dezembro de 2017) em aplicações de liquidez imediata ou espécie, classificado como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (Nota 28 - *Instrumentos financeiros e riscos*).

A maior parte do saldo de compromissos contratuais refere-se a obrigações com fornecedores de embalagens.

O vencimento dos compromissos contratuais em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 está demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Menos de 1 ano	3.527.415	3.306.894	4.826.987	3.812.794
Entre 1 e 2 anos	2.506.198	2.792.896	2.932.420	2.995.742
Mais de 2 anos	4.067.560	3.854.400	4.319.234	4.287.769
	10.101.173	9.954.190	12.078.641	11.096.305

31. PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios. Devido a sua natureza, tais processos envolvem incertezas a eles inerentes, incluindo, mas não limitado a decisões das cortes e tribunais, acordos entre as partes envolvidas e ações governamentais e, como consequência disso, a Administração da Companhia não pode, no estágio atual, estimar o tempo exato de resolução desses temas.

Os passivos contingentes prováveis estão totalmente provisionados, conforme detalhado na Nota 16 - *Provisões*.

Adicionalmente, a Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda, classificados pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
IRPJ e CSLL	36.404.352	30.382.747	37.867.374	31.757.317
ICMS e IPI	21.842.099	17.877.935	23.891.369	19.805.529
PIS e COFINS	3.807.065	2.912.123	4.386.342	3.485.242
Trabalhistas	157.773	81.170	353.425	287.087
Cíveis	280.456	262.313	4.385.657	4.071.540
Outros	722.136	647.945	1.171.252	1.113.442
	63.213.881	52.164.233	72.055.419	60.520.157

Principais processos com probabilidade de perda possível

IRPJ e CSLL

Ágio Inbev Holding

Em dezembro de 2011, a Companhia recebeu uma autuação da Receita Federal do Brasil referente, principalmente, à glosa de despesas de amortização do ágio decorrente da incorporação da InBev Holding Brasil S.A.. Como a decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (“CARF”) restou parcialmente favorável, a Ambev ingressou com medida judicial para discussão da matéria em que ficou vencida com pedido de liminar deferido em favor da Companhia. A parcela remanescente, a qual foi favorável à Ambev, será submetida a reexame pela Câmara Superior do “CARF”.

Em junho de 2016, a Ambev recebeu Auto de Infração, relativo à glosa de despesas de amortização de ágio, decorrentes da incorporação da InBev Holding Brasil S.A.. Em março de 2017, a Ambev foi notificada da decisão parcialmente favorável da primeira instância administrativa e apresentou Recurso Voluntário perante o “CARF”. Em maio de 2018, a Ambev obteve decisão parcialmente favorável perante o CARF. Atualmente, a Companhia aguarda a intimação dessa decisão para analisar eventuais recursos cabíveis.

A Companhia estima que sua exposição em 31 de dezembro de 2018, relacionada a esta contingência, seja de aproximadamente R\$9,3 bilhões (R\$8,3 bilhões em 31 de dezembro de 2017), classificada como perda possível, e, portanto, não foi constituída provisão a esse respeito. Na eventualidade de a Companhia ser requerida a pagar este montante, a Anheuser-Busch InBev SA/NV reembolsará o valor proporcional (70%) ao seu benefício decorrente da amortização do ágio referido, bem como dos respectivos custos.

Ágio BAH

Em outubro de 2013, a Ambev recebeu um Auto de Infração relacionado com o ágio amortizado referente a incorporação da Beverage Associates Holding Limited (“BAH”) na Ambev. Em dezembro de 2014, a Ambev apresentou Recurso Voluntário contra a decisão de primeira instância administrativa que manteve a autuação. Em março de 2017, a Câmara Baixa do CARF concluiu o julgamento determinando o retorno do caso para a Delegacia da Receita Federal de Julgamento (“DRJ”). Em julho de 2017, a Ambev foi notificada da decisão revisada da “DRJ” e apresentou novo Recurso Voluntário. Em novembro de 2018, o Recurso Voluntário foi julgado parcialmente favorável. Atualmente, a Companhia aguarda a notificação dessa decisão para analisar eventuais recursos cabíveis.

Em abril e agosto de 2018, a Ambev recebeu dois novos Autos de Infração relativos à glosa da amortização da parcela remanescente do referido ágio e apresentou defesas, as quais aguardam julgamento pela “DRJ”.

O valor do risco possível em 31 de dezembro de 2018 é de aproximadamente R\$2,1 bilhões (R\$1,6 bilhão em 31 de dezembro de 2017). Não houve nenhuma provisão feita sobre a matéria.

Ágio CND Holdings

Em novembro de 2017, a Ambev recebeu um Auto de Infração relacionado com o ágio amortizado referente a incorporação da CND Holdings na Ambev. A Ambev apresentou Impugnação contra o Auto de Infração. Em novembro de 2018, a Companhia foi intimada da decisão administrativa de primeira instância que manteve a autuação e apresentou Recurso Voluntário.

O valor do risco possível é de aproximadamente R\$1,1 bilhão (R\$1,1 bilhão em 31 de dezembro de 2017). Não houve nenhuma provisão feita sobre a matéria.

Lucros auferidos no exterior

Durante o primeiro trimestre de 2005, a Companhia e algumas de suas subsidiárias receberam autuações da Receita Federal do Brasil com relação à tributação de lucros auferidos por subsidiárias domiciliadas no exterior. Em dezembro de 2008, o CARF julgou um dos autos de infração, sendo a decisão parcialmente favorável à Companhia. No que se refere à parte remanescente, a Companhia interpôs Recurso Especial, o qual foi julgado improcedente pela Câmara Superior de Recursos Fiscais do CARF (“CSRF”) em março de 2017. Em setembro de 2017, a Ambev ingressou com medida judicial para discussão da matéria com pedido liminar deferido em favor da Companhia.

Em 2013, 2016, 2017 e 2018, a Companhia recebeu novos Autos de Infração relacionados ao tema.

Em julho e setembro de 2018, a “CSRF” proferiu decisões desfavoráveis à Ambev em dois dos autos de infração que tratam da matéria. Para um dos casos, a Ambev ingressou com medida judicial para discussão da matéria em novembro de 2018, com pedido liminar deferido em favor da Companhia. Com relação ao outro caso, a Companhia está avaliando eventuais recursos cabíveis.

Em outubro de 2018, o CARF proferiu decisão parcialmente favorável à Companhia em um dos autos de infração. A Companhia aguarda a notificação dessa decisão para analisar eventuais recursos cabíveis. Além disso, a “CSRF” proferiu decisão parcialmente favorável à Ambev em um dos autos de infração e, com relação a outro auto de infração, proferiu decisão desfavorável à Companhia, por voto de qualidade. Atualmente, aguarda-se a notificação das decisões para analisar eventuais recursos cabíveis.

Em dezembro de 2018 o valor estimado é de aproximadamente R\$7,7 bilhões (R\$6,1 bilhões em 31 de dezembro de 2017), com classificação de perda possível e de aproximadamente R\$45,8 milhões, com classificação de perda provável (R\$44,2 milhões em 31 de dezembro de 2017).

Utilização de prejuízo fiscal em incorporação

A Companhia e uma de suas subsidiárias são partes em autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, os quais visam à cobrança de suposto crédito tributário decorrentes da não concordância pelo Fisco Federal com o aproveitamento integral de prejuízo fiscal acumulado para abatimento do lucro real por empresas em seu último ano de existência, decorrente de incorporação.

Em relação a dois dos processos administrativos, em fevereiro de 2016, a Ambev foi notificada do encerramento da fase administrativa e ingressou com ações judiciais para discussão do tema. Em setembro de 2016, a Ambev recebeu a primeira decisão favorável de 1ª instância judicial. Em março de 2017, a Ambev recebeu uma decisão desfavorável em 1ª instância judicial no segundo caso em discussão no judiciário e apresentou Recurso de Apelação. Os dois casos aguardam julgamento na segunda instância judicial.

A Companhia não constituiu nenhuma provisão para estes casos por entender que não há disposição legal expressa que limite a utilização de prejuízos fiscais para os casos de extinção da pessoa jurídica (incluindo casos de incorporação), não se aplicando, portanto, o entendimento da fiscalização nos mencionados autos de infração.

A Companhia estima que a exposição de perdas possíveis dessas autuações é de aproximadamente R\$533,3 milhões (R\$549,4 milhões em 31 de dezembro de 2017).

Glosa de despesas financeiras e perdas em investimentos

Em 2015 e 2016, a Companhia recebeu dois Autos de Infração da Receita Federal do Brasil referente a glosa de despesas relacionadas aos resultados dos instrumentos

financeiros de proteção utilizados contra riscos inerentes às oscilações de preço ou de taxa relacionados com as atividades operacionais da Companhia. A Companhia aguarda julgamento dos casos em primeira instância administrativa.

A Companhia estima que a exposição de perda possível deste processo em 31 de dezembro de 2018 é de aproximadamente R\$4,6 bilhões (R\$4,4 bilhões em 31 de dezembro de 2017).

Glosa de créditos de impostos pagos no exterior

Desde 2014, a Companhia vem recebendo autuações para cobrança de IRPJ e CSLL, por conta da glosa de créditos de imposto de renda pago no exterior pelas empresas controladas pela Companhia e apresentou defesas. Em setembro de 2017, a Companhia optou por incluir pequena parte destas autuações no Programa Especial de Regularização Tributária instituído pela Medida Provisória nº 783 (“PERT”). Em junho de 2018, a Companhia foi notificada de decisão favorável da DRJ relativamente a quatro casos (compensações de 2015 e 2016). Em agosto e setembro de 2018, a Receita Federal do Brasil emitiu novos despachos decisórios, reestabelecendo os valores em discussão, bem como emitiu novas autuações, relacionadas à mesma matéria.

Em dezembro de 2018, a Ambev estima um valor de aproximadamente R\$9,5 bilhões (R\$7,2 bilhões em 31 de dezembro de 2017) como perda possível.

Lucro Presumido

Em abril de 2016, a Arosuco (subsidiária da Ambev) recebeu uma autuação relacionada à utilização de Lucro Presumido para o cálculo do IRPJ e da CSLL ao invés do método de Lucro Real. Em setembro de 2017, a Arosuco foi intimada da decisão desfavorável em primeira instância administrativa e apresentou Recurso Voluntário. Conforme Nota 36 – Eventos Subsequentes, em janeiro de 2019, o processo foi incluído na pauta de julgamento do CARF. Por maioria de votos, foi dado provimento ao Recurso Voluntário da Arosuco. Aguarda-se a formalização e intimação do referido acórdão para análise de eventuais recursos cabíveis. A Arosuco estima que as possíveis perdas relacionadas a esta matéria em dezembro de 2018 sejam de aproximadamente R\$645,1 milhões de reais (R\$616,1 milhões em 31 de dezembro de 2017).

PIS e COFINS

PIS/COFINS sobre bonificações

Desde 2015, a Ambev vem sendo autuada pela Receita Federal do Brasil para cobrança de valores supostamente devidos a título de PIS e COFINS sobre bonificações concedidas a seus clientes. Por reputar que tal cobrança é ilegítima, a Companhia está questionando essas autuações nos tribunais administrativos e judiciais. Conforme Nota 36 – Eventos Subsequentes, em janeiro de 2019, três processos relativos à matéria foram incluídos na pauta de julgamento do CARF. Por

maioria de votos, foi dado provimento aos Recursos Voluntários da Companhia. Aguarda-se a formalização e intimação do referido acórdão para análise de eventuais recursos cabíveis. A Ambev estima que o valor envolvido nos processos em dezembro de 2018 seja de aproximadamente R\$4,0 bilhões (R\$3,1 bilhões em 31 de dezembro de 2017), classificados como perda possível.

ICMS e IPI

ICMS Descontos Incondicionais

Em 2013, 2014 e 2015, a Ambev recebeu Autos de Infração lavrados pelos Estados do Pará e Piauí para cobrança do ICMS supostamente devido sobre descontos incondicionais concedidos pela Companhia. A Ambev apresentou defesa contra essas autuações e atualmente aguarda julgamento. A Ambev estima que o valor envolvido nos processos, em dezembro de 2018, seja de aproximadamente R\$623,2 milhões (R\$599,7 milhões em 31 de dezembro de 2017), classificados como perda possível.

ICMS Guerra Fiscal

A Companhia, ao longo dos anos, recebeu autos de infração lavrados pelos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, entre outros, relacionados com a legalidade da tomada de créditos de ICMS em operações contempladas com incentivos fiscais concedidos por outros Estados da Federação. A Ambev estima que o valor envolvido nos processos, em 31 de dezembro de 2018, seja de aproximadamente R\$2,1 bilhões (R\$1,9 bilhão em 31 de dezembro de 2017), classificados como de perda possível.

ICMS- ST Gatilho

A Companhia, ao longo dos anos, recebeu autos de infração para cobrança de supostas diferenças de ICMS que alguns Estados entendem devidas, no regime de substituição tributária, nas hipóteses em que o preço de venda dos produtos atinge valores próximos ou superiores aos parâmetros estabelecidos nas pautas fiscais publicadas pelos Estados, casos em que as autoridades fiscais estaduais entendem que a base de cálculo deve basear-se no preço da operação acrescido de uma margem de valor agregado e não no valor da pauta. Por reputar que tal cobrança é ilegítima, a Companhia está questionando essas autuações nos tribunais administrativos e judiciais.

Dentre outros casos, em 2016, a Ambev recebeu três Autos de Infração lavrados pela Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais, no valor histórico de R\$1,4 bilhão. No primeiro trimestre de 2018 esses processos tiveram decisão final desfavorável no âmbito administrativo. O Estado de Minas Gerais ajuizou Execuções Fiscais para cobrar os valores discutidos nesses três casos e a Companhia apresentou defesas no tribunal judicial. Em 2017, a Ambev recebeu novas autuações lavradas pelo Estado do Rio de Janeiro envolvendo esse tema, que totalizaram o valor histórico de R\$900 milhões. A Companhia apresentou defesas contra tais autos de infração e agora aguarda decisão pelo Tribunal Administrativo do Rio de Janeiro.

A Ambev estima que o valor total de risco possível envolvido nos processos desta matéria, em dezembro de 2018, seja de aproximadamente R\$7,7 bilhões (R\$5,8 bilhões em 31 de dezembro de 2017). Foram feitas provisões no valor total de R\$7,8 milhões para casos específicos em que a Ambev estima que as chances de perda são prováveis por questões processuais.

ICMS – PRODEPE

Em 2015, a Ambev recebeu Autos de Infração lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco para cobrança de diferenças de ICMS pelo suposto descumprimento das regras do Programa de Desenvolvimento de Pernambuco – “PRODEPE” por conta da retificação de suas obrigações acessórias. Em 2017, a Companhia obteve uma decisão final favorável reconhecendo a nulidade de um dos Autos de Infração por conta de erros formais. Entretanto, em dezembro de 2018, a Ambev recebeu um novo Auto de Infração para discutir a mesma matéria. Além disso, existem outros autos de infração relacionados ao tema. A Ambev estima que o valor envolvido nestes processos, em dezembro de 2018, seja de aproximadamente R\$603,5 milhões (R\$146 milhões em dezembro de 2017), classificados como perda possível. Foi feita uma provisão no valor total de R\$2,9 milhões para um dos casos em que a Ambev estima que as chances de perda são prováveis.

Zona Franca de Manaus – IPI

Os produtos fabricados na Zona Franca de Manaus para remessa a outros lugares no Brasil são isentos de IPI. Há discussão se a aquisição de tais bens dá direito ao registro de créditos de IPI pelos adquirentes. As unidades da Ambev registraram crédito presumido de IPI nas aquisições de insumos isentos fabricados na Zona Franca de Manaus. Desde 2009, a Ambev tem recebido diversos Autos de Infração glosando estes créditos. O tema aguarda julgamento perante o Supremo Tribunal Federal. A Ambev estima que o valor envolvido nestes processos, em 31 de dezembro de 2018, seja de aproximadamente R\$3,8 bilhões (R\$3,2 bilhões em 31 de dezembro de 2017), classificados como perda possível.

Além disso, a Companhia, ao longo dos anos, recebeu cobranças da Receita Federal do Brasil exigindo tributos federais considerados indevidamente compensados com os créditos de IPI relacionados com os processos acima mencionados. A Companhia apresentou defesa contra tais cobranças e atualmente aguarda julgamento. A Ambev estima que o valor envolvido nos processos seja de aproximadamente R\$1,1 bilhão (R\$900 milhões em 31 de dezembro de 2017), classificados como perda possível.

IPI Suspensão

No decorrer dos anos de 2014 e 2015, a Ambev recebeu Autos de Infração lavrados pela Receita Federal do Brasil para cobrança do IPI supostamente devido na remessa de produtos acabados entre unidades da Companhia. A Companhia está discutindo a matéria nos tribunais. A Ambev estima que o valor envolvido nestes processos, em

dezembro de 2018, seja de aproximadamente R\$1,6 bilhão (R\$1,5 bilhão em dezembro de 2017), classificados como perda possível.

Cíveis

Ação coletiva contra Brewers Retail Inc.

Em 12 de dezembro de 2014, foi proposta uma ação judicial coletiva na Corte de Justiça da Província Ontario, no Canadá, contra a *Liquor Control Board of Ontario* (“LCBO”), *Brewers Retail Inc.* (“*The Beer Store*”) e os acionistas da *The Beer Store* (*Molson Coors Canada, Sleeman Breweries Ltd. e Labatt Breweries of Canada LP*). A ação judicial, seguindo o *Ontario Class Proceedings Act*, busca a declaração de que a LCBO e *The Beer Store* teriam firmado acordos para alocação de vendas, território ou mercados para cervejas vendidas em Ontario desde junho de 2000, bem como a declaração de que os acionistas da *The Beer Store* teriam feito acordos para fixação de preço. A ação pretende indenização total de até R\$3,6 bilhões (R\$3,7 bilhões em 31 de dezembro de 2017), de todas as partes mencionadas. Considerando que *The Beer Store* segue as normas estabelecidas pelo Governo de Ontário e que os preços são definidos de forma independente por cada cervejaria, a Companhia entende que há fortes argumentos de defesa e, deste modo, não registrou provisão correspondente.

Contingências ativas

De acordo com a IAS 37 / CPC 25 – *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*, os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa.

A Companhia e suas controladas pleiteiam a restituição das parcelas de PIS e COFINS recolhidas com a inclusão do ICMS e/ou ICMS-ST nas suas bases de cálculo referente ao período de 1990 em diante. Para o período até 2009, bem como para o período em que era vigente o regime especial de bebidas frias – i.e. de janeiro de 2009 a abril de 2015 (artigo 58-J da Lei nº 10.833, de 2003, também conhecido como REFRI), os valores envolvidos nos pedidos de restituição ainda estão sendo apurados. Já para o período após o encerramento do regime especial de bebidas frias e a introdução da Lei nº 13.097, de 2015, a Companhia estima que o ativo contingente relacionado a este tema corresponde a R\$2 bilhões.

32. ITENS QUE NÃO AFETAM O CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa não realizado sobre derivativos	-	-	(142.176)	42.330
PERT 2017	-	197.793	-	199.666
Valor justo de opção concedida	(166.818)	221.833	(166.818)	221.833
Permuta de participações societárias	-	-	36.519	-
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	-	-	32.852	-
Outros	-	-	843	-

33. PARTES RELACIONADAS

Políticas e práticas quanto à realização de transações com partes relacionadas

A Companhia adota práticas de governança corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação que lhe é aplicável.

Nos termos do estatuto social da Companhia compete ao Conselho de Administração a aprovação de quaisquer negócios ou contratos entre a Companhia e/ou qualquer de suas controladas (exceto aquelas integralmente controladas), administradores e/ou acionistas (incluindo os sócios, diretos ou indiretos, dos acionistas da Companhia). Ao Comitê de *Compliance* Concorrencial e de Partes Relacionadas da Companhia cabe assessorar o Conselho de Administração da Companhia em assuntos relativos às transações com partes relacionadas.

É vedado ao administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante, ainda que em tese, com o da Companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar em ata de Reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria a sua não participação na deliberação.

É regra da Companhia que as transações com partes relacionadas sigam condições razoáveis e comutativas, em linha com as que prevalecem no mercado ou em que a Companhia contrataria com terceiros, estejam claramente refletidas nas demonstrações contábeis e sejam formalizadas em contratos escritos.

Transações com membros da Administração

Além dos benefícios de curto prazo, os administradores são elegíveis ao Plano de Opções de Compra de Ações, conforme mencionado na Nota 27 - *Pagamento baseado em ações*.

O total das despesas com Administradores da Companhia está demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Benefícios de curto prazo ⁽ⁱ⁾	24.078	33.409
Pagamento baseado em ações ⁽ⁱⁱ⁾	30.797	38.865
Total da remuneração do pessoal chave da Administração	54.875	72.274

(i) Corresponde substancialmente a honorários de Administradores e participação no resultado (incluindo bônus por desempenho).

(ii) Corresponde ao custo das opções e ações diferidas concedidas aos Administradores. Nos valores acima não consta a remuneração do Conselho Fiscal.

Exceto pela remuneração descrita acima e pelos programas de opções de compra de ações (Nota 27 - *Pagamento baseado em ações*), a Companhia não possui nenhum tipo de transação com os administradores, tampouco saldos pendentes a receber ou a pagar em seu balanço patrimonial.

Transações com os acionistas da Companhia

a) Assistência médica, odontológica e outros benefícios

A Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência (“Fundação Zerrenner”) é uma das acionistas da Ambev, com 10,2% de seu capital social total. A Fundação Zerrenner é também uma entidade legalmente independente, cujo principal objetivo é proporcionar aos funcionários ativos e certos inativos, da Ambev, no Brasil, assistência médica e odontológica, auxílio em cursos de formação técnica e superior e instalações para assistência e auxílio a idosos, por meio de iniciativas diretas ou acordos de assistência financeira com outras entidades. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as responsabilidades atuariais relativas aos benefícios proporcionados diretamente pela Fundação Zerrenner eram integralmente cobertas pelos ativos da Fundação Zerrenner mantidos para tal fim, os quais excedem em montante significativo o valor dos passivos atuariais em tais datas. A Ambev reconhece os ativos (despesas antecipadas) desse plano na extensão do valor do benefício econômico disponível para a Companhia, proveniente de reembolsos ou reduções de contribuições futuras.

As despesas incorridas pela Fundação Zerrenner, no Brasil, para fornecer os benefícios acima mencionados aos funcionários da Companhia totalizaram R\$273.236 (R\$300.065 em 31 de dezembro de 2017), sendo R\$238.379 e R\$34.856 relacionados aos funcionários ativos e inativos respectivamente (R\$264.251 e R\$35.814 em 31 de dezembro de 2017 relacionados aos funcionários ativos e inativos respectivamente).

b) Arrendamento de ativos

A Companhia possui um contrato de arrendamento de ativos com a Fundação Zerrenner, no valor total de R\$85.028, com vencimento em 31 de maio de 2020, podendo ser prorrogado por mais um ano.

c) Aluguel do imóvel da Administração Central da Companhia

A Companhia possui contrato de locação de dois conjuntos comerciais com a Fundação Zerrenner, no valor anual de R\$3.255, com vencimento em janeiro de 2020.

d) Licenciamentos

A Companhia mantém contratos de licenciamento com a Anheuser-Busch Inc., para produzir, engarrafar, vender e distribuir os produtos Budweiser no Brasil, no Canadá e na Argentina, e acordos de venda e distribuição de produtos Budweiser na Guatemala, na República Dominicana, no Paraguai, em El Salvador, na Nicarágua, no Uruguai, no Chile, no Panamá, na Costa Rica e em Porto Rico. Além disso, a Companhia produz e distribui produtos Stella Artois sob licença da AB InBev no Brasil e no Canadá e, por meio de licença concedida à AB InBev, esta distribui produtos Brahma nos Estados Unidos e em diversos países, tais como Reino Unido, Espanha, Suécia, Finlândia e Grécia. Neste contexto, a Companhia registrou R\$2.055 (R\$2.799 em 31 de dezembro de 2017) e R\$431.644 (R\$369.084 em 31 de dezembro de 2017) como receita e despesa de licenciamento nas informações consolidadas, respectivamente.

A Companhia possui também contrato de licenciamento com o Grupo Modelo, uma subsidiária da ABI, para importar, promover e revender produtos *Corona* (*Corona Extra*, *Corona Light*, *Coronita*, *Pacífico* e *Negra Modelo*) em países da América Latina e no Canadá.

Transações com partes relacionadas

	2018				
					Controladora
	Contas a receber ⁽ⁱ⁾	Contas a Pagar ⁽ⁱ⁾	Empréstimos/ Mútuo a Receber	Empréstimos/ Mútuo a pagar	Dividendos a receber
Circulante					
AB InBev	13.358	(5.898)	-	-	-
Ambev Luxemburgo	27	(31)	-	(19.793)	-
Arosuco	101.665	(84.522)	-	-	-
Cerveceria Modelo	5.496	(55.218)	-	-	-
CMQ	2.138	(10.446)	-	(210.796)	-
CND	3.979	(197)	-	-	-
CRBS	845.399	(85.140)	-	-	-
Cympay	36	(53.428)	-	-	-
Incrível	2.750	(2.345)	10.033	-	-
Labatt Breweries	1.456	-	-	(112.796)	-
Maltería Pampa	119	(119.668)	-	-	-
Maltería Uruguay	20	(11.884)	-	-	-
Outras	60.641	(41.476)	356	(2.635)	495
	1.037.084	(470.253)	10.389	(346.020)	495

(i) O saldo contempla as operações comerciais (compra e venda) e reembolso de despesas entre as empresas do grupo.

	2017					
						Controladora
	Contas a receber ⁽ⁱ⁾	Contas a pagar ⁽ⁱ⁾	Empréstimos/ Mútuo a receber	Empréstimos/ Mútuo a pagar	Dividendos a receber	Dividendos a pagar e Juros sobre o capital próprio
Circulante						
AB InBev	16.828	(237.538)	-	-	-	-
Ambev Luxemburgo	78	(31)	-	(72.242)	-	-
Arosuco	49.817	(1.093.628)	-	(949.676)	-	-
CMQ	55.600	(4.308)	-	(1.154)	-	-
CND	4.429	(17)	-	-	51.763	-
CRBS	1.093.455	(403.852)	-	-	-	-
Cympay	-	(255.150)	-	-	-	-
Incrível	4.670	(7.692)	16	-	-	-
Labatt Breweries	3.168	-	-	(91.224)	-	-
Maltería Uruguay	-	(17.337)	-	(83.212)	-	-
Outras	96.174	(77.908)	389	(100.174)	495	(680.905)
	1.324.219	(2.097.461)	405	(1.297.682)	52.258	(680.905)

(i) O saldo contempla as operações comerciais (compra e venda) e reembolso de despesas entre as empresas do grupo.

	Controladora			
	2018		2017	
	Mútuo a receber	Contas a pagar	Mútuo a receber	Contas a pagar
Não circulante				
Ambev Luxemburgo	-	(846.898)	-	(2.088.944)
Arosuco	-	(2.214.307)	-	-
CMQ	-	-	-	(209.796)
Dunvegan	-	-	-	(3.195.528)
Labatt Breweries	-	(12.080.651)	-	(11.209.157)
LASI	-	-	-	(463.120)
Maltería Uruguay	-	-	-	(1.938.640)
Monthiers	-	(10.061)	-	(3.415.829)
Outras	54.322	-	40.957	(260.000)
	54.322	(15.151.917)	40.957	(22.781.014)

2018				
Circulante	Consolidado			
	Contas a receber ⁽ⁱ⁾	Outras contas a receber ⁽ⁱ⁾	Contas a pagar ⁽ⁱ⁾	Outras contas a pagar ⁽ⁱ⁾
AB InBev	16.381	-	(19.670)	-
AB Procurement	1.071	-	(28)	-
AB Services	43.728	-	(1.687)	-
AB USA	27.827	3.847	(265.206)	-
Cerveceria Modelo	135.111	-	(583.806)	-
Inbev	601	45.575	(14.280)	-
ITW International	-	-	(248.942)	(66.452)
Panamá Holding	41.085	-	(15.821)	-
Outras	28.645	538	(126.443)	-
	294.449	49.960	(1.275.883)	(66.452)

(i) O saldo contempla as operações comerciais (compra e venda) e reembolso de despesas entre as empresas do grupo.

2017						
Circulante	Consolidado					
	Contas a receber ⁽ⁱ⁾	Outras contas a receber ⁽ⁱ⁾	Contas a pagar ⁽ⁱ⁾	Outras contas a pagar ⁽ⁱ⁾	Mútuo e juros a pagar	Dividendos a pagar
AB InBev	1.159	33.639	(363.048)	(1.733)	-	-
AB Procurement	8.860	129	-	-	-	-
AB Services	802	29.100	3	(6.127)	-	-
AB USA	14.136	16.349	(375.734)	(8.732)	-	-
Ambrew	-	-	-	-	-	(89.968)
Cerveceria Modelo	91.629	5.767	(589.292)	(59.710)	-	-
Inbev	101	23.779	(33.775)	-	-	-
ITW International	-	-	-	(212.527)	(48.330)	(590.937)
Panamá Holding	-	20.324	-	(4.006)	-	-
Outras	13.944	8.612	(73.653)	(3.029)	-	-
	130.631	137.699	(1.435.499)	(295.864)	(48.330)	(680.905)

(i) O saldo contempla as operações comerciais (compra e venda) e reembolso de despesas entre as empresas do grupo.

Os quadros abaixo demonstram as transações com partes relacionadas, as quais foram reconhecidas no resultado:

2018					
Empresa	Controladora				
	Compras / Prestação de serviços / Aluguéis	Vendas	Rateio despesas com controladas	Royalties/ Benefícios	Resultado financeiro
AB InBev	(32.022)	-	194	(3.952)	(29.435)
AB USA	(30.953)	-	33	(13.814)	(794)
Ambev Luxemburgo	-	-	-	-	(218.352)
Arosuco	(1.940.104)	56.574	84.815	-	3.226
CRBS	(98.989)	7.601.820	70.638	-	133
Labatt Breweries	-	-	7	-	(628.645)
LASI	-	-	-	-	(32.501)
Maltería Pampa	(617.344)	-	-	-	(6.345)
Maltería Uruguay	(111.179)	-	-	-	(21.649)
Monthiers	-	-	-	-	553.337
Outras	(566.914)	69.361	7.507	-	754.682
	(3.397.505)	7.727.755	163.194	(17.766)	373.657

2017					
Controladora					
Empresa	Compras / Prestação de serviços / Aluguéis	Vendas	Rateio Despesas com Controladas	Royalties/ Benefícios	Resultado financeiro
AB Inbev	(22.798)	-	154	(846)	(30.249)
AB USA	(5.472)	-	36	(3.966)	(829)
Ambev Luxemburgo	-	-	-	-	(186.487)
Arosuco	(2.135.280)	43.623	21.768	-	(12.431)
CRBS	(216.996)	9.178.123	44.068	-	979
Cympay	(396.243)	-	-	-	13.842
Labatt Breweries	-	-	13	-	(483.119)
LASI	-	-	-	-	(1.097.828)
Maltería Uruguay	(68.157)	-	-	-	(238.323)
Monthiers	-	-	-	-	(324.142)
NCAQ	-	-	-	-	(84.132)
Outras	(408.912)	143.516	5.456	-	(260.876)
	(3.253.858)	9.365.262	71.495	(4.812)	(2.703.595)

2018				
Consolidado				
Empresa	Compras / Prestação de Serviços / Aluguéis	Vendas	Royalties	Resultado financeiro
AB Procurement	-	17.033	-	-
AB USA	(392.082)	47.568	(347.780)	-
Ambev Peru	-	50	-	-
Cervecería Modelo	(960.893)	262	(54.822)	-
Inbev	(107.155)	85	-	-
Outras	(148.494)	18.762	(26.987)	(8.023)
	(1.608.624)	83.760	(429.589)	(8.023)

2017				
Consolidado				
Empresa	Compras / Prestação de Serviços / Aluguéis	Vendas	Royalties	Resultado financeiro
AB Procurement	(5.817)	20.822	-	-
AB USA	(258.660)	42.484	(284.515)	-
Ambev Peru	(8.639)	1.496	-	-
Cervecería Modelo	(749.085)	412	(45.834)	-
Inbev	(73.639)	-	-	-
Outras	(91.095)	8.117	(35.936)	(16.799)
	(1.186.935)	73.331	(366.285)	(16.799)

Denominações utilizadas nos quadros acima:

AB InBev Procurement GmbH (“AB Procurement”)
 Ambev Luxembourg S.A.R.L. (“Ambev Luxemburgo”)
 Ambrew S.A. (“Ambrew”)
 Anheuser-Busch InBev N.V. (“AB InBev”)
 Anheuser-Busch Inbev Services LLC (“AB Services”)
 Anheuser-Busch Inbev USA LLC (“AB USA”)
 Arosuco Aromas e Sucos Ltda. (“Arosuco”)
 Cervecería Modelo de Mexico S. de R.L. de C.V. (“Cervecería Modelo”)
 Cervecería Nacional Dominicana, S.A. (“CND”)
 Cerveceria Nacional - Panamá (“Panamá Holding”)
 Cervecería y Maltería Payssandú S.A. (“Cympay”)
 Cerveceria y Malteria Quilmes (“CMQ”)
 Compañía Cervecera Ambev Peru S.A.C. (“Ambev Peru”)

CRBS S.A. (“CRBS”)
Dunvegan S.A. (“Dunvegan”)
Inbev Belgium N.V. (“Inbev”)
Incrível Comércio de Bebidas e Alimentos S.A. (“Incrível”)
Interbrew International B.V. (“ITW International”)
Labatt Breweries of Canada LP (“Labatt Breweries”)
Latin America South Investment S.L. (“LASI”)
Lizar Administradora de Carteira de Valores Mobiliários Ltda. (“Lizar”)
Maltería Pampa S.A. (“Maltería Pampa”)
Maltería Uruguay S.A. (“Maltería Uruguay”)
Monthiers S.A. (“Monthiers”)
NCAQ Sociedad Colectiva (“NCAQ”)

34. COMPANHIAS DO GRUPO

Abaixo estão listadas as principais companhias e o percentual de participação do grupo.

Argentina

CERVECERIA Y MALTERIA QUILMES SAICA Y G	99,75%
Charcas 5160 – Buenos Aires	

Bolívia

CERVECERIA BOLIVIANA NACIONAL S.A.	85,67%
Avenida Montes 400 e Rua Chuquisaca 121 - La Paz	

Brasil

AMBEV S.A.	Companhia
Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1.017, 3º andar, Itaim Bibi, São Paulo	Consolidadora

AROSUCO AROMAS E SUCOS LTDA.	100,00%
Avenida Buriti, 5.385, Distrito Industrial - Manaus - AM	

CRBS S.A.	100,00%
Avenida Antartica, 1.891, Fazenda Santa Úrsula – Jaguariúna – SP	

CERVEJARIA Z.X.	100,00%
Avenida Antartica, 1.891, Fazenda Santa Ursula – Jaguariúna – SP	

Canadá

LABATT BREWING COMPANY LIMITED	100,00%
207 Queens Quay West, Suite 299 - M5J 1A7 - Toronto	

Chile		
CERVECERIA CHILE S.A.		100,00%
Avenida Presidente Eduardo Frei Montalva, 9.600 - Comuna de Quilicura - Santiago		
Espanha		
JALUA SPAIN, S.L.		100,00%
Juan Vara Terán, 14 – Ilhas Canárias		
Luxemburgo		
AMBEV LUXEMBOURG		100,00%
15 Breedewues - L1259 - Sennngerberg		
Guatemala		
INDUSTRIAS DEL ATLÁNTICO, SOCIEDAD ANÓNIMA		50,00%
KM 122 Ruta al Atlantico – C.P 01012 Teculután, Zacapa		
Paraguai		
CERVECERIA PARAGUAYA S.A.		87,36%
Ruta Villeta KM 30 - Ypané		
República Dominicana		
CERVECERÍA NACIONAL DOMINICANA, S.A.		84,71%
Autopista 30 de Mayo, Distrito Nacional		
Uruguai		
LINTHAL S.A.		100,00%
25 de Mayo 444, office 401 - Montevideo		
CERVECERIA Y MALTERIA PAYSSANDÚ S.A.		99,93%
Rambla Baltasar Brum, 2.933 – 11800 - Payssandu		
MONTHIERS SOCIEDAD ANÓNIMA		100,00%
Cesar Cortinas, 2.037 - Montevideo		
Panamá		
Cervecería Nacional S. de R.L.		100,00%
Planta Pasadena, vía Ricardo J Alfaro y Simón Bolívar, ciudad de Panamá, Rep. De Panamá		

35. SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Arosuco (Lucro Presumido)

Em abril de 2016, a Arosuco (subsidiária da Ambev) recebeu uma autuação relacionada à utilização de Lucro Presumido para o cálculo do IRPJ e da CSLL ao invés do método de Lucro Real. Em setembro de 2017, a Arosuco foi intimada da decisão desfavorável em primeira instância administrativa e apresentou Recurso Voluntário. Em janeiro de 2019, o processo foi incluído na pauta de julgamento do CARF. Por maioria de votos, foi dado provimento ao Recurso Voluntário da Arosuco. Aguarda-se a formalização e intimação do referido acórdão para análise de eventuais recursos cabíveis. A Arosuco estima que as possíveis perdas relacionadas a esta matéria em dezembro de 2018 sejam de aproximadamente R\$645,1 milhões de reais (R\$616,1 milhões em 31 de dezembro de 2017).

PIS/COFINS sobre bonificações

Desde 2015, a Ambev vem sendo autuada pela Receita Federal do Brasil para cobrança de valores supostamente devidos a título de PIS e COFINS sobre bonificações concedidas a seus clientes. Por reputar que tal cobrança é ilegítima, a Companhia está questionando essas autuações nos tribunais administrativos e judiciais. Em janeiro de 2019, três processos relativos à matéria foram incluídos na pauta de julgamento do CARF. Por maioria de votos, foi dado provimento aos Recursos Voluntários da Companhia. Aguarda-se a formalização e intimação do referido acórdão para análise de eventuais recursos cabíveis. A Ambev estima que o valor envolvido nos processos em dezembro de 2018 seja de aproximadamente R\$4,0 bilhões (R\$3,1 bilhões em 31 de dezembro de 2017), classificados como perda possível.